

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS LEGITIMIDADES

Valdeci Antonio dos Santos

Políticas afirmativas de inclusão ao ensino superior no Brasil: da trajetória dos egressos ao entrecruzo da mobilidade social.

Versão original

São Paulo
2022

Valdeci Antonio dos Santos

Políticas afirmativas de inclusão ao ensino superior no Brasil: da trajetória dos egressos ao entrecruzo da mobilidade social.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (DIVERSITAS) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Miranda de Sá Teles

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação

**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo**

SS194p Santos, Valdeci Antonio dos
p Políticas afirmativas de inclusão ao ensino superior no Brasil: da trajetória dos egressos ao entrecruzo da mobilidade social / Valdeci Antonio dos Santos; orientador Reinaldo Miranda de Sá Teles - São Paulo, 2022.
141 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. CIENCIAS SOCIAIS. 2. SOCIOLOGIA . 3. HISTÓRIA. 4. POLÍTICAS. 5. MOVIMENTOS SOCIAIS. I. Teles, Reinaldo Miranda de Sá, orient. II. Título.

Nome: Valdeci Antonio dos Santos.

Título: Políticas afirmativas de inclusão ao ensino superior no Brasil: da trajetória dos egressos ao entrecruzo da mobilidade social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, (FFLCH-USP), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Reinaldo Miranda de Sá Teles

Presidente

Instituição: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

DEDICATÓRIA

À toda população negra que faz de seu cotidiano o palco para a luta por igualdade.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio durante todo o percurso, desde o projeto até a entrega final do trabalho.

Aos egressos das políticas públicas de acesso ao ensino superior que colaboraram ao responder o questionário.

Aos amigos que compartilharam a pesquisa facilitando o acesso a outras pessoas.

Ao DIVERSITAS e toda sua equipe por me receber como aluno no curso.

Aos professores Maurício Cardoso e Sérgio Bairon pelo apoio durante as disciplinas presenciais.

Ao Prof. Dr. Reinaldo Miranda de Sá Teles pelas orientações e apoio nos momentos mais difíceis de elaboração deste trabalho.

No sertão da minha terra
Fazenda é o camarada que ao chão se deu
Fez a obrigação com força
Parece até que tudo aquilo ali é seu

Só poder sentar no morro
E ver tudo verdinho, lindo a crescer
Orgulhoso camarada
De viola em vez de enxada

Filho de branco e do preto
Correndo pela estrada atrás de passarinho
Pela plantação adentro
Crescendo os dois meninos, sempre pequeninos

Peixe bom dá no riacho
De água tão limpinha, dá pro fundo ver
Orgulhoso camarada
Conta histórias pra moçada

Filho do senhor vai embora
Tempo de estudos na cidade grande
Parte, tem os olhos tristes
Deixando o companheiro na estação distante

Não esqueça, amigo, eu vou voltar
Some longe o trenzinho ao Deus-dará
Quando volta já é outro
Trouxe até sinhá mocinha para apresentar

Linda como a luz da lua
Que em lugar nenhum rebrilha como lá
Já tem nome de doutor
E agora na fazenda é quem vai mandar
E seu velho camarada
Já não brinca mais, trabalha

(Morro velho/Milton Nascimento)

Resumo

Este trabalho procurou estudar, a partir da literatura especializada, as razões históricas que contribuíram para que a população negra brasileira permanecesse durante todo o período que se estende da abolição, no final do século XIX, até o início do século XXI em condições de desigualdades em relação à população não negra. É de grande importância para este trabalho a compreensão das políticas de inclusão ao ensino superior no Brasil, especialmente o ProUni (Programa Universidade para Todos) e Política de Cotas Raciais para Pessoas Negras nas universidades públicas, como instrumentos de redução das desigualdades racial/social. A pesquisa foi desenvolvida através de uma revisão de literatura para identificar as dificuldades e obstáculos encontradas por esta população, tais como a ausência de políticas públicas de integração dos ex-escravizados, os ideais de eugenia e branqueamento, o mito da democracia racial, e a educação formal como um direito negado à população. A análise de dados se dá por meio de estatísticas disponíveis em outros estudos sobre as transformações ocorridas no perfil dos estudantes no ensino superior e no mercado de trabalho, e também pela realização de entrevistas com egressos das políticas públicas mencionadas, através de formulário elaborado com a finalidade de compreender a mobilidade social ocorrida após a formação no ensino superior. A pesquisa demonstrou que, apesar destas políticas serem justificadas por fatores históricos e sociológicos concretos causadores das desigualdades raciais e terem como objetivos a redução destas, cumprem apenas parcialmente tais objetivos, carecendo de outras políticas públicas de acompanhamento que facilitem a permanência dos alunos nas universidades, assim como sua inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Políticas públicas; ações afirmativas; eugenia; democracia racial; identidade; desigualdade racial; preconceito racial; discriminação racial; cotas raciais.

Abstract

This work aims to study the historical reasons that contributed to the black Brazilian population remaining in conditions of inequalities relative to the non-black population from the abolition of slavery, at the end of the 19th century, until the beginning of the 21st century. This work needs to understand the affirmative actions in higher education in Brazil, especially the ProUni (University for All Program) and the Racial Quota Policy for Black People in public universities, as instruments for reducing racial/social inequalities. The research developed through a literature review to identify the difficulties and obstacles encountered by black people to reach social mobility, such as the absence of public policies for the integration of the ex-enslaved, the ideals of eugenics and whitening, the myth of racial democracy, and the formal education as a right denied to this population. Data analysis is carried out through statistics available in other studies on the changes that have taken place in the profile of students in higher education and the job market, and also through interviews with graduates of the aforementioned public policies, through a form prepared with the purpose of understanding the social mobility after training in higher education. The research showed that, although these policies are justified by concrete historical and sociological factors that cause racial inequalities and have the objective of reducing these, they only partially fulfill these objectives, lacking other monitoring public policies that facilitate the permanence of students in universities, as well as their insertion in the labor market.

Keywords: Public policies; affirmative actions; eugenics; racial democracy; identity; racial inequality; racial prejudice; racial discrimination.

LISTA DE SIGLAS

AAs - Ações afirmativas

ANDIFES - Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análises e Planejamento

CES - Censo da Educação superior

CIERD – Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis

FNB – Frente Negra Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IIR - Índice de Inclusão Racial

LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação

MNU - Movimento Negro Unificado

MT – Ministério do Trabalho

MEC – Ministério da Educação

MUCDR - Movimento Unificado Conta a Discriminação Racial

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNAA - Programa Nacional de Ações Afirmativas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNHD – Programa Nacional de Direitos Humanos

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSRDR - Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STF – Supremo Tribunal Federal

TEN - Teatro Experimental do Negro

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

Sumário

1. Considerações preliminares.....	14
1.1. Da contextualização.....	14
1.2. Da justificativa, da hipótese e dos objetivos.....	17
1.3. Da metodologia, da coleta e da análise dos dados.....	19
2. O negro na História do Brasil.....	22
2.1. Do escravismo como base de produção às lutas negras como formas de resistência....	22
2.2. O preconceito e a discriminação racial do pós-abolição.....	25
3. As barreiras científicas e sociais geradoras de desigualdades.....	30
3.1. O pensamento científico racista do século XIX: Eugenia.....	30
3.2. Eugenia à brasileira na segunda metade do século XX: O ideal do branqueamento e as contradições sobre a mestiçagem.....	34
3.3. A democracia racial: o mito que atuou como obstáculo à mobilidade social do afrodescendente.....	42
4. A abolição e os movimentos de luta pela igualdade racial.....	47
4.1. Principais movimentos negros: reivindicações e conquistas.....	47
4.2. O reconhecimento da identidade e a busca pela representatividade.....	50
4.3. A educação como um direito negado à população negra no Brasil.....	55
5. Políticas Públicas.....	60
5.1. Breve exposição: definição e objetivos.....	60
5.2. Políticas de ações afirmativas.....	61
5.2.1. Políticas de cotas raciais.....	65
5.2.2. ProUni (Programa Universidade para Todos).....	68
5.3. Do direito às cotas raciais para negros nas universidades: colorismo, autodeclaração e comissões de heteroidentificação.....	70
5.3.1. Mecanismos de controle e garantia do uso adequado das ações afirmativas.....	74
6. Ascensão social.....	79
6.1. Ascensão social do negro no Brasil.....	79
6.2. Relações entre o aumento do acesso da população negra ao ensino superior e o mercado de trabalho.....	84
6.3. Análise de dados da pesquisa de campo.....	92
6.3.1. Conhecendo os respondentes: expectativas e dificuldades em relação ao ensino superior.....	92
6.3.2. Frustrações e conquistas pós-formação no Ensino Superior.....	104
7. Considerações finais.....	114

8. Referências bibliográficas	121
Anexo I – Inciso XLII do Artigo 5 da Constituição Federal de 1988.....	127
Anexo II – Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012	128
Anexo III - Questionário sobre mobilidade social dos egressos das Políticas Públicas de Inclusão Racial	131

1. Considerações preliminares

1.1. Da contextualização

Pensar a trajetória da população negra no Brasil é adentrar numa história de muita violência e sofrimento, mas ao mesmo tempo, é pensar em muita luta e resistência, desde a primeira metade do século XVI, quando aqui chegaram os primeiros carregamentos de pessoas que eram sequestradas no continente africano e transportadas para serem escravizadas no Brasil, tendo como principal destino o trabalho nas lavouras do nordeste. Ao considerar principais ciclos econômicos brasileiros, até a abolição em 1888, foram mais de três séculos de trabalhos forçados, mantidos pela violência praticada pelas classes dominantes. Neste longo período foram inúmeras as tentativas de resistência, que vão desde a morosidade na execução das tarefas, até as rebeliões e fugas que resultaram nas formações de inúmeros quilombos por todo o território que hoje conhecemos como Brasil.

Neste sentido, Boris Fausto afirma que

Seria errôneo pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos desde os primeiros tempos (FAUSTO, 2012, p. 25).

A afirmação do autor vai de encontro à ideia até a pouco tempo predominante em nossa sociedade, de que os escravizados africanos e seus descendentes não ofereceram resistência ao sistema a que estavam expostos, aceitando de forma passiva todas as imposições deste mesmo sistema. Para ele, os escravizados negros africanos ofereceram resistência tanto quanto os indígenas, porém enquanto estes conheciam o território onde habitavam, e podiam fazer uso deste conhecimento para as fugas, aqueles estavam desenraizados de suas terras e não tinham estas mesmas possibilidades, o que dificultavam suas ações. Outra grande desvantagem em comparação com a escravidão indígena é que “nem a Igreja nem a Corôa se opuseram à escravidão do negro” (FAUSTO, 2012, p.26), chegando ao ponto de algumas ordens religiosas serem proprietárias de cativos africanos, e ainda criavam justificativas religiosas para a manutenção do sistema. Tais justificativas podem ser encontradas em artigo de Sezinando Luiz de Menezes sobre os sermões do padre Antônio Vieira¹ proferidos na Bahia do século XVII,

¹ Padre Antônio Vieira foi um missionário jesuíta português, orador que atuou no Brasil durante o século XVII, sendo considerado posteriormente o principal historiador do período. Seus sermões, cartas e documentos de Estado são importantes fontes históricas da época.

durante as missas que tinham como público os escravizados e seus senhores. Nos sermões, o padre tentava conciliar a fé católica e a necessidade de produção exercida nos engenhos. Para isso ele pregava que “a salvação dependia do exercício efetivo da fé e da submissão ao Senhor” (MENEZES, 2015, p. 34), condenando as atitudes de resistências dos negros escravizados. Como por exemplo, em uma referência ao Quilombo dos Palmares, ele disse que, “os escravos rebelados deixavam de cumprir suas obrigações religiosas e, para serem perdoados e receberem a “graça de Deus”, deveriam voltar a servir e a obedecer aos seus proprietários” (VIEIRA apud MENEZES, 2015, p.35). É possível perceber como a religiosidade e a fé da época agiam no sentido de manter a escravidão do negro e a harmonia do sistema durante praticamente todo o período escravista.

Ainda segundo Boris Fausto, uma das razões para os grupos dominantes defenderem o trabalho escravo durante o século XIX, era a ausência de grandes rebeliões escravas nas regiões onde este sistema era mais utilizado. À exceção da cidade de Salvador e o Recôncavo Baiano, nesta região desde o início do século houve muitas rebeliões e revoltas sendo a mais importante delas a Revolta do Malês em 1835, “quando centenas de negros africanos, escravos e libertos, adeptos da religião mulçumana, se levantaram em Salvador” (FAUSTO, 2012, p.105).

O período pós-abolição, a partir de 1888, e o novo regime republicano, a partir de 1889, não trouxeram mudanças significativas para a população negra que, apesar de ser considerada institucionalmente livre, teve que conviver com a exclusão, o preconceito e discriminação racial. Sobre tais fatores, afirma Andrews que a população negra se viu excluída,

seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus (ANDREWS, 1991 apud DOMINGUES, 2007, p.103).

Esta população esteve sempre preterida quanto às mudanças almejadas pela sociedade republicana que se iniciava. Assim, algumas ideias socialmente aceitas foram colocadas em prática já nas primeiras décadas do século XX, tais como a Eugenia, surgida na Europa na segunda metade do século XIX e importada para o Brasil. Da mesma forma, o mito da democracia racial, ideal desenvolvido desde o final do século XIX, mas que teve seu auge a partir da obra Casa Grande & Senzala de Gilberto Freire, predominou desde as políticas de Getúlio Vargas na década de 1930 até a redemocratização do país na segunda metade da década de 1980, fomentando a discriminação e o preconceito racial contra os afrodescendentes e atuando como obstáculo à mobilidade social.

A exclusão dos escravizados e dos libertos da educação no Brasil, muitas vezes garantida por lei durante o período escravista, assim como a falta de políticas públicas voltadas para a inclusão educacional de pessoas negras no pós-abolição, devem ser considerados fatores que dificultaram o processo de mobilidade social desta população. Vista pela sociedade como principal meio para o acesso às posições mais valorizadas da sociedade capitalista, a educação formal em seus diferentes níveis foi por muitos anos um direito negado à população negra e afrodescendente brasileira.

Entretanto, foi também no período pós-abolição que teve início o desenvolvimento de várias organizações de mobilização em prol dos direitos da população negra, destacando entre elas, a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN) e Movimento Negro Unificado (MNU), que tiveram fundamental importância nas lutas do povo negro em busca do fortalecimento de sua identidade, e por mais direitos sociais e políticos. Muitas vezes, fazendo o papel do Estado, ao procurar oferecer algum tipo de educação a esse grupo, através de clubes, irmandades ou associações. Sobre as lutas e resistências negras do período, Petrônio Domingues afirma que,

Para alterarem esse quadro de restrições (ou violações de direitos) e conquistarem o devido espaço no seio da nação, os descendentes de africanos de São Paulo fundaram a Frente Negra Brasileira (FNB), e os do Rio de Janeiro criaram o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944. Assim, esses dois agrupamentos vieram a lume para se insurgir contra o “preconceito de cor” e pugnar para que o negro brasileiro conquistasse o pleno exercício da cidadania (DOMINGUES, 2008, p.60).

Como demonstra a afirmação acima, o povo negro mesmo estando excluído da cidadania tão sonhada pela parcela dominante da população, nunca se conformou com as circunstâncias a ele imposta, e sempre procurou um lugar como protagonista de sua história, seja na busca por melhores condições de vida através da educação proporcionada por esses movimentos, seja na tentativa de representação política, já que alguns dos integrantes destas lutas vieram a se eleger para algum cargo legislativo e assim procuraram implantar projetos para beneficiar esta população.

Com base nesse passado histórico, a população negra no Brasil tem passado ao largo do desenvolvimento social e econômico alcançado por outros grupos sociais. Isto levou à formação dos movimentos sociais de luta pela igualdade, contra a discriminação e o preconceito racial. Ao longo do século XX, mas principalmente a partir da fundação do Movimento Negro Unificado em 1978, esta luta se intensificou tendo como principais reivindicações o reconhecimento da identidade negra, a valorização de sua cultura e a busca por políticas públicas de inclusão educacional.

Dentre as conquistas mais importantes destes movimentos, se encontram o reconhecimento oficial da existência de racismo no Brasil em 1995, a criminalização do racismo e da discriminação racial pela Constituição Federal de 1988 e as políticas de ações afirmativas para negros, que passaram a ser praticadas a partir da década de 2000.

1.2. Da justificativa, da hipótese e dos objetivos

A justificativa desse trabalho deu-se pela significância das discussões sobre as políticas afirmativas no Brasil, pois buscou-se não somente refletir sobre as questões relativas à história da exclusão e marginalização dos afrodescendentes na sociedade brasileira e suas consequências sociais, mas também poderá servir como base para futuros estudos sobre os resultados das políticas afirmativas, pois acredita-se que a análise de políticas nestas dimensões requer um período de avaliação que supera o tempo decorrido a partir de suas primeiras implantações até os dias atuais.

Muito já foi discutido sobre o tema, mas poucos resultados e elucidações são mostrados à população. Percebe-se que apesar de existirem leis, tais como a Constituição Brasileira que prescreve que todos são iguais perante a lei, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Resolução 2.106-A (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21.12.1965 - ratificada pelo Brasil em 27.03.1968, que proclama o Direito à igualdade indiferente à raça, ainda há um hiato entre o que é proclamado e o que ocorre na realidade, não só brasileira, mas também em outros países onde grupos são discriminados sem que se tomem medidas eficazes para a redução das desigualdades.

Assim este trabalho se justifica pela importância da análise desenvolvida através da pesquisa proposta e pelo uso de dados de órgãos oficiais como os do IBGE, da CEBRAP e do DIEESE para o entendimento da necessidade das políticas de cotas como meio de promover a igualdade social das pessoas negras na sociedade brasileira. Servindo ainda como instrumento para futuros estudos sobre eficácia das políticas afirmativas implantadas, assim como para adaptação e melhorias destas, ou desenvolvimento de outras políticas afirmativas que possam vir a ser discutidas.

Além de analisar as circunstâncias históricas que provocaram o desequilíbrio social entre a população negra e não negra, foi desenvolvida uma pesquisa quanti-qualitativa para verificar se as políticas de cotas raciais para negros em instituições de ensino superior públicas

e o PROUNI – Programa Universidade para Todos têm cumprido o seu propósito de promover a ascensão social de seus egressos, tendo como consequência a elevação da representatividade e a redução das desigualdades que geram a discriminação e o preconceito racial.

Partindo do princípio de que as políticas de cotas raciais são uma garantia para o ingresso de pessoas negras nas universidades públicas e que o PROUNI representa uma importante ferramenta para o ingresso de pessoas de baixa renda (maioria negra) nas instituições privadas de ensino superior, a pesquisa investigou se tais políticas de ações afirmativas foram capazes de proporcionar aos seus beneficiários a oportunidade de mobilidade ou ascensão social, mesmo em um contexto de discriminação e preconceito racial, onde muitas vezes as características físicas do indivíduo funcionam como obstáculos para seu desenvolvimento profissional. Considera-se que a política de cotas e o PROUNI, por suas características, tornaram-se os principais meios de inserção da população negra nas universidades neste início do século XXI.

A hipótese aqui apresentada foi a de que as políticas de cotas são uma garantia para o ingresso das pessoas negras em universidades públicas e que isto pode refletir na inserção destes no mercado de trabalho, contribuindo para a possibilidade de igualdade social e melhoria da qualidade de vida. O estudo realizado por Kabengele Munanga afirma que “a educação e formação profissional, técnica, universitária e intelectual de boa qualidade representa a única chave e a garantia de competitividade entre todos os brasileiros” (2010, p.24), o autor argumenta ainda que quanto maior o nível de escolaridade de uma população, maior será sua renda e conseqüentemente, melhor será seu bem-estar. Portanto, as políticas de ação afirmativa são capazes de proporcionar aos seus beneficiários oportunidade de ascensão social, mesmo em contexto de discriminação e preconceito. Contexto este que deve ser combatido através de campanhas de conscientização e de autoafirmação.

Este trabalho teve entre seus objetivos principais:

- Demonstrar que a exclusão e a marginalização da população negra, desde a abolição, fizeram com que esta constituísse a maior parte das camadas mais pobres da atualidade no Brasil, e isto justifica os fatores raciais e sociais para as políticas de ações afirmativas.
- Demonstrar que o sistema de cotas pode ser utilizado para minimizar os problemas enfrentados pela população negra, oferecendo meios para que esta tenha acesso às instituições de ensino superior e, conseqüentemente, tenha menos dificuldade para se inserir no mercado de trabalho em função de sua formação.

- Investigar a eficiência das políticas de ação afirmativas (cotas raciais e PROUNI) na ascensão social da população negra, na redução das desigualdades raciais e no combate ao racismo.

1.3. Da metodologia, da coleta e da análise dos dados

Segundo Antônio Chizzotti e Cristian Laville, a utilização da pesquisa qualitativa é a mais indicada para as ciências sociais e humanas pela necessidade de interpretações subjetivas inerentes a estas, que as diferenciam das pesquisas experimentais de caráter positivistas que se baseiam nas objetividades dos dados numéricos empregados usualmente nas ciências naturais. “As pesquisas qualitativas não têm padrão único porque admitem que a realidade seja fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do pesquisador – sua concepção, seus valores, seus objetivos” (CHIZZOTTI, 2006 p. 26). Portanto, as pesquisas qualitativas permitem maior liberdade de interpretação ao pesquisador, por isso são mais adequadas às ciências humanas e sociais.

Partindo da argumentação acima, e da necessidade de dados estatísticos quantitativos, obtidos por pesquisas anteriores juntos a órgãos oficiais, tais como: IBGE, CEBRAP, DIEESE etc. foi desenvolvida uma pesquisa quanti-qualitativa que procurou a comparação dos números estatísticos encontrados sobre a população negra no sistema educacional e no mercado de trabalho, com aqueles obtidos através das entrevistas com os egressos participantes, para fazer uma interpretação coletiva e apresentar os resultados sobre as políticas estudadas.

Como método de coleta de dados e informações foi utilizado o sistema “Bola de Neve”, por ser um método muito útil quando se trata de estudar grupos dispersos ou raros, diluído em uma população maior. Flick (2009 apud COSTA, 2018, p.19) explica que “na técnica de amostragem Bola de Neve, o pesquisador pede aos participantes referências de novos informantes que possuam as características desejadas”. Essa técnica, associada às redes sociais, pode produzir o acesso a um maior número de participantes para a pesquisa, produzindo um resultado desejável às conclusões futuras.

Para atingir a finalidade desejada foi desenvolvido um questionário com perguntas abertas e algumas fechadas, com alternativas definidas, que procurou entender como se deu as trajetórias dos alunos que utilizaram uma destas políticas para acessar o ensino superior. O questionário foi anexado a um formulário do Google e enviado aos respondentes através de e-mail ou via WhatsApp. Para encontrar os potenciais respondentes foi disponibilizado um texto

de apresentação da pesquisa em forma de anúncio nas redes sociais, como o Facebook, o LinkedIn e em alguns grupos de WhatsApp. Este texto solicitava que, caso a pessoa estivesse dentro do perfil exigido, que entrasse em contato com o desenvolvedor da pesquisa para receber o link de acesso às respostas. Para estar apto a responder o formulário o candidato deveria corresponder a dois requisitos básicos:

- Se auto identificar como pessoa negra (preta ou parda);
- Ter se formado em nível de graduação na condição de bolsista do ProUni (instituições Privadas), ou utilizando cotas raciais em instituições públicas.

Desta forma, o questionário foi dividido em cinco blocos: o primeiro, denominado de ‘apresentação’, teve como objetivo conhecer os respondentes da pesquisa de forma geral, através de perguntas que versavam sobre sua idade, raça/cor, curso de formação, tipo de instituição, ano de formação etc. O segundo bloco denominado ‘trajetória antes do ensino superior’ e o terceiro, chamado de ‘projeto para o ensino superior’ buscaram saber como foi o cotidiano dos respondentes na etapa que antecedeu seu ingresso neste nível de ensino. Para isso, as perguntas versaram sobre questões tais como: a origem da família, se os níveis anteriores de educação foram em escola pública ou privada, quais eram as atividades de lazer ou culturais praticadas, qual a motivação para acessar o ensino superior, qual foi o motivo para escolha da instituição ou curso, quais as expectativas ao ingressar neste nível de ensino etc. Os dois últimos blocos, denominados ‘experiências durante o ensino superior’ e ‘trajetória após o ensino superior’, tiveram como objetivos conhecer como se deram as experiências dos respondentes durante o período da graduação e se a formação correspondeu às suas expectativas. As perguntas formuladas nestes blocos foram voltadas para as dificuldades encontradas durante a graduação, a realização dos estágios e atividades extracurriculares necessárias para a formação. Objetivou-se, também, saber sobre as realizações obtidas pelos participantes após suas formações, tais como o ingresso na carreira, continuidade dos estudos e mobilidade/ascensão social.

A análise dos resultados foi realizada em duas partes, sendo que a primeira teve por base os três primeiros blocos de perguntas que proporcionou conhecer os respondentes egressos das políticas em questão, no período que antecedeu seus acessos ao ensino superior; a segunda, se baseou nos dois últimos blocos, nos quais foram apresentadas as trajetórias dos participantes após o acesso ao ensino superior, e conseqüentemente, se suas expectativas foram atingidas.

A apresentação final deste trabalho está disposta da seguinte forma: o capítulo 1, *Introdução*, apresenta a contextualização, os elementos da pesquisa e forma metodológica

utilizada para a realização do trabalho. O capítulo 2, *O negro na história do Brasil*, expõe o contexto das lutas e resistências negras durante o período em que o escravismo foi utilizado como base de produção no Brasil, da abolição sem políticas de integração social, e do preconceito e da discriminação racial no pós-abolição. No capítulo 3, *As barreiras científicas e sociais geradoras de desigualdades*, discute-se o papel da eugenia, do ideal de branqueamento e do mito da democracia racial como fatores geradores e mantenedores da desigualdade racial no Brasil. No capítulo 4, *A abolição e os movimentos de lutas pela igualdade racial*, destaca-se a formação dos movimentos sociais negros, suas lutas e conquistas, a busca pelo reconhecimento da identidade negra e por mais representatividade em espaços sociais. Faz, ainda, um balanço das leis brasileiras que tratavam da educação, partindo do ponto de vista que este foi um direito sempre negado à população negra. Já no capítulo 5, intitulado *Políticas públicas*, expõe-se a definição e objetivos das políticas públicas, apresentando as políticas estudadas por este trabalho, a saber, o ProUni e cotas raciais para pessoas negras nas universidades públicas, discutindo quem são aqueles que fazem jus ao direito às cotas raciais para pessoas negras sob o olhar do colorismo, e quais são os mecanismos de fiscalização e controle. No capítulo 6, *Ascensão social*, discute-se a questão da mobilidade social da população negra no Brasil, a partir da relação entre o aumento do acesso de pretos e pardos ao ensino superior e no mercado de trabalho, apresenta-se, ainda, os resultados da análise dos dados da pesquisa realizada. Por fim, no capítulo 7, *Considerações finais*, realiza-se os apontamentos relevantes de acordo com a proposta, os objetivos e hipótese apresentada.

2. O negro na História do Brasil

2.1. Do escravismo como base de produção, às lutas negras como formas de resistência

Desde os primeiros anos após a chegada dos portugueses ao território que hoje denominamos como sendo o Brasil, até o momento no qual vivemos, o escravismo que durou oficialmente até 1888 foi a base produtiva de maior duração. Primeiramente, aconteceu a escravização dos povos nativos para a extração das riquezas naturais locais que eram enviadas para Portugal em seus navios. Algumas décadas depois teve início a importação de pessoas sequestradas no continente africano, trazidas para trabalhar como escravizados nas monoculturas que foram implantadas pelos colonizadores. Também nas extrações de ouro e pedras preciosas, a mão-de-obra de escravizados africanos e seus descendentes era a base do trabalho que gerava a riquezas das elites dominantes da colonização portuguesa. Os escravizados africanos e seus descendentes constituíram, por muito tempo e em vários locais de nosso território, a grande maioria da população, à qual eram negados todos os direitos básicos, pois não faziam parte daqueles considerados cidadãos pela dinâmica da colonização.

A privação de liberdades, a negação de direitos, a exploração de suas forças de trabalho e os maus-tratos característicos do sistema escravista foram as principais causas do atraso social, político, cultural e intelectual gerado para este grupo social e racial durante todo o período colonial brasileiro. O escravismo também foi responsável pela formação do preconceito e da discriminação racial, que juntamente com a falta de políticas públicas de integração deste grupo no pós-abolição, somadas às teorias racistas dos séculos XIX e XX, à teoria do branqueamento, ao mito da democracia racial e à falta de políticas educacionais específicas, teve como resultado a falta de representatividade em muitos setores sociais que pode ser observada na sociedade atual.

Porém, o escravismo pode ser visto também como um longo período de formação e permanência da resistência negra no Brasil. Resistência essa que pode ser encontrada na literatura sobre o período, que traz relatos de sua presença em todas as regiões em que o escravismo foi praticado, das mais variadas formas.

Dentre as inúmeras formas de resistências, as fugas empreendidas individual ou coletivamente; o aborto, onde a escravizada se recusava a dar continuidade ao sistema através de seus descendentes; a recusa à alimentação, que provocava a própria morte de forma lenta e

gradual; o suicídio, como recurso extremo contra a violência do trabalho forçado; o envenenamento de senhores e feitores, realizados lentamente através das escravizadas que trabalhavam na cozinha; as revoltas e rebeliões, empreendidas por alguns grupos; foram formas de resistências praticadas dentro do contexto de violência a que estavam expostos os indivíduos escravizados. Tiveram também outras formas de resistências, que podem ser chamadas de culturais: a adaptação da alimentação dentro das possibilidades do aprisionamento a que estavam submetidos; as práticas religiosas e suas respectivas adaptações que resultaram no chamado sincretismo religioso; e os falares resultantes dos diversos idiomas misturados com o português, língua do dominador.

Sobre as diversas formas de resistências empreendidas pelos escravizados, Clovis Moura afirma que

desta forma, os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que lhes oprimiam. (MOURA, 1993, p.10).

Ao fazer uma análise marxista das resistências negras durante o período escravista, este pesquisador afirma que dentre todas as formas de resistência, o quilombo é de fundamental importância para se entender o escravizado como sujeito ativo que participou diretamente para a corrosão do sistema. Para ele, “o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo” (MOURA, 1993, p.14). O quilombo, portanto, pode ser considerado como uma forma peculiar de resistência negra ao escravismo, pois conseguia unir diversas outras formas no mesmo local². Geograficamente os quilombos estiveram distribuídos por todas as regiões do país onde o escravismo atuou como base produtiva.

Dentre todos eles, o que ficou mais conhecido foi o Quilombo dos Palmares, situado na região da Serra da Barriga, antiga Capitania de Pernambuco e que hoje pertence ao atual Estado de Alagoas, tendo durado por um longo período, aproximadamente um século, 1597-1695. Palmares se tornou a principal referência para estudiosos da resistência negra durante o período do escravismo no Brasil. Dentre os diversos pesquisadores que já estudaram o tema, Lilia Schwarcz e Heloísa Starling, analisaram a literatura sobre a importância de Palmares tanto como exemplo de resistência, como de perseguição e punição por parte dos aparelhos de dominação daquela época. Elas afirmam que

² Ver MOURA, Clovis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

[...] Palmares também se converteu em um símbolo de uma luta negra por inclusão social e em referência para uma interpretação do Brasil que não legava aos escravos apenas o papel de vítimas passivas. Eram vítimas porque não tinham escolhido viajar para cá e trabalhar na cana. Mas foram agentes, uma vez que não se acomodaram ao regime de privações a eles impostos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.102).

Esta interpretação do Quilombo dos Palmares como um centro de resistência de escravizados por inclusão social e cultural, contra seus opressores que os esmagavam dentro de um sistema de exploração e expropriação de sua força de trabalho, vai ao encontro do pensamento de Clovis Moura que, quando fala do quilombismo, afirma:

Desta forma, não podemos deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional e permanentemente (MOURA, 1993, p.31).

Assim vemos que mesmo sendo sequestrados em suas aldeias no continente africano, transportados para as Américas, e para o Brasil em particular, nas mais adversas condições de higiene, expostos às mais perversas formas de violência, impedidos de conviver com seus grupos familiares e até mesmo linguísticos, estes povos foram capazes de reunir forças para sair, mesmo que temporariamente, da condição de vítimas para a condição de agentes que lutavam pela sua liberdade. Portanto, ainda segundo Clovis Moura “Palmares foi a negação, pelo exemplo de seu dinamismo econômico, político e social, da estrutura escravista-colonialista”. (MOURA, 1993, p.62), ou seja, o quilombo em seu dinamismo, era uma forma de resistência que agia a partir de dentro do sistema escravista, pois além de causar prejuízo econômico aos senhores de escravos, conseguia manter certa coesão político e social dentro do espaço quilombado.

Passado mais de um século após a declaração oficial do fim do regime escravista no Brasil, os movimentos negros de luta contra o preconceito e a discriminação racial, e por igualdade de oportunidades entre os grupos étnico-raciais que formam a sociedade brasileira atual, se espelham nos quilombos para buscar forças em suas lutas cotidianas. Assim reivindicaram a data de 20 de novembro, em referência à morte de Zumbi dos Palmares, em 1695, líder do Quilombo dos Palmares, como dia de luta e conscientização dos povos afrodescendentes pelo reconhecimento da importância de suas raízes culturais para a formação da sociedade brasileira.

As lutas negras atuais estão focadas no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, fatores que geram e perpetuam as desigualdades em espaços representativos da sociedade, reivindicando também que o Estado brasileiro reconheça os

prejuízos causados pelo passado histórico que manteve este grupo impedido de participar do desenvolvimento econômico e social do país, e que desenvolva políticas públicas capazes de promover a reparação deste passado, promovendo condições de equidade entre todos os grupos.

2.2. O preconceito e a discriminação racial do pós-abolição

É no período pós-abolição, quando o Brasil começa a caminhar para uma sociedade capitalista industrial, que a população negra, excluída desse processo, precisa enfrentar inúmeros obstáculos para sobreviver à nova ordem. A abolição de 13 de maio de 1888 teve como principal objetivo o desenvolvimento de um mercado consumidor para os produtos da industrialização que se pretendia desenvolver, não se preocupou em estabelecer políticas de integração para aquela população que se libertava das senzalas nas fazendas de café, ou em outros redutos do antigo regime. O movimento abolicionista, apesar de contar com a participação de importantes personalidades negras da época, como Luís Gama³, José do Patrocínio⁴ e os irmãos Rebouças⁵, não conseguiu fazer com que o Estado implantasse políticas para absorção dessas pessoas na sociedade competitiva que se iniciava.

Sobre a falta de políticas capazes de preparar o ex-escravizado para viver em uma sociedade competitiva, o sociólogo Florestan Fernandes⁶ comenta na introdução da sua obra *A integração do negro na sociedade de classe*, que

O liberto se viu convertido sumária e abruptamente em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 1964, p. 29).

O autor, referindo-se à cidade de São Paulo, argumenta que naquele momento pós-abolição, quando a sociedade se preparava para entrar na economia capitalista e competitiva, nem o Estado, nem a Igreja ou qualquer outra instituição se preocupou com a situação dos ex-escravizados, portanto, estes tiveram que “se virar” por conta própria. Assim, sem preparo e

³ Luís Gonzaga Pinto da Gama (Salvador, 21 de junho de 1830 – São Paulo, 24 de agosto de 1882) foi um dos abolicionistas negros, advogado, jornalista e escritor brasileiro.

⁴ José Carlos do Patrocínio (Campos dos Goytacazes, 8 de outubro de 1854 – Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1905) foi um farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro. Mulato, constituiu-se em uma das mais destacadas figuras do movimento abolicionista e republicano no Rio de Janeiro.

⁵ André Rebouças (1838-1898) foi um engenheiro, professor, abolicionista e monarquista brasileiro. O primeiro engenheiro negro a se formar pela Escola Militar. Antônio Pereira Rebouças Filho (1839-1874) nasceu em 13 de junho de 1839, na cidade de Cachoeira. Tenente do Corpo de Engenheiros, foi o responsável por reformas em vários fortes no Sul do País, incluindo a da Fortaleza de Santana da Capital Catarinense, em 1863.

⁶ Sociólogo e político paulista (1920-1995). É considerado o fundador da sociologia crítica no Brasil.

sem instrução, o negro foi lançado na competição direta com os imigrantes europeus que chegavam para compor o mercado de trabalho em formação. Estes, por sua vez, já traziam consigo a experiência do trabalho livre e remunerado, além de serem os preferidos na sociedade que se pretendia ser branca, em função da discriminação racial que já se fazia presente. Desta forma, o negro entra nessa nova ordem social com uma enorme desvantagem em relação aos seus concorrentes, em sua maioria, imigrantes brancos europeus.

Pensando a questão da falta de políticas públicas para a integração do negro na sociedade capitalista, pode-se perguntar: por que o Estado brasileiro e a elite dominante da época preferiram investir na imigração europeia ao invés de aproveitar a grande quantidade de mão-de-obra negra aqui existente? Dentre outras, a hipótese mais provável para responder a esta pergunta é a do preconceito e da discriminação racial. O ideal europeu de hierarquização das raças em seu sentido biológico, que foi usado para justificar o escravismo dos povos nativos americanos e africanos, inclusive contando com a participação ativa da Igreja, ainda permanecia muito vivo nos finais do século XIX e início do XX. Segundo essa ideia, as raças eram classificadas de maneira que o branco de origem europeia estivesse no topo da pirâmide social, e fosse visto como superior, enquanto o negro africano ocupava a base, representado como inferior.

As pesquisadoras Lilia Schwarcz⁷ e Heloisa Starling⁸, escrevendo sobre a situação de desigualdade que as populações negras enfrentavam na época, afirmam que

Após a abolição, as populações de origem africana foram marcadas por um racismo silencioso, mas eficaz, expresso por uma leitura hierarquizada e criteriosa das cores. Imagens como o ócio e a preguiça se associaram rapidamente aos negros e mestiços, definidos como desorganizados social e moralmente. É por isso que a liberdade era negra, mas a igualdade era branca (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.344).

Numa alusão aos ideais da Revolução Francesa⁹, elas observam que enquanto a população branca tinha o direito de participação efetiva na cidadania, como por exemplo, o direito ao voto e a concorrer a cargos públicos, aos negros sobrava apenas o direito à liberdade do ir e vir. Assim, pode-se deduzir que tal liberdade era insuficiente, se associada a fatores

⁷ Pesquisadora graduada em História (USP, 1980), mestrado em Antropologia Social (Unicamp, 1986), doutorado (1993), livre docência (1998) em Antropologia Social (USP). Atualmente, é professora Titular do Departamento em Antropologia Social (USP), desde 2005; Professora sênior da USP, desde 2019 e Global Scholar e Professora visitante em Princeton, desde 2011.

⁸ Pesquisadora, graduada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1979), graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1981), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1997).

⁹ Movimento político que aconteceu na França a partir do ano de 1789, e que tinha como lema a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

como o analfabetismo, ao desemprego, ao preconceito e à discriminação racial, que levaram esta camada populacional a permanecer e se perpetuar nos estratos mais baixos da população em geral, do ponto de vista econômico e social.

O pensador Clovis Moura (2014)¹⁰ não discorda que a situação do negro no pós-abolição era desfavorável em relação aos imigrantes brancos de origem europeia que chegavam para assumir o lugar de trabalhador livre assalariado. Porém, em seus estudos ele aponta para causas mais profundas, resultantes das contradições existentes na relação senhor/escravo que perduraram desde o período colonial. Sendo assim, o sistema produtivo capitalista que se formou no período pós-abolição teve como base elementos estruturantes do período anterior, como por exemplo o escravismo, as relações de escravidão e os abolicionismos sem direitos. Elementos estes, que interferiram diretamente na formação das diversas dimensões político-culturais da constituição do proletariado nacional, agindo como elementos de exclusão da população negra deste mercado em formação.

Desta forma, para Moura, o racismo que atuou como ferramenta ideológica para justificação do colonialismo e do escravismo permaneceu como elemento estruturante na formação do sistema de produção capitalista do pós-abolição, onde o mercado de trabalho e conseqüentemente as posições de poder, ficaram associadas à cromatização da cor da pele de sua população.

Assim, no Brasil o imenso grau de matizes cromáticos formados criou, em contrapartida, uma escala classificatória, considerando-se o indivíduo ou grupo tanto mais valorizado socialmente quanto mais próximo estivesse do ideal tipo étnico imposto pelo colonizador inicialmente, e pelas elites de poder em seguida: o branco. Essa dinâmica discriminatória foi acompanhada por uma dinâmica de julgamento social que a completava, pela qual, à medida que esse processo discriminatório se aprofundava e a população se diversificava cromaticamente via miscigenação, criava-se em contrapartida, um julgamento de valor para cada uma dessas diferenças.

O ideal tipo das elites brasileiras, como ideologia de prolongamento do colonizador, continuou e continua simbolicamente sendo o branco. O antimodelo étnico e estético, como símbolo nacional, continua sendo o negro (MOURA, 2014, p.206).

Vendo a partir desta perspectiva, o racismo construído ideologicamente sobre bases pseudocientíficas e biológicas, utilizadas para sustentar a colonização dos povos considerados inferiores, ganha uma ressignificação própria no Brasil do pós-abolição como elemento

¹⁰ Clóvis Steiger de Assis Moura, conhecido como Clóvis Moura, nasceu em Amarante, no Piauí, no dia 10 de julho de 1925. Foi, e continua sendo, um respeitado jornalista, sociólogo, historiador e escritor brasileiro, produzindo importantes estudos sobre a escravidão e sobre a resistência dos negros no Brasil. Ver em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1381-clovis-moura>

fundamental no desenvolvimento do capitalismo, pois constrói o lugar de cada indivíduo na sociedade de acordo com seu grupo étnico de origem. Porém, para Moura (2014), após o treze de maio de 1888, a situação do negro se agrava com a igualdade perante a lei. A liberdade conquistada, porém, sem as políticas públicas de integração, trouxe para a população negra uma igualdade que só servia para disfarçar as desigualdades sociais, econômicas e étnicas existentes. Assim,

O negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto (MOURA, 2014, p. 219).

Mas para a ideologia capitalista a igualdade de todos perante a lei disfarçava muito bem as demais barreiras sociais impostas à população negra, como o analfabetismo, o despreparo, o preconceito e a discriminação racial, advindas do escravismo. No pós-abolição, ainda segundo Moura, “O racismo brasileiro, como vemos, na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos” (MOURA, 2014, p. 219). Agindo assim como elemento estruturante na composição do capitalismo, pois cria um estoque de mão-de-obra excedente capaz de servir como componente importante para manter os salários dos demais trabalhadores em patamares baixos, mantendo os lucros da classe dominante e sustentando as desigualdades sociais.

Para melhor entender aqui o pensamento de Clovis Moura sobre essa imbricação entre raça e classe no Brasil, é importante a observação da professora Ana Paula Procópio da Silva:¹¹

Assim, se por um lado a história do negro brasileiro, após a Abolição é a história da sua proletarização, por outro lado, é também a história do capitalismo no Brasil. Um capitalismo ao mesmo tempo baseado nas regras da lei da oferta e da procura, ou seja, fundado em razões econômicas, mas estruturado sob as condições de relações de poder herdadas do escravismo e, por isso, mantenedor das estratégias para preterir os negros no acesso ao trabalho assalariado (SILVA, A., 2017, p. 24).

Nesta perspectiva, a posição de pauperização e exclusão do negro na sociedade capitalista se deslocam dos fatores psicológicos, culturais e sociais que levaram este grupo populacional a um estado de “anomia social” como argumenta Florestan Fernandes, para fatores

¹¹ Professora assistente – Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutoranda em Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Coordenadora do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos da universidade do Estado do Rio de Janeiro.

econômicos constitutivos do modo de produção capitalista almejado pelo Estado e pelas elites dominantes que utilizaram do racismo como elemento estruturante da própria economia capitalista. Ou seja, o racismo passa a atuar como fator gerador de outras barreiras sociais, tais como o analfabetismo, o preconceito e a discriminação racial, que mantinha o negro em posições subalternas, servindo como excedentes necessários na ordem capitalista.

Os argumentos acima citados apresentam alguns distanciamentos, como por exemplo, acerca do papel da população negra como sujeito social no período discutido. Para Fernandes, o negro aparece ocupando o lugar de vítima que não reagiu favoravelmente à situação a ele imposta, enquanto para Moura, ele sempre atuou como protagonista nas lutas por igualdade sem se acomodar ao sistema, mesmo atuando em desvantagem. Porém, todos os autores citados convergem para a identificação do racismo como principal fator causador das desigualdades entre brancos e não brancos, com vantagens indiscutíveis para o primeiro grupo, na disputa por um lugar na sociedade capitalista que começou a se formar no pós-abolição.

Além de ter que superar todas as desvantagens competitivas causadas pelos séculos de escravidão, pelo analfabetismo, pela discriminação racial e por outros fatores na competição com os imigrantes europeus, a população negra ainda teve que se deparar com as tentativas de implantação das teorias racistas e do ideal de branqueamento que perduraram até a década de 30 do século XX.

3. As barreiras científicas e sociais geradoras de desigualdades

3.1. O pensamento científico racista do século XIX: Eugenia

Pensando nos obstáculos encontrados pela população negra para se integrar à sociedade livre e capitalista que se formava no Brasil, um dos instrumentos mais impeditivos para a ascensão dos não brancos foi, com certeza, a eugenia. O pensamento eugênico pautava-se em teorias racistas que pregava a hierarquia entre as raças, que eram classificadas em superiores e inferiores de acordo com a origem geográfica e a tonalidade da pele. Estas teorias foram muito bem aceitas por intelectuais brasileiros, especialmente durante as décadas de 20 e 30 do século XX.

Para melhor entender o significado do termo eugenia, expõe-se aqui um texto explicativo encontrado em uma nota de rodapé da tese de doutorado do professor Sidney Aguilar¹²

O termo eugenia (“boa geração”) foi cunhado em 1883 por Francis Galton, primo de Charles Darwin. “Eugenia” seria a ciência que lidaria com todas as influências que supostamente melhorariam as qualidades inatas de uma pressuposta raça em favor da evolução da humanidade. Galton partiu de uma proposição estatística de distribuição de talentos entre uma dada população, para defender que o caráter e as faculdades dos seres humanos seriam distribuídos de acordo com certas leis estatísticas. Desta forma, ele justificou que como os cérebros de uma raça-pátria-nação encontravam-se principalmente em suas elites, aí se deveria concentrar a atenção e os esforços para o aprimoramento. Seria estatisticamente “mais proveitoso” investir nas elites e promover o “melhor estoque do que favorecer o pior”. Galton procurou demonstrar que as características humanas (inclusive as intelectuais, culturais e morais) decorriam da hereditariedade mais do que da própria História, dando início ao que seria conhecido como Darwinismo Social. O uso distorcido e falseado do pensamento darwinista agrediu a Darwin, que dele discordou publicamente e radicalmente. No entanto, o “darwinismo social” foi ainda mais caro à História das Ciências, pois ajudou a criar pressupostos de uma pretensa evolução biológica/cultural que incentivou e favoreceu diversas formas de segregacionismos. Foi na invenção desta tradição científica que muitos racistas do fim do século XIX e início do XX se nutriram. A noção de “raça” em seu sentido “científico” foi introduzida aos debates acadêmicos por Georges Cuvier e a de “degeneração da raça” por Arthur de Gobineau. Estes homens defenderam a supremacia do noroeste da Europa por uma pretensa superioridade racial. Esta presunção serviu de justificativa para imperialismo do capital europeu e estadunidense sobre o mundo. Formou-se um campo conceitual em que setores das elites econômicas e seus intelectuais elaboraram

¹²Sidney Aguilar Filho É professor e Historiador. Possui Bacharelado em História pela Universidade de São Paulo (1991), Licenciatura em História pela Universidade de São Paulo (1992), Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2002), doutorado em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2011). Menção Honrosa no Prêmio Capes de Tese, 2012, da área de Educação. Prêmio Fundação Carlos Chagas / Fundação Conrado Wessel - 2012 pela contribuição à Educação brasileira. Possui Pós-Doutoramento em História da Educação pela Universidade Estadual Paulista (2016).

novos conceitos a serviço da perpetuação, por uma modernização conservadora, de uma sociedade de exclusão e de exploração (AGUILAR FILHO, 2011, p. 16).

Embora longa, a opção por manter a citação acima em sua íntegra se deu por considerar que ela proporciona uma síntese bastante explicativa do que foi a eugenia como teoria científica. Portanto, é com base nesta explicação, somada a outros estudos, que se pode compreender como as teorias eugenistas que surgiram na Europa entre o final do século XIX e início do século XX consideravam o conceito de raça, no seu sentido biológico, como determinante para formação de sociedades mais ou menos desenvolvidas. Teóricos europeus de várias nacionalidades procuravam explicações científicas para justificar a superioridade da civilização europeia e da ideologia cristã, assim como seu direito legítimo de colonizar e catequizar outros povos, especialmente na Ásia e na África. Atuando, assim, como um dos instrumentos ideológicos necessários e úteis para a conquista e a dominação dos povos destes continentes.

A partir do último quarto do século XIX, a elite dominante brasileira era muito influenciada por ideias da Europa, principalmente pela França e Inglaterra, pois eram estes países os principais destinos dos filhos dos barões do café e de outros personagens ricos, que os enviavam para as universidades com o objetivo de torná-los “doutores”. Após alguns anos nessas regiões, tais estudantes retornavam trazendo com eles as principais ideias que estavam na moda no “mundo ocidental civilizado”. Por outro lado, muitos estudiosos europeus também procuravam o Brasil para realizar estudos de diversas naturezas, promovendo assim um “intercâmbio” quase sempre de via única de ideias, já que nosso país era na maioria das vezes, o objeto de estudo das pesquisas empreendidas na Europa.

Foi neste contexto que as teorias racistas aqui chegaram. Segundo o historiador Thomas Skidmore¹³, foi através de um texto produzido pelo historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821-1832), que escreveu sobre o Brasil mesmo sem nunca ter visitado o país, que teve início os ideais racistas por aqui. Pois Buckle, com sua filosofia de determinismo climático, passou a ser citado frequentemente em trabalhos posteriores. Nesta mesma linha racista, o determinismo racial, defendido pelo escritor francês Arthur de Gobineau (1816-82), que visitou o Brasil por volta da década de 1850, foi igualmente aceito. Segundo sua teoria, Gobineau acreditava em raças puras superiores e inferiores, e que essas raças sofriam degenerações a partir da miscigenação. Assim previa o fim das raças nativas brasileiras em um prazo aproximado de 200 anos. Segundo ele, a única maneira de salvar a população remanescente do Brasil seria então

¹³ Thomas E. Skidmore é professor de História na Universidade Wisconsin, contribuiu para o conhecimento da América Latina com inúmeros artigos publicados em “The American Historical Review”, “The Journal of Contemporary History” e outros.

fortalecê-la com a ajuda dos valores das raças europeias. “Então, a raça renasceria, a saúde pública melhoraria, o temperamento moral seria revigorado, e as melhores mudanças possíveis se operariam na condição desse admirável país” (GABINEOU apud SKIDMORE, 1976, p.46). Outros estrangeiros também deixaram suas marcas nas teorias racistas, tais como o filósofo argentino José Ingenieros (1877-1925), o francês Louis Couty e o suíço Louis Agassiz, que esteve no Brasil em 1865 numa expedição científica, publicando em seguida um relato de viagem onde procurava mostrar as desvantagens da mistura de raças, usando o Brasil como experiência negativa para a comprovação da degradação racial.

O historiador Amilcar Araújo Pereira¹⁴, em seu livro *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*, lançado em 2013, faz um contraponto interessante nesta discussão sobre as teorias raciais. Ele apresenta novos autores e novas interpretações para a questão racial. Segundo o autor:

A moderna ideia de raça – que associa as diferenças culturais e morais às características biológicas, genóticas e fenotípicas, hierarquizando os diversos grupos humanos – é uma construção do pensamento científico europeu e norte-americano, que surge apenas em meados do século XVIII e se consolida a partir da segunda metade do século XIX, justamente durante o período em que o imperialismo europeu se fortalecia (PEREIRA, 2013, p. 48).

Neste sentido, ele elabora seu estudo confirmando as teorias raciais dos séculos XVIII e XIX, já descritas anteriormente, argumentando que o crescimento deste pensamento científico está atrelado ao desenvolvimento do imperialismo europeu e norte americano. O autor ainda cita outros teóricos racistas que fundamentaram o cientificismo evolucionista do período e acrescenta que a diferenciação pela cor da pele passou a ganhar maior expressão nos trabalhos dos cientistas a partir de meados do século XVIII. São exemplos, entre outros: Carlos Lineu para quem “o afer niger era preguiçoso, astuto, negligente etc.”; Georges Cuvier, continuador das teses de Lineu; Arthur de Gobineau, o grande idealizador e divulgador do racismo biológico, defendendo a hierarquia racial, a degenerescência resultante da mestiçagem etc.; e Herbert Spencer, divulgador do darwinismo social e da superioridade da raça branca.

Desta forma, Pereira também fornece elementos importantes para entender as teorias racistas europeias e norte americanas dos séculos anteriores como suporte para o pensamento científico brasileiro do final do século XIX e início do XX, e para a teoria do branqueamento brasileiro que viria a surgir a partir desta base de pensamento. No entanto, Amilcar Araújo Pereira nos apresenta outra perspectiva que ele chama de “moderna ideia de raça”, (PEREIRA,

¹⁴ Amilcar Araújo Pereira é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, com estágio doutoral na Johns Hopkins University, nos Estados Unidos, e professor de Ensino de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2013, p.48) que surge já a partir do início do século XX. Momento em que autores americanos (como W.E.B. Du Bois e Franz Boas) ou europeus (como Max Weber) passaram a enfatizar mais os aspectos sociais e culturais do que os raciais na constituição da sociedade. Essas teorias foram fortalecidas, mais recentemente, pela ideia de que as fronteiras entre grupos não são formalizadas por meio de raças distintas, mas por meio de construções sociais (Frederik Barth, Stuart Hall). Sendo que foi a partir dessas novas ideias combativas que surgiram, em diversas partes do mundo, os movimentos negros. Movimentos estes, fundamentais para se compreender as lutas e conquistas do povo negro em busca de políticas públicas de combate ao racismo e às desigualdades raciais.

Portanto, é com base nas teorias que classificavam as pessoas em raças, em seu sentido biológico, entre superiores e inferiores, sendo que o branco de origem europeia estava no topo, e o negro no mais baixo nível racial, que teóricos e escritores brasileiros eleitos importantes para suas épocas, tais como: Nina Rodrigues,¹⁵ Oliveira Viana,¹⁶ Silvio Romero,¹⁷ Monteiro Lobato,¹⁸ entre outros, passaram a acreditar que o atraso do Brasil se dava devido à mestiçagem de sua população e que essa mesma mestiçagem poderia vir a ser útil para o branqueamento da população brasileira. Portanto, o Brasil deveria facilitar a imigração de brancos europeus para que, com o passar do tempo, a população negra fosse “diluída” e até mesmo desaparecesse da sociedade brasileira. Proporcionando assim, após algumas gerações, o surgimento de uma raça genuinamente brasileira que fosse capaz de levar o país a alcançar o tal desenvolvimento tão esperado.

¹⁵ Nina Rodrigues é considerado o fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país. Foi o primeiro estudioso brasileiro a abordar a temática do negro como questão social relevante para a compreensão da formação racial da população brasileira, apesar de adotar uma perspectiva racista, nacionalista e cientificista, em seu livro *Os Africanos no Brasil* (1890-1905).

¹⁶ Oliveira Viana, historiador, sociólogo e bacharel em direito, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho e ministro do Tribunal de Contas, além de membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro Oliveira Vianna • Academia Brasileira de Direito do Trabalho (andt.org.br).

¹⁷ Crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914. <https://www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>.

¹⁸ Nasceu em 1882 em Taubaté, interior de São Paulo. Estudou direito em São Paulo, mas dedicou-se à literatura. Porém, sua estreia como escritor se deu em 1918, com o lançamento do livro de contos *Urupês*. Ao longo de toda sua vida, Lobato escreveu e trabalhou com os mais diversos gêneros literários, mas foi na literatura infantil, com os livros do Sítio do Picapau Amarelo, que ele conquistou leitores por todo o Brasil. <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=01691>

3.2. Eugenia à brasileira na segunda metade do século XX: O ideal do branqueamento e as contradições sobre a mestiçagem

No Brasil, a interpretação e adequação das ideias racistas norte-americanas e europeias resultaram na tese de branqueamento¹⁹ da nação, tendo como seus principais teóricos Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Vianna e Renato Kehl. A lista de pensadores e escritores que defenderam este ideal no Brasil durante as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX é enorme e diversa. Não se pretende citá-los todos neste trabalho. No entanto, é interessante observar que quando se estuda sobre eugenia no Brasil, percebemos que muitos nomes de ruas e avenidas importantes da capital paulista estão diretamente relacionados com o pensamento eugenista. O que demonstra o quanto essas pessoas pertenciam ou estavam muito próximas à classe dominante em sua época, a ponto de serem homenageados pelas futuras gerações, que as tornaram nomes de importantes logradouros.

Segundo Amilcar Araújo Pereira, os teóricos do branqueamento podem ser entendidos em dois grupos: os pessimistas que “compartilhavam das teorias de Gobineau” (PEREIRA, 2013, p.69) e acreditavam que a mestiçagem causava a degenerescências das raças, portanto, não trariam o desenvolvimento para a nação. Esse era o caso do médico Nina Rodrigues e do escritor Monteiro Lobato; e os otimistas, aqueles que acreditavam nos benefícios da mestiçagem e que defendiam que a facilitação da migração de brancos europeus poderia clarear a nação e levá-la ao tão esperado desenvolvimento. Era o caso de Silvio Romero, João Batista de Lacerda e Oliveira Viana.

Nina Rodrigues (1862-1906), primeiro pesquisador a estudar a influência africana de maneira sistemática, tentou realizar uma cuidadosa catalogação da origem etnográfica dos escravizados africanos trazidos para o Brasil, tentando também compreender sua assimilação ao novo ambiente. Para ele, a inferioridade do africano estava estabelecida fora de qualquer dúvida científica, não acreditava que um representante de “raças inferiores” fosse capaz de se desenvolver até atingir o grau de inteligência das “raças superiores”, aplicando suas teorias diretamente ao seu trabalho de medicina legal. Segundo Skidmore (1976), ele é considerado o

¹⁹ A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas. (A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca) (SKIDMORE, 1976, p.81).

principal doutrinador racista brasileiro de sua época, foi muito lido nos anos seguintes, mas felizmente não parece ter sido levado a sério pelas autoridades daquele momento, principalmente porque suas teorias que defendiam que negros e índios deveriam ter responsabilidades atenuadas e diferenciadas devido às suas inferioridades raciais não aparecem no Código Penal Brasileiro de 1890.

Quanto à miscigenação, Nina Rodrigues dividia os mestiços em três subgrupos: “o tipo “superior”, inteiramente responsável, “os degenerados” parcialmente responsáveis, e “os instáveis socialmente”, aos quais só poderiam atribuir responsabilidade atenuada” (SKIDMORE, 1976, p. 76). Afirmava que a influência do negro haveria sempre de contribuir para a inferioridade de nosso povo e que nada poderia deter a eliminação do sangue branco no meio norte do Brasil devido ao número elevado de negros e índios. Portanto, a miscigenação teria resultados diferentes de acordo com os números correspondentes de cada grupo nas populações das regiões do Brasil. Segundo Skidmore (1976), “uns poucos, como Nina Rodrigues adotavam a teoria racista ortodoxa, e que as diferenças eram inatas e de que o processo de “branqueamento” não triunfaria em todo o país” (SKIDMORE, 1976, p.94), mostrando assim um pessimismo em relação à mestiçagem.

Assim, é possível perceber que as ideias de Nina Rodrigues irão se contrapor às dos principais teóricos que lhe sucederam, devido ao seu pessimismo quanto à mestiçagem, pois ele não via na miscigenação um meio para superar os atrasos da nação.

Silvio Romero, que ganhou fama como crítico literário, fez uma abordagem sociológica da literatura, onde defendeu que a raça e o meio eram as chaves para a compreensão da criação artística no Brasil. Ele próprio se autointitulava um darwinista social e acreditava que toda nação era o resultado da interação entre a sua população e o seu habitat natural. O autor defendia as ideias de Buckle, mas achava que este estava mal-informado sobre a natureza do Brasil, embora concordasse que “o calor opressivo e a seca periódica contribuíam para tornar o brasileiro indiferente e apático” (SKIDMORE, 1976, p. 50). Defendia que os brasileiros precisavam dominar as doutrinas científicas da época para aplicá-las ao seu país.

Eram muitas vezes contraditórias as ideias de Silvio Romero sobre raça, mas repetia as concepções correntes na Europa sobre a superioridade do branco e a inferioridade do negro e do índio. Ele considerava a existência de uma “escala etnográfica” de raças “superiores e inferiores”, sendo que cabia aos africanos o lugar de derrotados na escala etnográfica. Via a formação do Brasil a partir de três povos básicos: o branco europeu, o negro africano e o índio aborígine e acreditava que a miscigenação teria formado no Brasil uma “sub-raça mestiça e

criola”. Segundo ele, tal problema somente seria resolvido com a seleção natural, pois no futuro a raça branca predominaria, sendo favorecida pelo aumento da imigração europeia.

Enquanto Silvio Romero previa um tempo em torno de quatro séculos para o branqueamento total do Brasil em função da miscigenação, outro teórico da época, João Batista de Lacerda (1845-1915), médico formado pela Universidade do Rio de Janeiro e diretor do Museu Nacional, tinha uma previsão bem mais otimista, acreditava que este processo se daria em aproximadamente um século, ou três gerações.

Como representante brasileiro, João Batista de Lacerda participou do I Congresso Universal das Raças²⁰ realizado em Londres entre os dias 26 e 29 de julho de 1911. Neste congresso ele apresentou seus estudos, onde trazia uma visão otimista da mestiçagem, considerando-a como transitória e benéfica para o país. Considerava que o mestiço era inferior ao negro em força física, porém muito superior em inteligência, estando apto a ocupar lugares de maior destaque na sociedade. Neste sentido, o cruzamento racial poderia ser uma atividade redentora, do ponto de vista em que se convertia numa solução para a sociedade brasileira. Para embasar sua tese, ele utilizava dados de outro teórico de sua época, Roquete Pinto (1884-1954), que publicava pesquisas referentes ao período de 1872-1890, onde constatava a diminuição da população negra e indígena.

Otimista quanto à miscigenação, ele já esboçava a ideia do mito da democracia racial, afirmando que aqui o novo regime, ou seja, a República, já proporcionava aos mestiços acesso “aos mais altos cargos políticos” e aos “mais altos ramos da administração” (SKIDMORE, 1976, p. 82). Admitindo a inferioridade do negro, dizia que o casamento inter-racial já estava sendo bem-visto pela sociedade, pois as qualidades morais acabavam por compensar os caracteres físicos do mestiço, sendo que com o passar do tempo “sua origem negra é esquecida na comparação de suas qualidades morais e intelectuais com as dos brancos” (SKIDMORE, 1976, p.82).

Portanto, para Lacerda, a miscigenação atuando como fator de branqueamento traria benefícios ao Brasil e, assim,

em três gerações, ofereceríamos um exemplo ao mundo: mostraríamos uma redenção e 'redução' étnica, bem no alvorecer do novo século. A raça negra desapareceria entre os brasileiros e, junto com o incentivo à imigração europeia, a nação seria definitiva e finalmente branca. Com essa etapa alcançada, o país estaria pronto e preparado para transformar-se num dos

²⁰ Sobre o Congresso Universal das Raças, ver o artigo intitulado Previsões São Sempre Traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil Branco. Lilia Schwarcz. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100013. Acesso em: 21 maio 2020.

"principais centros civilizados do mundo", na mesma condição que os EUA e os "povos Anglo-Saxões do Velho Continente. Enfim, uma nova Europa!" (LACERDA, apud SCHWARCZ, 2011, p.231).

As características brancas deveriam predominar sobre as negras, sendo perceptível já na primeira geração, e a partir de três gerações desapareceriam totalmente os caracteres negros, coincidindo com a extinção paralela da raça negra em nosso meio. Considerando o ano de 1911, a previsão era que isto se daria por volta de 2012. A partir de então, o Brasil passaria a ser uma sociedade branca e desenvolvida nos moldes dos Estados Unidos e da Europa.

Oliveira Vianna (1883-1951), considerado um dos teóricos do branqueamento, difere dos anteriores à medida que, apesar de repetir os conceitos racistas de inferioridade e superioridade, justificava a escravidão pela necessidade de mão-de-obra, entendia que diversos fatores teriam contribuído para que houvesse uma verdadeira seleção racial entre os grupos. Vianna considerava que havia uma grande diversidade entre os grupos africanos escravizados que foram trazidos ao Brasil e que os proprietários rurais seriam provenientes de elementos etnicamente superiores, sendo assim, a miscigenação entre estes geraria mestiços também diversos. Neste caso, os mestiços seriam divididos em dois tipos: os mulatos inferiores, resultado do cruzamento entre o branco e o negro do tipo inferior, que seriam incapazes de ascensão social e, portanto, estavam destinados a se manter nas camadas mais degradadas da sociedade; e os mulatos superiores, que seriam o resultado do cruzamento do branco com o negro do tipo superior, que seria "ariano pelo caráter e a inteligência, ou pelo menos susceptível à arianização" (PEREIRA, 2013, p. 74), sendo que este último grupo poderia fazer com que o Brasil atingisse a ética pela miscigenação.

Para Skidmore (1976), Oliveira Viana deve ser visto como a mais importante "figura de transição – como ponte entre o racismo científico predominante antes de 1914 e a filosofia social de fundo "ambientalista", predominante depois de 1930" (SKIDMORE, 1976, p.222). Nesta análise, tendemos a concordar quanto à importância deste teórico, nesta fase do pensamento científico brasileiro, pois suas ideias fazem uma ligação entre as teorias do final do século XIX e as políticas eugenistas adotadas pelo Estado Novo na década de 30.

Oliveira Viana não apenas fez uso das ideias racistas de seus antecessores, como Nina Rodrigues e Silvio Romero, ideias estas que ele considerava ultrapassadas, já que não concordava com a questão das três raças formadoras, como também aprofundou e radicalizou tais ideias. Para ele, só havia uma raça, a ariana, pura e superior. As demais, negros e asiáticos, por exemplo, não existiam como raças, eram formas de degenerescências, consequências de miscigenações inadequadas e, portanto, inferiores. Desta forma, a mistura entre duas formas de

degenerescências não poderia trazer benefícios à sociedade, sendo assim, a única solução possível seria a arianização da sociedade brasileira, a partir da imigração de europeus, principalmente vindo de regiões da Europa Central de países como a Alemanha e a Itália.

Oliveira Viana pode ser considerado o grande teórico do branqueamento no Brasil e o responsável direto pela transição das teorias racistas anteriores a 1914, para a fase política que culminou com o Estado Novo na década de 30. Viana foi também fundamental para a adoção de políticas eugênicas que influenciaram o futuro da sociedade brasileira e, em particular, na difusão do racismo e na discriminação racial.

Foi neste mesmo contexto que surgiram as ideias do médico e farmacêutico paulista Renato Kehl (1889-1974), “como principal interlocutor, propagador e articulador do movimento eugenista no Brasil” (AGUILAR FILHO, 2011, p.97). Fortemente influenciado pelas ideias defendidas por Francis Galton²¹, a quem ele chamava de “o pai da eugenia”, Renato Kehl participou das primeiras discussões no Brasil sobre eugenia, que surgiram a partir de 1910, quando se discutiam a questão da formação da nacionalidade, que se relacionava com questões de saúde, saneamento, higiene e raça. A partir de 1917, Segundo Skidmore (1976), ele se tornou o principal articulador e propagandista da eugenia no país, criou as primeiras instituições eugênicas brasileiras, organizou eventos, promoveu discussões, editou revistas e livros e fundou em 1918 a Sociedade Eugênica de São Paulo. Promoveu publicações como *Lições de Eugenia* e o *Boletim de Eugenia*, voltadas para a difusão e propaganda das ideias eugenistas. A sua atuação pode ser pensada em dois momentos: até 1929 defendeu a “eugenia positiva”, voltada aos problemas de saúde pública e educação higiênica e sexual. A partir de 1929, ano em que viajou para a Alemanha, se radicalizou em seu discurso e passou a defender abertamente a “eugenia negativa” com enfoque no estudo biológico propriamente dito. Passou a fazer uma ligação mais direta entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento científico/biológico, acreditando que era através da eugenia que o Brasil seria capaz de alcançar o desenvolvimento social, propondo a implantação de políticas de melhoramento racial.

O contexto político composto pela recente libertação dos escravizados, a maciça imigração europeia, o clima tropical e a miscigenação intensa se apresentavam como terreno fértil para que se criasse na elite brasileira a ideia de melhorar a condição racial do Brasil. Os eugenistas aproveitaram do momento para espalhar suas teorias e Renato Kehl participou ativamente desta propaganda através de suas publicações. Tratava a eugenia como uma

²¹ Francis Galton (1822-1911), primo de Darwin, em 1883 criou o termo eugenia, procurou desenvolver uma ciência genuína sobre a hereditariedade humana.

verdadeira religião, estabelecendo diálogo com outros eugenistas brasileiros e estrangeiros, procurando a articulação para que suas ideias fossem adotadas por administradores públicos. Dentre seus interlocutores destacava-se Oliveira Viana, cujas ideias já foram citadas anteriormente, e o conhecido editor e escritor Monteiro Lobato, com o qual manteve amizade e trocou correspondências visando a discussão do tema em questão.

Essas correspondências são importantes para demonstrar como estas pessoas eram influentes em suas épocas e como eram capazes de levar seus pensamentos aos mais altos espaços de poder. Portanto, os ideais eugenistas não ficaram apenas no campo do pensamento teórico, eles estiveram bem próximos, ou em determinados momentos até mesmo fizeram parte, da política, das leis e das políticas públicas. Em correspondência trocada entre Renato Kehl e Oliveira Viana, os dois discutem a participação de ambos em uma reunião com o objetivo de elaborar lei para regulamentar o disposto no artigo 121, parágrafos 6º e 7º da Constituição de Federal de 1934, que tratava da imigração e da colonização²². Fato este que demonstra como os dois ideólogos tinham afinidades entre si e com o poder constituído.

De suma importância para se compreender o racismo disseminado pela eugenia da época, são as correspondências entre Renato Kehl e Monteiro Lobato (1882-1948), escritor e editor, considerado muito importante na literatura brasileira. Muito conhecido, principalmente, por sua coleção de histórias infantis, que se tornaram mais tarde uma minissérie de televisão. Muito lido ainda hoje, ele também escreveu obras para o público adulto e foi tradutor de inúmeras obras da literatura internacional.

Monteiro Lobato, que segundo o historiador Thomas Skidmore, desde seu tempo de estudante de Direito já descrevia o Brasil como “filho de pais inferiores... dando como resultado um tipo imprestável, incapaz de continuar a se desenvolver sem o concurso vivificador do sangue dalguma raça original” (SKIDMORE, 1976, p.199), demonstra nestas correspondências uma visão pessimista em relação à elite brasileira, que seria, segundo ele, incapaz de tomar as medidas necessárias e adequadas para o “melhoramento das raças”. Lamenta não ter conhecido Renato Kehl antes, pois se tratava, nas palavras de Lobato, do “mais acabado tipo de cientista que nossa atualidade pensante possui” (GOES, 2015, p. 102), a quem passou a denominar o

²² Tenho a honra de enviar a V. EX. toda a Legislação nossa relativa à imigração. Como dentro em poucos os reuniremos para desempenho da missão que nos confiou o Sr. Ministro do Trabalho, pareceu-me que seria útil a V. Ex. ter em mãos as novas leis relativas ao assunto que iremos tratar. Na primeira oportunidade, terei o prazer de comunicar a V. Ex. a data da nossa primeira reunião. Creia-me sempre maior atenção e apreço, De V. Ex. Att. Admirador e patricio obrigadíssimo. Oliveira Vianna. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC) (apud (LOPES, 2015, p. 102).

“pai da eugenia no Brasil”,²³ e fazendo uma espécie de analogia biológica com as plantas, sugere que o “povo” deveria ser “podado” para que o Brasil alcançasse a o desenvolvimento tão sonhado como nação.

Lobato era pessimista quanta à possibilidade de a elite brasileira implantar medidas capazes de melhorar o desenvolvimento social através da questão racial. E parece que nutria um ódio especial pelas populações negras, como é possível perceber em carta enviada em 1938, a outro eugenista da época, Arthur Neiva²⁴, onde defende as medidas adotadas nos Estados Unidos.

Um dia se fará justiça ao Ku Klux Klan; tivéssemos aí uma defesa dessa ordem, que mantém o negro no seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva. (LOBATO apud GOES, 2015, p. 110).

Percebe-se claramente que, para Lobato, a raça negra era tão prejudicial para a sociedade que a atuação de grupos de extermínio de negros, como a Ku Klux Klan,²⁵ era defendida por ele como um remédio para o atraso do Brasil. Este atraso, por sua vez, era associado à formação de sua população, que no caso do Rio de Janeiro na época era composta por grande parte de pessoas negras. Na mesma cidade do Rio de Janeiro, 20 anos antes, no ano de 1908, quando este escritor ainda era estudante de Direito, a população já era motivo de seu ódio. Naquele momento, Lobato acreditava que medidas como as barreiras segregacionistas do preconceito racial, como as adotadas nos Estados Unidos que, segundo ele, salvou aquele país da miscigenação, assim como a facilitação da imigração branca, adotadas no Estado de São Paulo, poderiam ser a salvação para este problema. Como relata em uma carta a um amigo.

Num desfile, à tarde perpassam todas as degenerescências, todas as formas e má formas humanas – todas menos a normal... Como consertar essa gente? Que problemas terríveis o pobre negro da África nos criou aqui, na sua inconsciente vingança! Talvez a salvação venha de São Paulo e outras zonas que intensamente se injetam de sangue europeu. Os americanos salvaram-se da mestiçagem com a barreira do preconceito racial. Temos também aqui essa

²³ Renato, Tu és o pai da eugenia no Brasil e a tu devia eu dedicar meu *Choque*, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que errei não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo. [...]. Precisamos lançar, vulgarizar estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como vinha. (Fundo Renato Kehl, DAD-COC) (apud LOPES, 2015, p. 103).

²⁴ Artur Neiva nasceu em Salvador no dia 22 de março de 1880. Formou-se em medicina em 1903 no Rio de Janeiro, a partir de 1912, em companhia de Belisário Pena, percorreu vários estados brasileiros, desenvolvendo investigações das quais resultou, mais tarde, o relatório Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás (1916).

²⁵ Organização racista de perseguição aos negros que atuou nos Estados Unidos na década de 80 do século XIX. Ver: SALDANHAS, Viviane Rodrigues Darif. A KU KLUX KLAN e a instauração do medo nos EUA. **Espaço Graduação**, v. 1, n. 1, fev. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scloplr/article/view/64769>. Acesso em 11 de novembro de 2022.

barreira, mas só em certas classes e certas zonas. No Rio, não existe (LOBATO apud SKIDMORE, 1976, p. 199).

Tanto em 1908, como na década de 30 quando se correspondia com Renato Kehl, Monteiro Lobato, um dos mais famosos nomes de nossa literatura infantil, demonstra ser um pensador extremamente racista, que estava desencantado com o país em que vivia, culpando sua população, especialmente a negra, pelo atraso econômico e social, procurando nas questões raciais justificativas para a situação. Para o professor Weber Lopes Goes²⁶,

O desencanto de Monteiro Lobato em relação ao Brasil pode ser identificado justamente na ausência de organizações que viabilizassem os mecanismos para a consolidação de uma verdadeira nação brasileira, que só poderia ser garantida por meio de uma instituição capaz de solidificar o projeto que tanto ele, Renato Kehl e outros adeptos da ideologia do racismo e do conservadorismo, vislumbravam, ou seja, um país *branco, civilizado, capitalista e cristão* (GOES, 2015, p. 109).

Ao entender a questão racial como motivo para o atraso e o subdesenvolvimento, estes intelectuais desviavam o foco das questões sociais geradoras de desigualdades. Ao mesmo tempo em que alimentavam o preconceito e a discriminação racial, pois de alguma forma, impediam o desenvolvimento de políticas públicas de melhoria das condições de vida das classes menos abastadas, e ainda fortaleciam o sentimento de culpa e a baixa autoestima daquelas pessoas que faziam parte dos grupos fragilizados, negros e afrodescendentes.

O grupo composto por estes eugenistas aqui apresentados, e inúmeros outros não discutidos, formaram durante as primeiras décadas do século XX a elite do pensamento racial no Brasil, atuando principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, a então capital federal. Conseguiram defender teses, organizar eventos, editar revistas e livros, promover congressos. Formaram uma base política sólida e conservadora na década de 30 e foram capazes de influenciar na política da época, a ponto de até mesmo inserir um artigo na Constituição de 1934, implantando a educação eugênica no país.

A eugenia, que na Europa resultou no desenvolvimento de movimentos políticos como o nazismo e o fascismo e que nos Estados Unidos e na África do Sul desencadeou em políticas de segregação racial, gerou no Brasil - país onde já havia uma miscigenação muito forte - o ideal de branqueamento, que por sua vez foi fundamental na difusão do racismo e da discriminação racial. Proporcionou um enorme prejuízo para a população afrodescendente,

²⁶ Weber Lopes Goes. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. Membro do Centro de Estudos Periféricos (CEP) da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Colegiado do Curso "Bacharelado em Serviço Social" na Faculdade de Mauá -FAMA. Tem se debruçado nos estudos sobre as bases ideológicas do racismo a partir dos teóricos Arthur de Gobineau, Francis Galton e outros.

contribuindo para sua baixa autoestima e impedindo a luta por políticas públicas de igualdade racial que poderiam resultar na diminuição das desigualdades.

3.3. A democracia racial: o mito que atuou como obstáculo à mobilidade social do afrodescendente

A partir da década de 30 do século 20, Gilberto Freire²⁷ realiza estudos onde busca a valorização da influência da cultura negra de origem africana no Brasil. Seu livro *Casa Grande & Senzala* torna-se um marco importante para o estudo da cultura brasileira. Porém, a forma suave como ele trata do tema da escravidão acaba por passar a ideia de que no Brasil esta instituição teria sido mais amena do que em outras regiões, tendo como resultado uma imaginada harmonia entre as raças. Portanto, nosso país deveria ser visto como um modelo de integração racial bem-sucedida a ser seguido por outras nações. Tais ideias acabaram sendo utilizadas para o desenvolvimento do mito da democracia racial no Brasil, denunciado por Florestan Fernandes na década de 1960, se tornando um dos principais elementos ideológicos a serem combatido pelo movimento negro a partir dos anos 80 do século XX.

No entanto, para o historiador Petrônio Domingues,²⁸ ao publicar a obra *Casa Grande & Senzala*, em 1936, “Gilberto Freire não fundou o mito da democracia racial, mas o consolidou, elevando ao plano científico um imaginário das relações raciais fortemente arraigados no pensamento nacional” (DOMINGUES, 2004, p.290), pois este já fazia parte da visão de mundo da sociedade brasileira desde o fim do período colonial, acentuando ainda mais no pós-abolição a ideia de harmonia entre as raças. Portanto,

O lançamento de Casa-Grande & Senzala teve importância menos pela originalidade das proposições colocadas e mais pela capacidade de canalizar a representação popularizada das relações entre negros e brancos do país e transformá-la na ideologia racial oficial. (DOMINGUES, 2004, p.290).

Segundo sua pesquisa, o mito da democracia racial não deve ser atribuído somente à obra de Gilberto Freire, embora a importância desta para a divulgação da ideologia que

²⁷ Nasceu em Recife, em 1900. Bacharel em ciências políticas e sociais pela Universidade de Baylor, Texas, em 1920, fez pós-graduação em ciências políticas, jurídicas e sociais pela Universidade de Columbia, também nos Estados Unidos. Professor de sociologia da Escola Normal de Pernambuco entre 1928 e 1930. Na década de 30, publicou as obras *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, ficou conhecido como o grande propagador da ideologia da democracia racial brasileira.

²⁸ Petrônio Domingues. Possui bacharelado e licenciatura (1997), mestrado (2001) e doutorado (2005) em História pela Universidade de São Paulo (USP). É professor associado do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor permanente tanto do Mestrado Acadêmico em História (PROHIS) quanto da Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Sociologia da mesma universidade.

interessava à formação de unidade nacional desejada pelo Estado naquele momento histórico não possa ser negada.

Ainda, segundo Domingues (2004), as raízes históricas do mito podem ser encontradas no século XIX, tendo sido influenciadas pela literatura produzida pelos viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil; pela produção da elite intelectual e política da época; pela direção do movimento abolicionista institucionalizado; e pelo processo de mestiçagem. Mas no período pós-abolição, o mito da democracia racial foi construído pela elite branca como modelo do sistema racial, para ocultar o controle racial em vigor, produtor de opressão e desigualdade na relação entre negros e brancos, com prejuízos para os primeiros. Sendo assim, afirma que:

No quadro de correlações de forças raciais pós-abolicionista, supomos que a saída pela teoria da democracia racial era providencial por três motivos. Primeiro, desarticulava e/ou evitava a luta de qualquer espécie de acerto de contas derivado do acúmulo de ódio racial. Segundo, minou qualquer possibilidade de o Estado brasileiro implementar políticas compensatórias em benefício dos ex-escravos e seus descendentes, como forma de reparo às atrocidades, aos danos e a expropriação causada pelo regime escravista. Terceiro, isentava o ex-senhor de qualquer responsabilidade sobre o destino dos manumitidos, nas condições em que se construiria um mercado livre de trabalho. Uma vez que culminou adotado como ideologia oficial, o mito da democracia racial gerava uma sensação de alívio entre os brancos no seu conjunto, a ponto de sentirem-se eximidos de qualquer obrigação pela tragédia do povo negro. A sociedade parecia não impor nenhum tipo de barreira ao progresso dos mais capazes (DOMINGUES, 2004, p.278).

Como podemos observar, a suposta democracia racial beneficiava apenas a elite branca dominante, pois a ela nada era cobrado, nem por todos os anos de cativo, muito menos pela situação de desigualdade e desamparo em que se encontrava a grande maioria da população negra que era obrigada a arcar com toda a responsabilidade pela falta de melhores condições de vida e pela dificuldade de obter alguma ascensão social na nova ordem da competitividade capitalista.

Ainda segundo Domingues (2004), a constante comparação entre as práticas escravistas no Brasil e nos Estados Unidos, realizadas por alguns estudiosos que procuravam afirmar que aqui as relações entre senhor e escravos eram mais amenas; o fato de alguns setores da população negra terem continuado ligados à elite tradicional por laços paternalistas; e a relação de proximidade entre negros e imigrantes são fatores que contribuíram para que o mito se internalizasse na sociedade, inclusive com a cooperação da imprensa negra que, muitas vezes, ao endossar a negação do preconceito racial colaborou para desarticular a luta antirracista. Outro fator determinante neste processo foi a criação da categoria do “mulato” que serviu para difundir a ilusão de que no Brasil não existia distinção de raças, e ainda dividia a população de origem africana e seus descendentes em duas categorias enfraquecendo o poder de luta.

Nestes termos, o discurso da ideologia do mito da democracia racial no Brasil, do período do pós-abolição até os anos 60, quando foi denunciado por Florestan Fernandes, teve como consequências, o desenvolvimento do complexo de superioridade no branco e de inferioridade no negro; dificultou a compreensão de que havia interesses comuns entre negros e mulatos; cooptou o negro ou mulato que teve ascensão social para ideologia dominante, transformando a luta que devia ser coletiva em individual; e ainda causou o isolamento político do protesto negro, fazendo da luta antirracista uma tarefa que cabia apenas às pessoas negras.

O sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães²⁹ discorda que a democracia racial tenha sido uma ideologia criada pela elite branca. Para ele, o termo surgiu ainda na segunda metade do século XIX, a partir da ideia de que no Brasil não existia barreiras de cor que impedisse a ascensão social, que naqueles tempos já se difundia pela Europa e Estados Unidos. Isto se dava, principalmente, a partir da comparação da situação de segregação racial institucional que acontecia nos Estados Unidos. Tal ideia estava tão enraizada na sociedade que, no Brasil dos anos 30, a Frente Negra Brasileira não atribuía a situação de atraso em que a população negra se encontrava ao preconceito racial. A FNB, aceitava muito bem o argumento de que a “falta de instrução e seus costumes arcaicos, eram os principais responsáveis pela situação de degenerescência dos negros” (GUIMARÃES, 2001, p.149). Portanto, a importância de Gilberto Freire, que nunca usou o termo democracia racial, preferindo outros, tais como democracia social ou democracia étnica, foi defender em termos culturais a ideia de que no Brasil as raças teriam se integrado de formas harmônicas sem quaisquer obstáculos entre elas. Desta forma, foi “grandemente responsável pela legitimação científica da afirmação da inexistência de preconceitos e discriminações raciais no Brasil” (GUIMARÃES, 2001, p.153), atuando como o principal propagador do ideal de democracia racial que interessava ao Estado e aos principais segmentos sociais daquele momento histórico.

Nestes termos, a democracia racial aceita nos anos 1930 ganha força nos anos quarenta através da conformidade de pensamentos que havia entre os intelectuais negros do Teatro Experimental do Negro (TEN) e dos intelectuais nacionalistas brancos, como o próprio Freire, Florestan Fernandes, Roger Bastide e Paulo Prado, tendo como principal objetivo se contrapor à ditadura do Estado Novo de Vargas e aos ideais fascistas e nazistas que se propagavam. Porém, a conformidade de pensamentos entre os dois grupos de intelectuais citados acima começa a se romper a partir dos anos cinquenta, quando o TEN passa a defender a necessidade

²⁹ Antonio Sérgio Alfredo Guimarães tem graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Doutorado em Sociologia pela University of Wisconsin, Madison. Professor Titular (Sênior) do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), é pesquisador 1A do CNPq e Life Member do Clare Hall, Cambridge, UK.

de uma segunda abolição para integrar o negro social e economicamente na ordem capitalista. Se polarizando, ainda mais, em torno da discussão sobre a existência ou não de preconceito racial no Brasil.

Ainda segundo Guimarães,

o rompimento do pacto democrático que vigera entre 1945 e 1964 e que incluía os negros, seja como movimento organizado, seja como elemento fundador da nação, parece ter decretado também a morte da democracia racial (GUIMARÃES, 2001, p.155).

Resultando na denúncia dela como mito por Florestan Fernandes, ou como logro por Abdias do Nascimento. Porém, a partir de 1964, a chegada ao poder das forças conservadoras favoreceu as ideias de Gilberto Freire, passando a democracia racial de um ideal ao status de mito formador da nacionalidade brasileira, utilizado pelo Estado autoritário para combater as reivindicações dos movimentos sociais negros. Entretanto, a ênfase dada à cultura no período proporcionou o surgimento, em várias cidades brasileiras, de inúmeras entidades culturais negras que passaram a buscar uma identidade e singularidade étnica de origem africana. A partir de meados dos anos 70, tais entidades começaram a ser aceitas pelo Estado brasileiro, ao menos em termos culturais.

A criação dessas entidades negras e suas conquistas proporcionaram a unificação dos movimentos sociais negros, que resultou na criação em 1978, do Movimento Negro Unificado (MNU). Este, por sua vez, elegeu a “democracia racial” brasileira, nos moldes de Gilberto Freire, como o principal inimigo a ser combatido. A partir deste momento, “desmascarar a democracia racial brasileira em sua versão conservadora, de discurso oficial de um Estado que impedia a organização das lutas antirracistas, passa a ser o principal alvo da resistência negra” (GUIMARÃES, 2001, p.156). Com a redemocratização, a partir do início dos anos 80, as sociedades democráticas passaram a integrar a questão do multiculturalismo como marco orientador de suas políticas. Estes fatos teriam proporcionado aos movimentos étnicos, especialmente ao MNU, reivindicar com mais ênfase a valorização do legado cultural de africanos e afrodescendentes intensificando a luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial. Assim, algumas conquistas importantes aconteceram. Entre elas, a criminalização do racismo na Constituição de 1988, e a Lei nº 7.716 de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Os pensamentos dos autores aqui citados diferem em alguns pontos, como por exemplo, a origem do termo democracia racial e seus usos ao longo do século XX. Para Domingues, foi uma ideologia criada pela elite branca do pós-abolição para manter as populações negras no

lugar de dominação a elas destinado, sem incomodar os privilégios dos dominadores. Enquanto para Guimarães foi uma ideia disseminada e pactuada na sociedade como um todo, principalmente em função da comparação com a segregação racial que acontecia nos Estados Unidos, e serviu para amortizar as tensões entre as raças em momentos democráticos e autoritários até o momento da incorporação do conceito de multiculturalismo, que aumentou as demandas por aceitação de identidades étnicas diversas nas sociedades democráticas, inclusive no Brasil pós Ditadura Civil Militar³⁰, tornando-se após este período no mito a ser combatido. Mas ambos os autores reconhecem o fato de que a “democracia racial brasileira” retardou por muito tempo o reconhecimento do racismo e do preconceito racial, agindo como mais um dos obstáculos que impediram o estudo das desigualdades entre brancos e não brancos na sociedade brasileira, contribuindo para o não desenvolvimento de políticas públicas capazes de superar tais desigualdades.

Até aqui, o trabalho procurou demonstrar como a falta de políticas públicas de integração dos afrodescendentes, acompanhada pelo desenvolvimento de teorias racista e do mito da democracia racial, impediram o desenvolvimento deste grupo quando comparado ao branco. No entanto, neste mesmo período pós-abolição até a década de 80, se desenvolveram importantes movimentos de resistência negra, que contribuíram para as conquistas dos anos seguintes.

³⁰ Ver: NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

4. A abolição e os movimentos de luta pela igualdade racial

4.1. Principais movimentos negros: reivindicações e conquistas

No item, *Do escravismo como base de produção às lutas negras como formas de resistência* argumentou-se que em todas as regiões e durante todo o tempo em que perdurou o escravismo no Brasil houve também alguma forma de resistência dos povos negros contra a situação a que estavam expostos. Retoma-se aqui o assunto porque entende-se que a abolição de 1888 não significou o fim das resistências negras. Elas continuaram existindo, embora o foco tenha mudado do escravismo para o combate às barreiras impostas pelo preconceito e discriminação racial. Organizados em clubes, em irmandades religiosas, ou em associações recreativas, os negros continuaram suas lutas no combate ao racismo e por melhores condições de vida.

Quando hoje se fala em movimentos negros, não é difícil imaginar que todas estas formas de organização das lutas negras também representam alguma forma de movimentos organizados de lutas por igualdade em seus respectivos contextos de formação e atuação. Portanto, para efeito deste trabalho, utiliza-se a definição de movimento negro organizado, conforme Amílcar Araújo Pereira.

devo dizer que considero movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social (PEREIRA, 2013, p. 110).

Procurando manter uma proximidade com esta definição, e considerando sua importância para a argumentação desta pesquisa, dentre os inúmeros movimentos de lutas pela igualdade racial que surgiram a partir das primeiras décadas do século XX, destaca-se aqui os três movimentos de maior relevância no contexto desta proposta: a Frente Negra Brasileira (FNB), O Teatro Experimental do Negro (TEN), e Movimento Negro Unificado (MNU).

A Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, tendo como seu principal objetivo a “ascensão moral e progresso material da raça negra” (DOMINGUES, 2008, p.522), foi uma associação criada por “homens de cor” paulistanos, tendo a maioria de seus associados vindos das classes mais humildes da sociedade, pautou sua atuação na instrução e na educação da população negra com o objetivo de incluí-los na sociedade competitiva da época. Alcançou um importante crescimento se espalhando por várias cidades brasileiras, chegando a se tornar um

partido político, o Partido da Frente Negra Brasileira, em 1936. Posteriormente, este partido foi cassado pela Ditadura do Estado Novo em 1937. Não há evidências que o antirracismo, como o conhecemos hoje, tenha feito parte da pauta da FNB. Esta, por sua vez, estava impregnada com as ideias vigentes da época, como o fascismo e o nacionalismo, e reproduzia de certa forma a premissa de que os negros deveriam imitar os brancos na busca pela ascensão social. No entanto, pode-se afirmar que dentre suas práticas, tais como a criação de escolas exclusivas para negros e o incentivo na busca por melhores condições de vida, tenham sido elementos muito importantes para o desenvolvimento da autoestima de seus associados, em razão do contexto de exclusão em que se encontravam. Neste sentido, mesmo que não agisse diretamente na luta antirracista, a FNB também pode ser entendida como uma precursora das lutas desenvolvidas pelos movimentos negros que a sucederam.

Abdias do Nascimento,³¹ um dos fundadores da FNB, criou no Rio de Janeiro em 1944 o Teatro Experimental do Negro (TEN), que seria considerado uma importante instituição na luta antirracista e a favor da igualdade racial por diversos autores a partir das décadas de 40 e 50. Segundo o próprio Abdias do Nascimento, o TEN

se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte (NASCIMENTO, 2004, p.210).

Desde sua estreia em 1945, até ser perseguido pela Ditadura Militar em 1968, o TEN atuou, por um lado, denunciando os equívocos e a alienação que faziam parte dos estudos afro-brasileiros da época e, por outro, trabalhando a conscientização do próprio negro sobre a situação objetiva onde se encontrava, inserido dentro do projeto de educação proposto por uma elite dominante europeizada que não atendia a seus interesses. Esta instituição é de suma importância para entender a luta pela igualdade racial em termos culturais, naquele conturbado período da história brasileira, onde as liberdades individuais e coletivas eram reprimidas em nome de um projeto político de dominação e repressão.

³¹ Abdias do Nascimento nasceu em Franca (SP) no dia 14 de março de 1914, filho de José Ferreira do Nascimento e de Georgina Ferreira do Nascimento. Diplomado em contabilidade pelo Ateneu Francano em 1929, transferiu-se posteriormente para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde bacharelou-se em ciências econômicas pela Universidade do Rio de Janeiro em 1938. Diretor-fundador do Teatro Experimental do Negro em 1944. Participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abdias-do-nascimento>

Durante o período em que vigorou a Ditadura Civil Militar, de 1964 a 1985, as reivindicações pela igualdade racial foram reprimidas pelo Estado autoritário que não admitia a ideia de ser o Brasil um país desigual em termos de raça, preferindo adotar e priorizar o pensamento que atribuía os motivos das diferenças sociais à cultura. No contexto social daquele período, houve o surgimento de várias entidades culturais negras que procuravam incentivar a valorização da cultura de origem africana e afrodescendente no país, tais manifestações eram aceitas pelo Estado desde que não abordassem as questões políticas.

Em 1978, contudo, aconteceu um ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo contra a violência policial e a discriminação racial. O protesto aconteceu pela morte de um operário negro, devido às torturas praticadas por policiais em uma delegacia da zona leste de São Paulo e por outros quatro jovens terem sido barrados no Clube de Regatas Tietê, onde deveriam praticar esportes. As agressões aconteceram simplesmente por serem negros. Este ato foi caracterizado como o marco fundamental para a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que em seguida passou a ser denominado de Movimento Negro Unificado (MNU).

A partir da criação do Movimento Negro Unificado, que uniu vários grupos de luta de todo o país, houve uma mudança na postura destes movimentos que deixaram de ser apenas culturais, para se dedicar à construção da identidade negra e às lutas contra a discriminação e o racismo. Segundo Angela Rondon Paiva³², os movimentos que participaram do ato simbólico da criação do MNU em São Paulo,

lograram achar um consenso em torno de duas questões: a denúncia da discriminação racial e demandas por acesso aos bens sociais, em especial à educação e ao mercado de trabalho, além do acesso à justiça. Assim pese as enormes divergências e tensões dos movimentos negros, há uma demanda específica que fica mais clara com a redemocratização do país e são pensadas estratégias de organização específicas. (PAIVA, 2015, p.141)

Assim, a criação do MNU, combinado com o processo de redemocratização do país a partir da década de 1980, proporcionou a articulação entre o Movimento e o Estado que teve reflexos na Constituição de 1988, culminando com a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995 que trouxe importantes conquistas para a população negra. Neste mesmo ano de 1995, houve o reconhecimento pelo Estado brasileiro, representado pelo então presidente Fernando Henrique

³² Angela Rodolpho Paiva. Doutora em Sociologia pelo IUPERJ, (1999), Mestre em Sociologia (IUPERJ-1994) e mestre em Educação (Universidade de Connecticut - EUA, 1978). Graduação em Letras - Literatura e língua inglesa pela Universidade Santa Úrsula (1972). Pós-doutorado na Faculdade de Educação da Unicamp (2011). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pesquisadora do NIREMA - Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente, do qual foi uma das fundadoras. Pesquisas realizadas na área de direitos humanos, religião e política, relações raciais e movimentos sociais, juventude e ação afirmativa. Fonte: CNPq.

Cardoso³³, de que havia racismo e desigualdades raciais no Brasil, tornando oficial o argumento dos grupos que já reivindicava este reconhecimento pelo Estado. Dentre essas conquistas, a mais significativa talvez tenha sido a política de cotas raciais nas universidades públicas, que tiveram início em algumas universidades públicas a partir do ano de 2003, passando por um longo processo de discussão e trâmites legais, até ser julgada e considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 2012, tendo como principais objetivos a reparação histórica dos prejuízos causados à população negra ao longo da nossa história e a busca pela representatividade em espaços ainda não ocupados por pessoas negras, visando ainda a redução da desigualdade, da discriminação e do preconceito racial.

Portanto, entender a importância da atuação dos movimentos negros se torna de fundamental importância para a compreensão de que o reconhecimento e fortalecimento da identidade negra é fator essencial para mostrar que a falta de representatividade interfere e prejudica a luta pela igualdade racial.

4.2. O reconhecimento da identidade e a busca pela representatividade

A constituição de inúmeros movimentos em torno da questão racial, e principalmente a criação do MNU a partir de 1978 conforme já explicado acima, reforçou a busca pela identidade racial do povo negro no Brasil e, conseqüentemente, levou à discussão em torno da representatividade desta identidade nos diversos setores culturais, sociais e econômicos brasileiros.

³³ Fernando Henrique Cardoso é um sociólogo, cientista político, filósofo, professor universitário, escritor e político brasileiro com pós-graduação em econometria. Professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), lecionou também no exterior, notadamente na Universidade de Paris. Foi funcionário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), senador da República (1983 a 1992), ministro das Relações Exteriores (1992), ministro da Fazenda (1993 e 1994) e o 1º presidente do Brasil a ser eleito para 2 mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002). É comumente chamado pela sigla de seu nome completo FHC. Fonte: iea-USP.

Este tópico busca entender melhor a questão da identidade a partir do entendimento de teóricos como Stuart Hall³⁴, Muniz Sodré³⁵ e Arjun Appadurai³⁶. Assim como compreender como a representatividade importa para o fortalecimento da identidade de um grupo ou comunidade.

O professor Muniz Sodré inicia a discussão sobre identidades em seu livro *Claros e Escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*, com uma apresentação muito complexa para o termo.

o termo identidade tem sido usado como resposta ao longo dos tempos. A palavra vem de idem (versão latina do grego tó autò, “mesmo”), que resulta no latim escolástico em identitas, isto é, a permanência do objeto, único, e idêntico a si mesmo apesar das pressões de transformação interna e externa. Identidade – ou conformidade, por semelhança ou igualdade, entre coisas diversas - é assim, o caráter do que se diz “um”, embora seja “dois” ou “outro”, por forma e efeito. Identificação designa modernamente o processo constitutivo, por introyecção, de uma identidade estruturada (SODRÉ, 2015, p. 39).

Essa definição do termo sugere que a identidade seria algo assim como uma espécie de essência que permanece com o sujeito, mesmo que este sofra interferências externas. Ela funciona, portanto, como uma referência principal de cada indivíduo, embora ele possa adquirir várias outras no decorrer de sua vida. Podemos, portanto, pensar na identidade como elemento principal na constituição do sujeito, porém não podemos esquecer que as identidades não são fixas, elas vão se redefinindo a partir da vivência e da experiência de cada indivíduo, constituindo assim alguma coisa plástica e mutável. Ao nascer, um indivíduo já traz consigo uma identidade primária que o define em relação à sua família, etnia, ou até mesmo ao lugar ou Estado Nação em que nasceu. Porém, ao longo da vida ele vai adquirindo outros elementos, que vão redefinindo sua identidade em relação às outras pessoas, a partir das semelhanças e diferenças.

³⁴ Stuart Hall (1932-2014), foi um teórico cultural jamaicano que atuou no Reino Unido. Ele contribuiu com obras chave para os estudos da cultura e dos meios de comunicação, assim como para o debate político. O trabalho de Hall é centrado principalmente nas questões de hegemonia e de estudos culturais, a partir de uma posição pós-gramsciana. Hall concebe o uso da linguagem como determinado por uma moldura de poder, instituição, política e economia.

³⁵ Muniz Sodré é professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador (CNPq) e escritor, com dezenas de obras publicadas, que versam sobre mídia e comunicação, cultura nacional, técnicas de texto jornalístico e ficção (romãs e contos), alguns dos quais traduzidos na Itália, Espanha, Bélgica, Argentina, Cuba e Alemanha. É professor-conferencista em várias universidades estrangeiras. Foi presidente da Fundação Biblioteca Nacional (2005-2010).

³⁶ Arjun Appadurai é titular da cadeira John Dewey de Ciências Sociais na New School. Onde também é consultor Sênior para iniciativas globais. Seus livros incluem: *Modernity at Large*; *Cultural Dimensions of Globalization* e a coleção *globalization*. Também publicada pela Duke University Press.

Assim, Sodré afirma que “a identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento de um “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente” (SODRÉ, 2015, p.39). Segundo esta afirmação, pode-se deduzir que a identidade de alguém é construída a partir do social. É na relação com o outro que cada indivíduo vai construindo sua própria identidade. A “identidade é de fato algo implícito em qualquer representação que fazemos de nós mesmos” (SODRÉ, 2015, p, 40).

Neste sentido, deve-se entender que as construções das identidades não se afirmam pela estigmatização do outro, mas sim, no reconhecimento de que cada indivíduo é constituído de muitos outros que ele traz consigo, em sua história, e outros tantos que virão depois dele e que darão sequência a seus passos.

Outro pensador que deve ser lido com atenção quando se trata de identidade é o jamaicano Stuart Hall. Em seu livro *Identidade Cultural na Pós-modernidade*, este autor discute sobre a questão da construção da identidade a partir das transformações sociais ocorridas nas últimas décadas do século XX. Pensando sobre o “declínio das velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social” (HALL, 2006, p.7), ele investiga sobre uma possível “crise da identidade” (HALL, 2006, p. 9), que estaria causando a formação de novas identidades a partir da desfragmentação dos sujeitos. Logo no início do livro o autor afirma que é simpático às ideias de que as transformações sociais, que têm reflexo nas questões de gênero, sexualidade, raça, etnia e nacionalidade, vêm mudando as paisagens culturais, provocando uma crise de identidade nos sujeitos. Conforme descrito neste trecho:

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo (HALL, 2006, p.9).

Nota-se que o autor utiliza dos conceitos de deslocamento ou descentração para expor sua concordância com a ideia da crise de identidade que se estabelece a partir do final do século XX, em decorrência do maior fluxo de informação que passa a circular entre os indivíduos. Se antes a informação demorava para se deslocar de um lugar ao outro, agora com as novas tecnologias isso se dá de forma muito mais dinâmica e rápida, sem depender de órgãos oficiais, facilitando o contato entre pessoas e rompendo com as barreiras espaciais.

Para explicar estas transformações, Hall define três concepções diferentes de identidades que, segundo ele, tem interferido na forma de identificação dos indivíduos, são o

*sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno*³⁷. Ele explica que o sujeito do iluminismo possuía uma noção de identidade centrada, que foi se transformando através do tempo, até chegarmos ao sujeito pós-moderno, conhecido como “não portador de uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2006, p.10). Assim a identidade passa a se alterar conforme o contexto.

A identidade torna-se uma “celebração móvel” [...]. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p.13).

Para ele, o contexto dessas mudanças pode ser global, quando se dá através de movimentos internacionais; ou local, quando a questão tem mais a ver com o território mais próximo dos indivíduos. É inegável que existe um jogo de forças entre o local e o global quando o assunto é a identidade cultural. Segundo Stuart Hall, um dos fatores responsáveis por essas transformações é a globalização,³⁸ que, segundo ele, afirmar que ela trabalha apenas com a homogeneização cultural “é muito simplista, exagerado e unilateral” (HALL, 2006, p.77), pois nesta nova fase do capitalismo mundial existe “uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da “alteridade”” (HALL, 2006, p.77), onde as diferenças são fundamentais, visto que o capitalismo trabalha com a criação de novos nichos de mercados, que são oportunamente criados para atender às necessidades dos grupos.

As identidades nacionais sempre foram formadas pela hegemonia de uma cultura sobre outras, pois não existem Estados nacionais formados por uma cultura ou etnia única. Assim a globalização permite o enfraquecimento das identidades nacionais porque facilita o acesso dos indivíduos a outras culturas, fragilizando as fronteiras nacionais. Por outro lado, cria a possibilidade de formação de novas identidades a partir de novas formas de pertencimento. Como no caso dos grupos minoritários que procuram se organizar a partir de uma perspectiva de luta por seus direitos, que geralmente são negados pelas identidades hegemônicas que detêm o poder.

Vale salientar ainda o trabalho do filósofo indiano Arjun Appadurai, intitulado *O medo ao pequeno número*, de 2009. Neste livro, ele levanta a questão da construção dos conceitos de minorias e majorias. Ele argumenta que tanto as majorias como as minorias são construídas historicamente através dos processos de quantificação dos indivíduos. E que as minorias atuais

³⁷ HALL, 2006, p.10

³⁸ Processo de integração global, definindo-se como a expansão, em escala internacional, da informação, das transações econômicas e de determinados valores políticos e morais (SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**, São Paulo, 2013, p.169).

são o resultado do processo de “contar, classificar e pesquisar, as populações” (APPADURAI, 2009, p.42) desenvolvidas a partir dos anos de 1970. Sendo assim, nas palavras do autor, “as minorias, porém, não surgem pré-fabricadas. Elas são produzidas nas circunstâncias específicas de cada nação e de cada nacionalismo” (APPADURAI, 2009 p.39); portanto, os grupos ditos minoritários surgem em contextos históricos específicos.

O autor utiliza estes argumentos para explicar o aumento da violência e da perseguição contra as minorias em nações que estão à margem da globalização, aumento este que pode ser identificado em países do mundo todo, inclusive na Europa, sendo resultado das frustrações de suas maiorias em relação ao sistema global.

Segundo o autor, existe uma relação direta entre a formação das identidades e a questão da violência contra os grupos minoritários, pois em situações extremas as relações entre maiorias e minorias podem favorecer o desenvolvimento daquelas identidades que ele chamou de “identidades predatórias, identidades que reivindicam a extinção de outra coletividade para sua própria sobrevivência” (APPADURAI, 2009, p.46). Segundo esta interpretação, as identidades hegemônicas tendem a aceitar as minorias, desde que estas não ameacem o status quo. Entretanto, quando os grupos minoritários começam a lutar por seus direitos, estas costumam reagir com violência para a manutenção de seus poderes e privilégios.

Pensando nesta exposição sobre o conceito de identidade e suas relações com a questão das minorias, pode-se inquirir que as identidades são fundamentais para a constituição dos grupos que lutam por direitos, sejam eles sociais, raciais, ou de outras características, mesmo que sejam construídas na relação com o outro, socialmente, e não sendo fixas conforme afirma Sodré, estando em constante mobilidade e causando a desfragmentação dos sujeitos, ou mesmo procurando a hegemonia sobre as outras, conforme Hall, ou sendo predatórias e violentas, conforme Appadurai.

A partir desta constatação, entende-se que a criação dos movimentos negros brasileiros ao longo do tempo, durante o século XX e, principalmente, a formação do MNU a partir de 1978, foram fatores de suma importância para desenvolvimento da identidade negra no Brasil e para a busca da representatividade dos afrodescendentes nos mais variados setores da sociedade em que vivemos.

Entende-se ainda que a identidade atua no campo da representação, agindo como um espelho para seus membros. É através deste espelho que procuramos olhar a sociedade como um todo, buscando interagir com ela. Portanto é de fundamental importância que os

afrodescendentes, que segundo o IBGE já são mais de 53% da população brasileira, estejam representados em proporções parecidas com esta em todos os setores desta mesma população. Porém, é fácil perceber que tal representação ainda está a anos-luz de acontecer e que precisa ser buscada através da luta política, social e cultural.

Por último, podemos associar o fortalecimento das identidades negras, indígenas, LGBTQIAP+ etc. ao aumento da resistência contra as políticas afirmativas que buscam beneficiar estes grupos, e ao aumento da violência contra eles, pois lembrando Appadurai, quando uma identidade hegemônica está se sentindo ameaçada, esta procura conter o avanço das demais, muitas vezes por meio da violência, procurando manter seus status e privilégios.

Nestes termos, o fortalecimento da identidade de afrodescendentes nas últimas décadas passou a ser um meio que busca suprir a falta de representatividade nos setores ou profissões mais valoradas da sociedade brasileira. Tal falta de representatividade é causada pelo racismo velado e pela discriminação racial, decorrentes em certo ponto da falta de ações de integração racial no pós-abolição, da eugenia e do mito da democracia racial. Quando se pensa em fortalecimento de identidades negras, existe a demanda que o Estado brasileiro desenvolva políticas públicas para correções das desigualdades raciais existentes na sociedade. Tais políticas públicas não podem ser desenvolvidas sem considerar a importância da educação formal de qualidade para o desenvolvimento da sociedade. Somente através do acesso à educação em condições igualitárias é que se torna possível a evolução social, econômica e cultural de um país.

4.3. A educação como um direito negado à população negra no Brasil

A história demonstra que a educação formal no Brasil é vista pela sociedade como um meio fundamental para se obter a ascensão social. Ou seja, como uma forma ou maneira para se conseguir um bom emprego e “ser alguém na vida”, pois reforça a ideia de quanto maior a qualificação, maiores são as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, tendo como consequência melhor renda.

Porém, essa história revela que a população negra se manteve excluída deste processo educacional, pois, a educação formal foi um direito sempre negado a este grupo social. Ao se pesquisar as leis que tratam sobre a educação no Brasil, é fácil perceber que desde a primeira

lei que data do ano de 1827, até a promulgação da atual Constituição Federal em 1988, a população negra ora foi excluída deste processo, ora foi incluída de forma a ser moldada à ordem ideológica vigente de manutenção de privilégios e de dominação por parte da elite não negra.

Antes mesmo da primeira lei sobre educação, a Constituição Imperial de 1824 previu a educação primária e gratuita a todos os cidadãos brasileiros, mas excluía a participação dos escravizados, que eram a maioria da população da época, constituída por pessoas negras.

Desta forma, desde a primeira Lei nacional sobre a instrução pública em 1827, até a Reforma Rivadávia Correia em 1911³⁹, todas as leis sobre educação no Brasil procuraram de alguma forma impedir ou dificultar o acesso de pessoas negras à educação pública formal.

A Lei nacional sobre instrução pública de 1827, que permaneceu em vigor até 1946, não trouxe nenhuma menção à educação de crianças negras, o que demonstra que havia naquele momento uma invisibilidade em relação a esta questão. Porém, tal invisibilidade parece ter sido superada de forma negativa dez anos depois, quando em 1837 a reforma de instrução pública da Província do Rio de Janeiro “proibia a frequência à escola daqueles que sofressem de moléstias contagiosas, dos escravos e dos pretos africanos, ainda que livres e libertos” (ALMEIDA, M.; SANCHEZ, 2016, p.236). O que demonstra que a omissão da lei nacional abria caminho para que nas províncias o acesso pudesse ser oficialmente negado, como no exemplo acima. Segundo Almeida e Sanchez (2016), as dificuldades impostas às crianças negras e escravizadas da época eram de dois tipos: a pobreza e discriminação social e racial.

Seguindo com a legislação, percebemos que em 1854 a situação permanecia sem alterações, pois o Decreto nº 1.331 - que aprovou as medidas de regulamentação do ensino primário e secundário conhecidas como Reforma Couto Ferraz⁴⁰, “tornou gratuitas, na Corte, as escolas primária e secundária, e a primeira delas, obrigatória aos maiores de sete anos, mas estabeleceu que os escravos não fossem admitidos nas escolas públicas do país, em nenhum dos níveis de ensino” (ALMEIDA, M.; SANCHEZ, 2016, p.237). Ou seja, tal decreto ampliava para todo o país a proibição para que os escravizados pudessem ser matriculados em escolas públicas, porém o decreto não se referia à situação dos ex-escravizados e livres.

³⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁴⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>

Somente em 1878, já no contexto da Lei do Ventre-livre, a reforma do Ensino Primário e Secundário feita pelo Decreto Leôncio de Carvalho permitiu a matrícula de negros libertos maiores de quatorze anos nos cursos noturnos. Porém, segundo Domingues (2009), “os benefícios do decreto de 1878 não se estendiam aos escravos”, o que demonstra que havia uma clara preocupação em proibir a instrução dos escravizados, talvez porque esta fosse vista como uma ameaça ao sistema escravista vigente. Um ano depois, o veto que proibia a participações dos escravizados foi suprimido, surgindo, finalmente, uma oportunidade para que alguns escravizados passassem a frequentar escolas profissionais e, a partir de então, se tornarem aptos a ensinar outros escravizados em espaços informais.

Segundo as leis de instrução pública do século XIX, é possível deduzir que a educação formal pública tinha como alvo principal as crianças de famílias pobres. E que os objetivos eram ensinar a ler e a escrever, e as operações básicas de aritmética, assim como as regras básicas de comportamentos morais, buscando preservar a ordem social vigente. Enquanto isso, as crianças da classe dominante eram educadas em suas casas ou em escolas particulares por professores pagos pelos seus pais.

Já no início da segunda década do século XX, a Reforma Rivadávia Correia, de 1911, rompe com essa tradição, implantando “a realização de exames admissionais e a cobrança de taxas nas escolas, impossibilitando o ingresso de grande parcela da população nas instituições oficiais de ensino” (GARCIA, 2007 apud ALMEIDA, M.; SANCHEZ, 2016, p.238). A partir da referida reforma, a instrução pública passa a ser direcionada para um novo público-alvo, voltando-se para os filhos das famílias mais abastadas que tinham condições econômicas e financeiras para pagar pelos estudos de seus filhos, dificultando ainda mais o acesso da população pobre e periférica, onde se encontrava a grande maioria dos negros advindos do sistema escravista que tinha oficialmente acabado há pouco mais de vinte anos.

Neste contexto de início do século XX, com o movimento de industrialização de algumas áreas urbanas, as populações negras e pobres passaram a ter como alternativas educacionais, para substituir a falta de políticas públicas governamentais, algumas iniciativas advindas dos movimentos negros que buscavam oferecer instrução, principalmente de alfabetização em clubes e oficinas. Mas a falta de apoio e recursos fazia com que tais iniciativas tivessem um período curto de duração, funcionando de maneira bastante fragmentada. Também existiram outras iniciativas locais, como por exemplo “o ensino profissionalizante paulista, cujas escolas foram criadas a partir do Decreto 7.556, de 1909, tinha o objetivo de formação de um mercado interno de mão de obra qualificada por meio da instrução dos filhos de trabalhadores” (ALMEIDA, M.; SANCHEZ, 2016, p.238). Segundo estes autores, esta

iniciativa proporcionou a alguns negros a possibilidade de se alfabetizar e ingressar no mercado de trabalho, e tiveram como consequência o início da conscientização da população negra para a necessidade de se instruir, buscando melhores condições de vida.

Porém, é a partir dos anos 30, com a atuação da Frente Negra Brasileira, que a instrução dos negros passa a ser um pouco mais efetiva. Segundo Domingues, nesta instituição “Acreditava-se que os negros, à medida que progredissem no campo educacional, teriam mobilidade social, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente” (DOMINGUES, 2009, p. 976). Desta forma, a FNB promoveu através de diversos centros espalhados pelo Brasil, vários cursos de educação básica, tendo como prioridade a alfabetização de pessoas negras, pois acreditava que era através da educação que seria possível amenizar a discriminação e o preconceito racial.

Contudo, a forte atuação do movimento negro, principalmente da FNB, que tentava cumprir na educação o papel que seria do Estado, não foi suficiente o bastante para evitar que a Constituição de 1934, a primeira a trazer em seu texto a obrigatoriedade da educação escolar no país sem determinar se ela seria realizada em instituições oficiais, fosse promulgada sem qualquer referência à educação da população negra como um grupo específico. Muito menos ainda, foi capaz de evitar que esta mesma Constituição, em seu artigo 138, parágrafo b, afirmasse como sendo dever do Estado “estimular a educação eugênica” no país, uma das principais reivindicações dos defensores das ideias de eugenia já citados em capítulo anterior.

Acompanhando ainda a legislação educacional do século XX, se torna possível perceber que a partir dos anos 30 não houve mudanças significativas em relação à educação dos afrodescendentes. Durante os períodos de ditaduras, Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Civil-militar (1964-1985), houve um apagamento por parte do Estado de tudo aquilo que se referia a interesses de grupos minoritários, pois se pregava a ideologia de país grande e homogêneo, sem considerar as diferenças internas da sociedade. Nem mesmo na curta democracia entre os dois períodos citados houve alguma mudança no sentido de desenvolver políticas públicas voltadas para a população negra.

Ainda é possível observar que nem mesmo um importante movimento educacional dos anos 30, a chamada Escola Nova⁴¹, fez qualquer referência à educação de negros. Seus integrantes, impregnados pelos ideais eurocêntricos e etnocêntricos, não foram capazes de perceber que este grupo, historicamente, se encontrava em desvantagem do ponto de vista educacional em relação à população branca. A ideia da democracia racial prevalecia em todas

⁴¹ Ver mais em: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola nova no Brasil: uma perspectiva de estudo. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 21, n. 7, p. 90-97, set./dez. 2004.

as instâncias de poder. Sendo também observada sua permanência na LDB de 1961, onde a ausência de referência à educação de afrodescendentes permaneceu.

Assim, a partir deste breve relato sobre a ausência de um olhar específico para a educação dos afrodescendentes na legislação educacional brasileira dos séculos XIX e XX, este trabalho é levado a concordar com a afirmação dos pesquisadores Geraldo da Silva e Márcia Araújo, de que:

Na (re)leitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativo e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico (SILVA, Geraldo.; ARAÚJO, 2005, p. 71).

A educação formal é vista por toda a sociedade brasileira, e reafirmada pelo Estado, como um bem capaz de transformar as condições de vida daqueles que estudam. Ou seja, ela tem a capacidade de fazer com que o indivíduo se torne “alguém na vida”, adquirindo conhecimentos para se desenvolver como membro da sociedade à qual pertence, gerando maiores possibilidades de ascensão e mobilidade social. O acesso a essa educação foi, durante muito tempo, um direito negado à população negra ou afrodescendente brasileira, através da ausência de um olhar específico para as demandas deste grupo.

Através do espelho da educação, torna-se possível a observação dos efeitos desagregadores à população negra e aos seus descendentes no Brasil causados por quase quatro séculos de escravismo, pelas ideias eugenistas, pelos ideais de branqueamento dos séculos XIX e XX e pela ideologia da democracia racial. Nota-se, igualmente, que é somente a partir de políticas públicas voltadas para a educação e para a conscientização da população como um todo que o Estado brasileiro poderá reparar e atenuar continuamente este erro histórico cometido contra o grupo racial negro. Tal fato legitima a luta constante dos movimentos negros em busca do direito à educação que estava sendo negado a esta população e que, a partir da redemocratização do país na década de 80 do século XX, se transformou na luta pelo fortalecimento da identidade negra e, conseqüentemente, na luta por políticas públicas de combate ao racismo e à discriminação racial.

5. Políticas Públicas

5.1. Breve exposição: definição e objetivos

As políticas públicas podem ser definidas como aquelas ações desenvolvidas pelos governos que visam solucionar problemas específicos de determinadas áreas, ou seja, são ações que demandam um planejamento com direcionamento centrado em determinada área da administração. Mas as políticas públicas podem e devem ser entendidas também de forma mais ampla, como área de conhecimento que requer estudos aprofundados. Neste sentido, Celina Souza⁴² resume o conceito da seguinte forma:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Não se pretende neste trabalho fazer uma discussão exaustiva sobre o conceito de política pública, mas sim entendê-lo como políticas desenvolvidas pelos governos de qualquer esfera (federal, estadual ou municipal,) que vão interferir nas realidades das populações atingidas por elas. Tais políticas podem ser voltadas para todas as áreas da administração pública, tendo como objetivo determinar como o Estado vai tratar cada tema dentro da sua especificidade. Enfatizando ainda o papel do Estado como ator principal na elaboração destas políticas, que podem e devem ser amplamente discutidas com a sociedade e os grupos sociais que a constitui.

As políticas públicas, no que se refere às suas características, podem ser entendidas através de duas perspectivas: as universais, que visam determinar ações que atinja de forma igual toda a sociedade, sem fazer distinção das especificidades demandadas por cada grupo. São exemplos de políticas públicas universais aquelas voltadas para a educação, saúde, transportes etc.; e as específicas, aquelas direcionadas para as questões que atingem somente alguns grupos na sociedade, como é o caso das ditas minorias: mulheres, negros, LGBTQIAP+ etc. Esses grupos minoritários na maioria das vezes requerem atenção especial, pois apesar de estarem inseridos na sociedade em geral, suas demandas são diferenciadas em alguns pontos,

⁴² Celina Souza. É Phd em Ciência Política pela London School of Economics and Political Science (LSE). Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia. Brasil.

como por exemplo, o direito de preservar sua cultura original e o combate à discriminação de gênero, de raça, de religião etc.

A atuação dos movimentos sociais junto aos órgãos governamentais se torna imprescindível, pois estes são os que têm conhecimento das demandas específicas de cada grupo por eles representado e são capacitados para exigir que estas façam parte das ações destinadas à melhoria de vida destes grupos. Assim, as reivindicações de cada grupo social estão diretamente ligadas a fatores relacionados às suas demandas. Este fator requer que os grupos se organizem para promover o debate em torno de suas principais necessidades e passem a exigir do poder público constituído o desenvolvimento de ações e políticas capazes de atendê-las.

A organização dos movimentos negros que ocorreu ao longo do século XX ganhou força a partir de dois acontecimentos: a criação do MNU em 1978, que passou a direcionar sua luta para a busca de políticas específicas de combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial, visando a diminuição das desigualdades e a redemocratização do país que teve início na década de 80, trazendo a bandeira do multiculturalismo como contraponto ao nacionalismo defendido pelo regime dos anos anteriores. A partir de então, suas ações passaram a ser direcionadas ao fortalecimento da identidade negra e à busca por políticas públicas para promover a entrada deste grupo social em espaços que lhes eram negados, como por exemplo, o ensino superior, cujo acesso poderia facilitar o alcance a patamares de melhor empregabilidade e qualidade de vida, promovendo maior representatividade e agindo no combate à discriminação e ao preconceito racial

5.2. Políticas de ações afirmativas

As ações afirmativas (AAs) devem ser entendidas aqui, como um conjunto de medidas que devem ser adotadas pelo poder público para correção de injustiças formais ou informais que atinjam determinados grupos discriminados historicamente, impedindo que estes tenham acesso em igualdade de condições aos setores mais elevados da sociedade, como por exemplo, o mercado de trabalho, os cursos superiores, entre outros, tendo como objetivo a diminuição ou a eliminação das desigualdades, através da promoção de condições adequadas de reparação dos prejuízos causados por estas injustiças

Sobre o papel desempenhado pelas ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos, Flávia Piovesan⁴³ afirma que elas atuam como um poderoso instrumento de inclusão social na remediação de um passado discriminatório e objetiva acelerar o processo de igualdade de grupos minoritários étnicos raciais, mulheres etc. Desta forma,

As ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade. Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva (PIOVESAN, 2007, p.40).

Como políticas de reparação de injustiças que têm como base as discriminações sofridas no passado histórico, elas têm caráter transitório e temporário, portanto, as ações afirmativas não devem ser vistas como algo paternalista ou que cria dependência. Elas são ações necessárias para a correção de desigualdades. Tão logo estas desigualdades desaparecem, a adoção de ações afirmativas deixa de ser necessária.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Sabrina Moehlecke,⁴⁴ no artigo ‘Ação Afirmativa: história e debates no Brasil’, faz um breve estudo sobre as necessidades, as características e os resultados da prática de ações afirmativas e quais foram os públicos beneficiados. Para a autora, após a apresentação de uma breve discussão sobre o termo, uma possível definição para as AAs seria a seguinte:

Podemos falar em ação afirmativa como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social” (MOEHLECKE, 2002, p.203).

Assim as ações afirmativas podem ter como público-alvo diversos grupos minoritários, desde que seja comprovado que eles tiveram, ou continuam tendo seus direitos negados ou dificultados por ações do Estado ou da sociedade. Dentre estes grupos podemos incluir as mulheres, os negros, pessoas com necessidades especiais, ou grupos discriminados em função de sua orientação sexual ou religiosa, e as minorias étnicas. Ela destaca ainda que as AAs

⁴³ Flávia Piovesan possui Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). É professora doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nos programas de Graduação e Pós-graduação em Direito.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784335J9>

⁴⁴ Sabrina Moehlecke. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1997), mestrado em Educação pela USP (2000) e doutorado na área de Estado, Sociedade e Educação realizado na USP (2004), com bolsa sanduíche na Universidade de Harvard. Atuou como consultora da UNESCO em 2005-2006, junto ao Ministério da Educação em Brasília. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4791770D1>

surgiram nos Estados Unidos nos anos 60, no contexto da segregação racial imposta à população negra, mas que experiências semelhantes já ocorreram em vários países como Cuba, Canadá, África do Sul, França etc. Tais experiências podem ser encontradas com nomenclaturas diversas, tais como: ações afirmativas, ações reparativas ou discriminação positiva. Mas todas, em geral, visam a correção das desigualdades de oportunidades, agindo também como ações preventivas contra a perpetuação destas desigualdades.

No Brasil, as AAs já vêm sendo praticada desde a promulgação da Constituição de 1988, quando se estabeleceu cotas de vagas para mulheres nas candidaturas por partidos políticos, ou reservas de uma porcentagem de vagas em cargos públicos para pessoas com necessidades especiais. Esta disposição sobre reserva de vagas que se encontra no artigo 37, Título III – Da Organização do Estado, capítulo VII – Da Administração Pública, Moehlecke, (2002), que beneficia as mulheres e as pessoas com necessidades especiais não causou maiores discussões, sendo bem aceita pela sociedade em geral. O mesmo não aconteceu quando a questão passou a incluir a necessidade de AAs específicas para a população negra. Segundo a autora, neste caso não houve consenso e a discussão gerou questões polêmicas. Assim,

A adoção de políticas de ação afirmativa no Brasil caracterizaria a garantia de um direito ou o estabelecimento de um privilégio? Aqueles que as percebem como um privilégio, atribuem-lhes um caráter inconstitucional. Significariam uma discriminação ao avesso, pois favoreceriam um grupo em detrimento de outro e estariam em oposição à ideia de mérito individual, o que também contribuiria para a inferiorização do grupo supostamente beneficiado, pois este seria visto como incapaz de “vencer por si mesmo”. Para os que as entendem como um direito, elas estariam de acordo com os preceitos constitucionais, à medida que procuram corrigir uma situação real de discriminação. Não constituiriam uma discriminação porque seu objetivo é justamente atingir uma igualdade de fato e não fictícia. Elas não seriam contrárias à ideia de mérito individual, pois teriam como meta fazer com que este possa efetivamente existir. Seria, nesse caso, a sociedade brasileira a incapaz, e não o indivíduo; seria incapaz de garantir que as pessoas vençam por suas qualidades e esforços ao invés de vencer mediante favores, redes de amizade, cor, etnia, sexo (MOEHLECKE, 2002, p.210).

As resistências em torno deste tema se arrastaram durante muitos anos, conforme pode ser observado através do breve histórico exposto pela autora no mesmo artigo de 2002, no qual ela identifica que o primeiro registro de discussão de algo parecido com as AAs no Brasil teria sido realizado por técnicos do Ministério do Trabalho (MT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) no ano de 1968, tais técnicos “manifestaram-se favoráveis à criação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a manter uma porcentagem mínima de empregados de cor” (MOEHLECKE, 2002, p.2004), que visasse a redução da discriminação racial no mercado de trabalho.

A partir dessa primeira iniciativa, observa-se uma lacuna na discussão até 1983 quando o deputado federal Abdias do Nascimento, um dos fundadores do MNU em 1978, apresenta o projeto de Lei n. 1.332, que propõe a adoção de mecanismos de compensação para os afro-brasileiros, como forma de diminuir as diferenças geradas pela discriminação. Este projeto não foi aprovado, mas em 1984 a região da Serra da Barriga, antigo Quilombo dos Palmares, foi considerada patrimônio histórico. Em 1988 foi criada a Fundação Cultural Palmares e, neste mesmo ano, foi promulgada a Constituição Federal que, através do seu artigo 37 já citado anteriormente, abriu caminho para a discussão das AAs. Na década de 90 houve o reconhecimento oficial do racismo e a realização da Marcha Zumbi dos Palmares, que levou à criação do Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial e o lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH, entre outros. Todos esses acontecimentos, citados por Moehlecke (2002), fizeram com que as lutas pelas AAs ganhassem força durante os anos 90, marcando o período como sendo de transição para as práticas que passaram a vigorar a partir da década seguinte.

Após a exposição deste breve histórico, deve-se salientar que além das polêmicas já expostas, existe outra, também lembrada pela autora, no que diz respeito à adoção de ações afirmativas. Seria, portanto, melhor adotar as AAs para os grupos específicos? Ou medidas universalistas amplas que alcançassem a todos?

No caso das AAs voltadas para a questão racial, tomando como base o acesso ao ensino superior, há os que defendem que o investimento no ensino básico público de qualidade já seria o suficiente, pois elevaria o nível de conhecimento da população pobre como um todo, tendo como consequência natural a elevação do nível social da população negra, porque esta seria a maioria entre os beneficiários. Portanto, a solução seria uma medida de cunho social e não racial. Por outro lado, há os que defendem as AAs específicas para pessoas negras e argumentam que as medidas sociais amplas não dão conta de resolver as discrepâncias existentes no interior do grupo social, pois estas estão pautadas em características físicas que alimentam o preconceito e a discriminação em prejuízos da população negra.

Este estudo refere-se às ações afirmativas voltadas para a reparação histórica como compensação das agruras e sofrimentos infringidos aos africanos e afrodescendentes em território brasileiro, desde a chegada dos primeiros escravizados até a atualidade, que forçaram a manutenção deste grupo racial nas camadas menos valorizadas da sociedade.

Enquanto este trabalho é desenvolvido, quase vinte anos após o artigo da pesquisadora Sabrina Moehlecke, é possível afirmar que o grupo daqueles que defendiam as ações

afirmativas específicas para os afrodescendentes venceu, ao menos parcialmente, pois as AAs destinadas ao acesso de negros e afrodescendentes no ensino superior foram implementadas nas universidades através da Lei nº 12.711/2012, julgada constitucional pelo STF e promulgada pela então Presidenta da República, Dilma Rouseff.⁴⁵ Porém, a retomada do poder por forças conservadoras a partir do ano de 2016 vem questionando a necessidade das AAs e promovendo o desmanche de diversas políticas públicas voltadas para as questões sociais e raciais, colocando em risco as conquistas já conseguidas.

Sendo assim, dentre as várias modalidades das ações afirmativas que permitiram o acesso dos afrodescendentes ao ensino superior no Brasil nos últimos anos, este trabalho propõe a análise das duas principais, por serem consideradas as que mais contribuíram em números para o aumento desse acesso: a política de cotas para negros, política específica de cunho racial que cria reserva de vagas para este grupo nas universidades públicas brasileiras; e o ProUni – Programa Universidade para Todos, política mais ampla e voltada para a população mais pobre, que criou um programa de bolsa de estudos para alunos advindos de escola pública no ensino superior privado. Embora o ProUni não seja considerado uma ação afirmativa voltado para a população negra, opta-se por analisá-lo sob esta perspectiva, pelo fato de ser um programa de bolsas baseado na renda familiar e, por isso, atingir muitos pretos e pardos, pois estes se encontram, em sua maioria, nas faixas de rendas mais baixa da população em geral.

5.2.1. Políticas de cotas raciais

Entre os principais defensores das ações afirmativas direcionadas especificamente para as populações negras ou afrodescendentes no Brasil, estão os professores kabengele Munanga,⁴⁶ e Nilma Lino Gomes.⁴⁷ Para eles,

⁴⁵ Dilma Rousseff foi Presidenta da República do Brasil no período de 2010 a 2016.

⁴⁶ Kabengele Munanga. Brasileiro por naturalização desde 1985, Kabengele Munanga nasceu na República Democrática do Congo, onde se graduou em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Oficial do Congo (1964-1969). Foi nessa Universidade que iniciou sua carreira acadêmica como Professor Assistente (1969-1975). Atualmente, professor visitante sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/5509/kabengele-munanga/>

⁴⁷ Nilma Lino Gomes. Pedagoga/UFMG, mestra em Educação/UFMG, doutora em Antropologia Social/USP e pós-doutora em Sociologia/Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCAR. Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da UFMG. Integra o corpo docente permanente da pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social -FAE/UFMG. Foi Coordenadora Geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG (2002 a 2013) e, atualmente, integra a equipe de pesquisadores desse Programa. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728281P2>

As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade (MUNANGA; GOMES, 2006, p.186).

Partindo do ponto de vista de que a população negra e afrodescendente brasileira sempre esteve em desvantagens em relação à população branca de origem europeia, desde a chegada dos portugueses em 1500, até os dias atuais - passando pelos séculos de escravismo, pela abolição sem políticas públicas de integração, pelos ideais de branqueamento do século XX, pela falsa ideia de democracia racial, e pelo racismo velado que originou o preconceito e a discriminação - os professores citados argumentam que as AAs implicam, por parte do Estado, em “uma mudança de postura, de concepção e de estratégia” (MUNANGA; GOMES, 2006, p.186). Ao implementá-las, o Estado estaria “promovendo uma transformação de caráter político, cultural e pedagógico” (MUNANGA; GOMES, 2006, p.186) no sentido de superar as barreiras impostas a essa população.

A política de cotas raciais nas universidades brasileiras faz parte de um conjunto de medidas denominadas ações afirmativas específicas para negros e afrodescendentes, que passaram a ser discutidas no Brasil a partir do Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002. Este decreto instituiu, no âmbito da Administração Pública Federal, sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Ações Afirmativas – PNAA – com o objetivo de implementar medidas no sentido de preparar, estimular e promover a ampliação de determinados grupos socialmente discriminados. Mais precisamente, mulheres, pessoas portadoras de deficiências físicas e afrodescendentes, nos diversos setores da vida social. Este decreto baseia-se no Art. 206 Inciso I, da Constituição Federal de 1988, e que foi reproduzido na LDB 93/94 (Lei das Diretrizes e Bases para Educação) na qual está assegurada a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, além de incluir no currículo escolar a temática da História e Cultura dos Afrodescendentes e procurar promover a criação de mecanismos para a diminuição das desigualdades de acesso ao ensino superior que atinge os afrodescendentes no Brasil.

No Brasil, as políticas de cotas para afrodescendentes foram utilizadas pela primeira vez a partir do ano de 2002, na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), posteriormente, a Universidade de Brasília (UnB) aderiu à prática do sistema de cotas. Desde o início de sua utilização, o sistema de cotas tem causado muita polêmica e discussão na sociedade brasileira. Cabe lembrar ainda que o estabelecimento de cotas para outros grupos socialmente excluídos, como no caso das mulheres e das pessoas com necessidades especiais,

não causou tanta repercussão. A constatação de que o número de afrodescendentes que acessavam e conseguiam concluir os cursos universitários, principalmente aqueles mais cobiçados pela sociedade em geral, estavam muito abaixo da proporção que esta população ocupava na sociedade, e que isto tinha consequência na falta de representatividade deste grupo nas profissões mais valoradas no mercado de trabalho, foi o principal argumento dos defensores das políticas de cotas raciais.

Do ponto de vista daqueles que se posicionaram contra as AAs para pessoas negras, os dois argumentos principais foram: por um lado, o de que as políticas de cotas representavam um modelo importado dos Estados Unidos segregacionista e, portanto, não poderia ser utilizado no Brasil onde a miscigenação dificulta a identificação do grupo beneficiário, podendo levar ao acirramento da disputa entre raças, algo inexistente no país. E por outro, de que a falta da presença de afrodescendentes nas posições mais elevadas do mercado de trabalho se deve às questões sociais, pois a maioria desta população se encontra nas camadas mais pobres. Portanto, a solução seria a adoção de medidas mais amplas, como por exemplo, o investimento na educação básica de qualidade para todos.

No entanto, uma breve consulta na tabela 3.1a, divulgada pelo IBGE, denominada média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais anos de idade, por sexo, segundo cor/raça e localização do domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2015, é possível observar os seguintes resultados na comparação entre 1995 e 2015:⁴⁸

Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais anos de idade, segundo cor/raça, comparação entre 1995 e 2015

Brasil	1995	2015
População total	5,5	8,4
População branca	6,4	9,1
População negra	4,3	7,7

Fonte: IBGE – elaborado pelo autor

Segundo a tabela, a média de anos de estudos das pessoas com 15 anos ou mais no Brasil em 1995 era de 5,5 anos de estudo. Quando considerado a variante raça/cor, entre os brancos o número sobe para 6,4, já entre a população negra (pretos e pardos) a média cai para 4,3. A

⁴⁸ A tabela original pode ser consultada em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html

situação permanece sem grandes alterações em 2015, apesar de ter se notado uma elevação das médias, com 8,4 na população total, 9,1 entre a branca, e 7,7 entre os negros. O que os dados mostram é suficiente para fazer uma dedução de que, mesmo com o aumento de investimento em políticas educacionais amplas, que ocorreram nos últimos anos, a diferença entre brancos e negros se manteve em torno de dois anos de estudo. Portanto, as políticas universais de cunho social apenas, não são suficientes para reduzir as desigualdades entre brancos e não brancos, conforme o argumento daqueles que são contrários às cotas raciais. Pois, a desigualdades entre estes grupos permanecem sem grandes alterações.

Portanto, o argumento dos que defendem a necessidade de políticas afirmativas específicas, que leva em conta a questão de raça, parece mais adequado para resolver a desigualdade entre os grupos sociais em questão. Ações afirmativas como as cotas raciais para negros nas universidades públicas, agora já devidamente legalizadas em todo o Brasil, visam diminuir as desigualdades educacionais e conseqüentemente preparar esta população negra para ocupar espaço em profissões das quais sempre estivera excluída.

5.2.2. ProUni (Programa Universidade para Todos)

O ProUni é uma política de ação afirmativa de cunho social desenvolvida pelo MEC (Ministério da Educação), órgão do Governo Federal, a partir de 2005. Este programa visava incluir no ensino superior de universidades privadas uma parcela da população que até aquele momento não tinha acesso a este nível de ensino devido às questões econômicas e financeiras. Para isto, o programa oferece bolsa de 50% (parcial) ou 100% (integral), para alunos egressos do Ensino Médio de escola pública, ou para alunos que tenham cursado o Ensino Médio em escolas particulares na condição de bolsistas, dependendo da renda média familiar apresentada. Podem participar também do ProUni professores da rede pública de ensino que estejam no exercício do magistério na educação básica, atuando como integrante permanente do quadro de pessoal de instituição pública, neste caso não é necessário comprovação de renda.

Apesar de receber várias críticas devido ao uso de recursos públicos na promoção do ensino privado, e de não possuir critérios de cunho raciais, o ProUni também deve ser analisado como uma ação afirmativa que proporcionou uma elevação no número de alunos negros nas universidades particulares, pois diversos estudos comprovam que a população negra também é a maioria entre a população de baixa renda e, portanto, seria a maior beneficiária do programa.

No artigo *Relações raciais e Ações afirmativas*, as autoras Andréia Lopes da Costa Vieira, Sheila Conceição da Silva e Verônica Cristina de Oliveira fazem uma análise dessas duas medidas orientadas à democratização do processo de recrutamento e seleção no ensino superior, a saber, cotas/reservas de vagas raciais e ProUni, sob três aspectos: “aqueles relativos ao universo do aluno; o contexto institucional no qual o programa está inserido; e o contexto nacional das políticas educacionais” (VIEIRA; SILVA, S.; OLIVEIRA, 2009).

Sobre a política que funda o ProUni, as autoras citam três linhagens: a primeira é a tradição militante das reivindicações dos movimentos negros; a segunda são os movimentos de denúncias contra o Brasil devido ao não cumprimento da Convenção III da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Decreto N° 62.150, que se fortaleceu com a Conferência de Durban em 2000; e a terceira, é aquela que deriva da estratégia de expansão seletiva do ensino superior. Como podemos observar as duas primeiras linhagens remetem aos mesmos fatores de criação das AAs voltadas especificamente para a população negra, o que faz caracterizar o ProUni, como uma ação afirmativa que também visa a diminuição das desigualdades raciais. Porém, a terceira linhagem o distancia totalmente das questões raciais, levando as autoras a criticá-lo como programa que não se baseia na diminuição das desigualdades, sendo visto como um potencial reprodutor dessas.

De fato, ao priorizar a expansão do ensino superior privado, elevando o poder de atuação das instituições comerciais de ensino superior como estratégia de governo, é passado a sensação de que os maiores beneficiários do programa são os empresários mantenedores dessas instituições, e não os alunos pobres e negros beneficiados pelo programa. Assim, o ProUni, apesar de contar com uma pequena parcela de reserva de vagas para afrodescendentes e indígenas, não pode ser entendido como uma ação afirmativa específica para negros, mas sim como uma política universalista de acesso ao ensino superior, pois está voltado para a população de renda baixa em geral, sem condições de financiar seus próprios estudos ou de seus filhos em instituições privadas. Tais fatores levam as autoras a encerrar o artigo provocando algumas reflexões sobre o papel do ProUni no combate às desigualdades, pois ao expandir o ensino superior privado, tais políticas poderiam estar apenas reproduzindo a própria exclusão que pretende superar.

Apesar das discussões polêmicas e das diferenças nas estratégias políticas de suas criações, tanto as cotas raciais quanto o ProUni são ações afirmativas que já fazem parte de nossa realidade, e que vem promovendo uma grande transformação no acesso ao ensino superior de jovens e adultos negros e negras, tendo como objetivos a promoção da mobilidade social e a redução das desigualdades raciais e sociais de seus beneficiários. Cabe agora

investigar se tais objetivos estão sendo alcançados, por meio de pesquisa direcionada para detectar mudanças ou permanências na ascensão social dos seus beneficiários.

No entanto, faz-se necessário discutir quem são as pessoas que de fato têm direito às políticas de ações afirmativas para pessoas negras, principalmente para quem são direcionadas estas cotas raciais nas universidades e quais são os mecanismos de controle dessas políticas.

5.3. Do direito às cotas raciais para negros nas universidades: colorismo, autodeclaração e comissões de heteroidentificação

Após quase um século do auge das tentativas de implantação das políticas eugênicas no Brasil, pode-se verificar facilmente através das estatísticas oficiais que elas não vingaram, pois hoje a população negra (preta ou parda) já ultrapassa a 53% da população brasileira, segundo o IBGE. Para entender melhor os efeitos das teorias de branqueamento da população brasileira, retoma-se aqui a questão do mulato para Domingues (2004), já mencionada no item sobre a democracia racial. Para Domingues, o mulato desde os tempos coloniais desenvolveu um papel intermediário entre o negro e o branco, ele não era aceito e nem gozava dos privilégios dos brancos, mas possuía alguns benefícios negados aos negros. Porém, o mito da democracia racial utilizou-se desta mesma figura para se difundir, e ao mesmo tempo dividir os interesses da população negra, criando subcategorias que dificultava as lutas pela igualdade racial.

A dificuldade de entender quem é negro em um país miscigenado como o Brasil, ainda no século XXI, chama a atenção para um “novo” instrumento ideológico que tem sido utilizado pelos grupos que se opõem às políticas de ações afirmativas. Políticas estas tão importantes para a população negra brasileira, que ainda se encontra em situação de desigualdade em relação àquela parcela não negra. Este instrumento é denominado de colorismo.

A autora Alessandra Devulsjy,⁴⁹ na obra *Colorismo* produzida para a série “Feminismos Plurais”, faz uma ampla discussão sobre este conceito, desde suas raízes até o seu uso atualmente. Segundo ela,

O colorismo é uma ideologia, assim como o racismo. Enquanto processo social complexo ligado à formação de uma hierarquia racial baseada primordialmente na ideia de superioridade branca, sua razão de fundo atende aos processos econômicos que se desenvolvem no curso da história. De um

⁴⁹ Alessandra Devulsjy é doutora em Direito Econômico e Financeiro pela Faculdade de Direito da USP, mestra em Direito Político, professora na Universidade do Quebec, cofundadora e diretora jurídica do Instituto Luiz Gama e diretora-geral do organismo Corporação de Desenvolvimento Comunitário de Côte-des-Neiges, em Montreal.

polo a outro, seja ao preterir os traços fenotípicos e a cultura associada à africanidade, ou ao privilegiar a ordem imagética da europeidade, sua constituição está ligada ao colonialismo e, indelevelmente, ao capitalismo (DEVULSJY, 2021, p.14).

Portanto, o colorismo no Brasil, assim como o racismo, são conceitos social e culturalmente construídos que se baseiam na hierarquização das raças de forma a valorizar as características físicas e culturais de indivíduos ligados à branquitude e assemelhados à herança europeia. Enquanto ao mesmo tempo, procura desvalorizar as mesmas características, quando estas realçam os elementos ligados à africanidade ou a outros povos não brancos, tais como os ameríndios, ou asiáticos. As consequências dessa hierarquização é que levam as pessoas a agir perante o senso comum e procurar se distanciar dos traços que as aproximam do negro, ao mesmo tempo que valorizam aqueles que as deixam mais próximas do elemento branco. Causando uma infinidade de definições de cores, como constatou Lilia Schwartz na obra *Racismo no Brasil*, publicada em 2001, quando realizou uma pesquisa sobre a cor da pele dos brasileiros, na qual os próprios entrevistados autodefiniam a cor de sua pele. Nesse ínterim, foram obtidas 108 respostas (cores) diferentes, onde se constata claramente a dificuldade das pessoas se autodefinirem como negras, procurando sempre amenizar sua proximidade com os traços da africanidade.

Tal dificuldade para definir sua própria cor/raça está ligada apenas à população não branca, pois ser branco no Brasil é motivo de orgulho e significa ter o privilégio de não ter suas ações e atitudes associados à sua cor da pele, ficando assim “livre de qualquer parâmetro avaliativo do colorismo” (DEVULSJY, 2021, p.18), pois o branco está associado à norma, ou à regra, enquanto o negro é associado à anormalidade e à discrepância. Deste modo, o branco não precisa provar sua origem europeia para se afirmar na sociedade brasileira, pois é percebido como o ideal, ou o modelo aceito por esta sociedade, como elemento natural em seus aspectos físicos, sociais e culturais. Ao contrário, o negro necessita provar a todo momento que se associou ao modo de vida idealizado pela sociedade, na maioria das vezes negando suas origens tanto no aspecto físico, quando procura ressaltar suas características não negras, como nos aspectos culturais e sociais ao se desligar de tudo aquilo que lembra sua ancestralidade africana, seja nos costumes cotidianos ou nas suas crenças ou práticas culturais e religiosas.

Considerando as características físicas como sendo os elementos mais expostos e visíveis, dentro desta escala imaginária e muitas vezes inconsciente que age na diferenciação entre o ser branco e o ser negro, se torna bastante compreensível, mas não aceitável, que parte da população negra, principalmente entre aqueles de pele mais clara, passe a negar sua condição para ser mais bem aceito em nossa sociedade racista. Pois é inegável que quanto mais traços da

africanidade o sujeito carrega com ele, mais ele vai sofrer os efeitos da discriminação e do preconceito racial. Levando em conta tais aspectos, a autora afirma que é

a quantidade de melanina na epiderme de um homem ou de uma mulher, na maior parte das vezes, o que ressalta de modo mais arguto qual será o local predeterminado na economia dos afetos e na distribuição de riquezas (DEVULSJY, 2021, p.24).

A cor da pele, portanto, é elemento fundamental para determinar o lugar de cada indivíduo na sociedade, independente de outros fatores, tais como sua origem, se de antepassados brancos ou negros. Ou seja, se pegarmos como exemplo dois irmãos, filhos de uma relação interracial, onde o pai é negro e a mãe branca, aquele filho que herdou as características que mais lhe aproxima do pai sofrerá mais preconceito do que aquele que herdou as características que o aproxima da mãe.

Apesar de fundamental, a cor da pele não é o único elemento utilizado pelo racismo para diferenciar as pessoas dentro do contexto da hierarquização racial. Outros elementos também são utilizados com os mesmos objetivos. A autora afirma que,

Para além da pigmentação da pele, o colorismo leva em conta toda e qualquer marca de africanidade relevante na indicação de seu pertencimento não branco, hierarquizando os sujeitos de acordo com o número e a intensidade dessas características (DEVULSJY, 2021, p.32).

Sendo assim, a textura dos cabelos, a grossura dos lábios, o formato do nariz etc. são características visíveis que indicam o pertencimento da pessoa à africanidade. Portanto, também são utilizados como elementos de exclusão dentro da cadeia de hierarquização das raças, onde os aspectos ligados à branquitude são mais valorizados do que aqueles ligados à negritude e à africanidade.

Analisando o exposto aqui, parece viável tentar entender alguns aspectos de nossa sociedade, pois é inegável que quanto mais escura é a cor da pele e mais crespos os cabelos, entre outros atributos físicos de uma pessoa, se torna mais fácil encontrá-la desenvolvendo as atividades mais marginalizadas e menos remuneradas. Também são essas mesmas características as mais encontradas entre aqueles que moram nas regiões mais distantes dos centros administrativos de nossas cidades e, ainda, são os filhos deles que frequentam as escolas em situações de maior precariedade, localizadas nas periferias e nas zonas rurais de vários Estados brasileiros.

Portanto, é possível afirmar que o colorismo age nos mesmos moldes do racismo, utilizando-se da hierarquia racial onde o branco se localiza no topo e negro na base da pirâmide das raças. Para manter os privilégios e benefícios de uns e a desqualificação e a exclusão de

outros, o “mulato”, termo em desuso na atualidade, desenvolveu seu papel de amortecer as tensões entre senhores e escravos na era colonial, o mesmo papel de amortecimento é esperado hoje dos “morenos”, em suas mais variadas nuances. Pois a elite dominante continua defendendo seus privilégios em detrimento da maioria da população brasileira composta por pretos e pardos. Por isso, segundo a autora “é importante a gente perceber que quanto mais escura, quanto mais pigmentada a cor da pele de alguém, mais distante essa pessoa estará das oportunidades” (DEVULSJY, 2021, p.54).

Enquanto nós, negros e negras de pele clara ou escura, não reconhecermos as diferenciações de cunho racista feitas pela sociedade ficaremos discutindo entre nós quem é negro e quem não é, oferecendo argumentos para os grupos reacionários se posicionarem contra aquelas políticas criadas para reduzir as desigualdades raciais.

Em relação às políticas afirmativas adotadas no Brasil, principalmente a política de cotas raciais nas universidades públicas, várias questões têm sido levantadas no sentido de entender quem são as pessoas que de fato têm direitos a elas. Alguns alegam que se a ciência afirma que a África é considerada o berço da humanidade, todos, negros ou brancos, são “afrodescendentes”, portanto, todos teriam direito às cotas. É obvio que este é um argumento sem fundamento, pois se todos têm direitos, não faz sentido existir cotas. São argumentos criados somente para tumultuar e dificultar o entendimento por parte daqueles que não entenderam os reais motivos para a implantação de cotas raciais. O uso do termo ‘afrodescendentes’ se torna assim uma arma para aqueles que são contrários às ações afirmativas para pessoas pretas ou pardas.

As dificuldades criadas em torno do termo afrodescendente, ou mesmo quando se define alguém como pardo, têm sido usadas desde que as primeiras instituições públicas decidiram estabelecer as políticas de cotas raciais por pessoas mal intencionadas, ou por aquelas que não procuraram entender melhor a questão, para se aproveitar e tentar se beneficiar das mesmas, ao se autodeclarar pardos baseados em hipotéticas ancestralidades africanas. É bem comum ouvirmos de pessoas brancas o argumento de que elas também têm direitos às cotas, pois seu bisavô era descendente de escravizados ou de indígenas. Sem entrar no mérito se tais informações são verdadeiras ou falsas, o fato é que na maioria das vezes, estas pessoas não possuem em suas características físicas nenhum traço do tal parente distante que lhe faria jus às cotas raciais, demonstrando assim um completo desconhecimento dos objetivos das AAs.

Diante do exposto acima, entramos em uma questão importante para o entendimento deste trabalho, em particular, e das políticas de ações afirmativas para pessoas negras em geral.

Quem de fato tem direitos às políticas de ações afirmativas para pessoas negras no Brasil? Como comprovar este direito perante as instituições que abrem editais para cotas raciais? Quem deve fiscalizar e fazer cumprir estas políticas de modo a garantir que somente aqueles a quem elas são destinadas façam uso delas?

5.3.1. Mecanismos de controle e garantia do uso adequado das ações afirmativas

Diante das questões expostas no item anterior, cabe o entendimento dos objetivos das políticas de ações afirmativas para que se possa defender que elas sejam destinadas às pessoas que visam atingir. Nestes termos, ao se decidir pela criação de uma política pública de inclusão, deve-se primeiramente reconhecer que existe um grupo que está excluído das políticas universais destinadas à sociedade em geral. Ou seja, é a partir do reconhecimento que determinado grupo não goza de iguais condições para concorrer à ampla concorrência com os demais grupos sociais, que se justifica a criação de uma política específica para corrigir a distorção das condições. Sendo assim, foi o reconhecimento por parte da sociedade e do Estado brasileiro de que o grupo social reconhecido como negros (pretos e pardos) segundo o IBGE, apesar de ser maioria na população em geral, não está assim representado em diversos setores sociais, principalmente naqueles mais valorizados socialmente e que fatores como o longo período de escravismo, as ideias eugenistas e de branqueamento, e o mito da democracia racial, contribuíram para a perpetuação do preconceito e da discriminação racial que provocaram a desigualdade racial entre brancos e não brancos. Para corrigir tais desigualdades é que foram criadas as políticas de ações afirmativas no Brasil.

No Brasil o racismo é de marca⁵⁰ e não de origem, como acontece em outros países, como por exemplo os Estados Unidos, onde a teoria de uma gota de sangue determina quem é ou não é negro e, portanto, está sujeito à discriminação racial. Aqui a origem ou a ancestralidade não é o fator determinante para definir se uma pessoa irá sofrer as consequências do preconceito racial, mas sim a sua cor da pele ou outras características físicas que são desvalorizadas socialmente.

Sobre essa discussão, o autor Roger Raupp Rios no texto *Pretos e pardos nas ações afirmativas: desafios e respostas da autodeclaração e da heteroidentificação* afirma: “como visto, o que importa para as ações afirmativas é a “raça social”, resultante histórico, social e

⁵⁰ Ver: NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 2000.

cultural, dos processos de racialização onde atribuídas identidades, socialmente engendradas, a indivíduos e grupos” (RIOS, 2018, p.237). Portanto, as ações afirmativas, neste caso a política de cotas raciais para pessoas negras, são destinadas àqueles indivíduos que possuem as características fenotípicas racializadas pela sociedade brasileira e que estão sujeitos às desvantagens impostas socialmente por elas. Dentre tais características, a cor da pele associada ao negro vem em primeiro lugar e a textura dos cabelos, o formato dos lábios ou do nariz também são considerados. Devemos ficar sempre atentos ao fato de que tais características nada têm a ver com aqueles conceitos biológicos que foram utilizados no passado, que hoje já estão totalmente ultrapassados.

Nestes termos, compreende-se que as políticas de cotas raciais para pessoas negras no Brasil se destinam às categorias ‘pretos’ e ‘pardos’ associados à negritude, ou seja, não se destina, portanto, aos pardos associados aos brancos ou à branquitude, e que não possuem as características racializadas socialmente. É necessário ainda levar-se em conta sempre o contexto local e regional onde a pessoa reside, pois dependendo da região, tais características podem assumir outros contornos segundo a cultura e o grau de preconceito racial que faz parte do imaginário de sua população.

Após o exposto acima, cabe agora elucidar, sem, entretanto, buscar um aprofundamento da discussão, que os dois principais mecanismos de controle das políticas de ações afirmativas para negros no Brasil, especialmente as leis de cotas raciais no ensino superior e nos concursos públicos, são a autodeclaração racial feita pelo próprio indivíduo e as comissões de verificação da autodeclaração que são estabelecidas pelas instituições responsáveis pelos ingressos nas universidades ou nos concursos.

A autodeclaração racial é o mecanismo pelo qual o próprio candidato, no momento de sua inscrição para o vestibular ou para o concurso público se define em relação à sua cor/raça, obedecendo aos critérios utilizados pelo IBGE. Se ele se define como sendo preto ou pardo, pertence ao grupo negro e, portanto, pode concorrer à reserva de vagas. A autodeclaração racial vem sendo adotada por diversas instituições brasileiras desde o início das ações afirmativas. Ela é defendida como essencial para se concorrer às vagas reservadas para negros por diversos pesquisadores (NUNES; COSTA; RIOS; TAVARES JÚNIOR, 2019; DEVULSKY, 2021).

Segundo a autora Livia Maria Santana e Sant’Anna Vaz, “o critério da autoidentificação tem sido considerado o mais adequado para a determinação da pertença racial do indivíduo” (VAZ, 2019, p.41). Ela também está prevista em órgãos oficiais de combate à discriminação racial e ao racismo, tais como a Comissão para Eliminação da Discriminação Racial formada

para a interpretação, fiscalização e cumprimento das normas do CIERD – Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; no Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288/2010; na SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em sua Nota Técnica de nº 43/2015; e também na Lei nº 12.990 de 2014 que estabelece quem pode concorrer às vagas reservadas aos que se autodeclaram negros, ou seja, pretos e pardos conforme o quesito cor/raça do IBGE. Vale reforçar que, segundo todos os autores citados aqui, a autodeclaração é essencial e fundamental para a identificação dos candidatos negros que faz jus às cotas, pois é a partir da identificação feita pela própria pessoa, que se busca a aplicação da política pública. Porém, ela não é absoluta, muito menos a única forma de identificação prevista para os casos de reservas de vagas.

Há a constatação da existência de diversos casos de fraudes no sistema de cotas raciais, entende-se aqui por fraudes quando pessoas que não possuem os fenótipos raciais sujeitos à discriminação e ao racismo fazem uso da autodeclaração racial para obter as vantagens que estas proporcionam. Tais fraudes podem ser propositais, quando a pessoa age de má fé, ou inconsciente, quando por desconhecimento do teor da política de cotas a pessoa se autodeclara como sendo parda apenas porque possui algum antepassado negro. Nos dois casos, a autodeclaração pode não ser suficiente para evitar que a política afirmativa deixe de cumprir seu objetivo, que é o combate às desigualdades raciais em setores onde a população destinatária não se encontra representada. Neste sentido, estudiosos da questão defendem que outros mecanismos sejam acrescentados à autodeclaração para fazer com que as vagas reservadas sejam destinadas àquelas pessoas para as quais foram projetadas. Assim,

Se o objetivo da política pública em comento é a inserção de pessoas negras a partir do incremento de sua representatividade em determinados espaços de poder, a autodeclaração deve ser complementada por mecanismos heterônomos de verificação, de modo a garantir o alcance dos fins almejados (VAZ, 2019, p.44).

É a partir da constatação de que a autodeclaração, apesar de essencial, não está sendo suficiente para evitar que as políticas de cotas raciais sejam desviadas de seus objetivos, que se torna necessário desenvolver outro mecanismo fundamental para o controle das ações afirmativas aqui discutidas. Este mecanismo, conhecido como comissões de heteroidentificação, tem como objetivo atuar como complemento à autodeclaração ao proporcionar um melhor controle sobre quem são os candidatos que estão disputando as vagas reservadas para pessoas negras. Ao contrário da autoidentificação que é a forma como a própria pessoa se define em relação ao quesito cor/raça, a heteroidentificação é entendida como a forma como a sociedade vê a pessoa em relação ao mesmo quesito, ou seja, é o olhar do outro, pois é este mesmo olhar que proporciona a discriminação e o preconceito racial. Se as pessoas negras

estão sujeitas ao racismo a partir do olhar social ao qual estão inseridas, é deste mesmo ponto de vista que também deverão ser observadas em relação ao direito às cotas raciais. Sendo assim, cabe às comissões de heteroidentificação verificar se os candidatos às vagas reservadas possuem as características fenotípicas que são os objetos da discriminação e do preconceito racial construídos socialmente e, assim, reconhecer ou não o direito às cotas raciais, evitando que pessoas socialmente brancas se apoderem deste direito em prejuízo das pessoas negras.

Apesar de os mesmos órgãos que previram a autoidentificação também terem previsto a criação de mecanismos de verificação, as comissões de heteroidentificação só entraram no cenário das ações afirmativas muito tardiamente. Assim, segundo a autora,

As chamadas comissões de verificação têm se estabelecido, nos últimos anos, como mecanismo de concretização do direito à (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações raciais. (VAZ, 2019, p.35).

Tais comissões passaram a ser mais usadas no Brasil a partir de 2016 quando, a pedido do Ministério Público, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão expediu a Orientação Normativa nº 03 de 1º de agosto de 2016, que estabeleceu alguns parâmetros para a aferição da veracidade das informações prestadas por candidatos autodeclarados pretos e pardos, para os fins previstos na Lei Federal Nº 12990/2014, que estabeleceu as cotas raciais nos concursos públicos federais. Em 2018, a Portaria nº 4 de 6 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, foi publicada para dar suporte à mesma lei. É necessário salientar que, embora estes suportes legais sejam federais, estes vêm sendo muito utilizados por universidades e outros níveis da administração pública para fins de verificação das informações expostas nas autodeclarações de candidatos em vestibulares ou concursos públicos municipais ou estaduais.

As comissões, portanto, são vistas como fundamentais para a fiscalização das informações da autodeclaração, compreendidas como uma obrigação da administração pública à qual está vinculada o processo seletivo, seja dos vestibulares, seja dos concursos públicos. Elas devem se basear em critérios puramente fenotípicos que são socialmente construídos como elementos passíveis de preconceito ou discriminação racial, considerando sempre as características locais e regionais, pois existem variações do grau de preconceito e discriminação racial devido às peculiaridades das regiões geográficas brasileiras. Ou seja, ser considerado negro nos Estados do Sul é diferente de ser negro na Bahia, por exemplo.

Segundo Vaz (2019), as comissões devem ser estabelecidas pelas próprias bancas contratadas para a realização dos certames e sua composição deve levar em conta as diversidades regionais. As convocações para verificação das informações devem acontecer

preferencialmente antes da realização das provas, para todos os candidatos que se autodeclararem negros. Elas devem ainda estar sujeitas ao controle social de modo a evitar que injustiças sejam cometidas e proporcionar ampla defesa àquelas pessoas que, porventura, venham a ter as informações consideradas contraditórias à autodeclaração.

Por fim, cabe ressaltar que tanto a autodeclaração, quanto as comissões de heteroidentificação são instrumentos previstos e complementares para assegurar que os objetivos das políticas afirmativas para pessoas negras no Brasil sejam cumpridos de forma satisfatória, colaborando para a redução das desigualdades raciais presentes na sociedade.

6. Ascensão social

6.1. Ascensão social do negro no Brasil

A mobilidade social pode ser definida como sendo o movimento alcançado por indivíduos ou grupos dentro de uma sociedade baseada em classes sociais. Tal movimento pode ser descendente, quando ele acontece para baixo em direção à base; ou ascendente, quando acontece para cima em direção ao topo da pirâmide social; neste segundo caso podemos dizer que houve uma ascensão social do indivíduo ou grupo dentro de determinada sociedade. A partir deste ponto de vista econômico e social é possível dizer que a mobilidade social pode acontecer de duas maneiras: intrageracional, quando ocorre dentro de uma mesma geração, ou intergeracional, quando ocorre entre diferentes gerações.

No Brasil, vários estudos realizados ao longo do século XX indicam os fatores classe e raça como os principais obstáculos a serem transpostos por indivíduos ou grupos que almejam a movimentação ascendente na hierarquia social. Ou seja, a classe de origem e a raça influenciam de forma direta na ascensão social de indivíduos ou grupos. Pessoas que nascem nas camadas mais pobres da sociedade têm mais dificuldade de ascender socialmente e se manter nas classes mais altas do que aquelas que nascem nas camadas mais acima. Assim, da mesma forma, pessoas não brancas têm mais dificuldade de ascensão do que pessoas brancas.

Sobre as possibilidades de ascensão social, o pesquisador Rafael Guerreiro Osório (2008), em seu texto *Desigualdade social e mobilidade no Brasil: um balanço das teorias*, realizou um levantamento dos principais estudos sobre a importância da questão de raça na mobilidade social dos negros no período que vai do pós-abolição até o final do século XX. Ele elencou seus estudos de acordo com o que chamou de “onda teórica”, para analisar os distanciamentos e aproximações dos argumentos defendidos pelos estudos sobre a influência das variantes raça e classe na ascensão social de pessoas negras.

Na primeira onda, Osório (2008) cita os autores Arthur Ramos, Donald Pierson, Thales Azevedo e Charles Wangley, que defendiam que no Brasil havia preconceito de classe, mas não havia preconceito racial. Para eles, a maioria dos negros se encontravam na base da pirâmide social devido à “condição inicial” de escravismo a que tinham sido expostos, mas à medida que a sociedade se distanciava do período anterior e que se desenvolvia economicamente, essa condição tendia a diminuir até o desaparecimento total das diferenças raciais.

Na segunda onda aparecem autores como Luiz Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes que acreditam que o

preconceito racial existe e tem uma especificidade que só pode ser observada a partir do entendimento das relações senhor/escravo. Esta onda tem mais divergências entre seus autores do que a primeira, mas ainda permanece entre eles a visão otimista de que as diferenças raciais tendem a desaparecer a partir do desenvolvimento econômico e social.

Na terceira onda aparecem dois autores principais, a saber, Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva. Esses autores, que utilizam métodos de pesquisas quantitativos muito mais avançados do que os das ondas anteriores, apresentam como novidade a “teoria da desvantagem cumulativa” (OSÓRIO, 2008). Essa teoria aponta a permanência dos negros nas camadas mais baixas, mesmo em contexto de maior desenvolvimento econômico. Os autores argumentam que alguns fatores, como a origem social, também são influenciados pela raça, ou seja, sendo os negros a maioria entre os mais pobres, seus descendentes também estarão entre os pobres.

Sendo a educação a principal via de acesso para a população negra atingir a ascensão social, esta aparece também como um problema, pois o sistema educacional organizado pela elite dominante tende a reproduzir as desigualdades, oferecendo a educação formal de formas diferentes para os grupos sociais, visando a manutenção dos lugares de origem. Portanto, o racismo age de forma estruturante na sociedade, e

somente a atividade política dos negros pode romper com o ciclo cumulativo de reprodução das desigualdades a que estão sujeitos, e que ele delinea a partir do estudo da mobilidade social diferencial de negros e brancos no Brasil (OSÓRIO, 2008 p.84).

Esta ideia, defendida por Hasenbalg e citada por Osório, está sendo entendida como o grande diferencial entre as duas primeiras e a terceira onda, pois nesta se constata que a questão da discriminação racial persiste na sociedade mesmo quando se eleva o nível de desenvolvimento econômico ou educacional. Portanto, o racismo se torna plástico e flexível, se reinventando para manter os privilégios das classes dominantes. Osório (2008) ainda salienta que existe discriminação salarial mesmo quando o negro possui as mesmas condições intelectuais que os brancos. Para finalizar seu texto, ele discute sobre a importância das políticas públicas de combate às desigualdades raciais. Segundo ele, é importante a criação e a manutenção das ações afirmativas, pois,

Longe de tornar desaconselháveis as políticas de combate às desigualdades raciais, o fato de que a origem social é o principal determinante dessas desigualdades torna ainda mais premente à necessidade dessas políticas (OSÓRIO, 2008, p.91).

Desta forma, mesmo que se admitisse que o avanço do desenvolvimento econômico e educacional seriam capazes de acabar com as desigualdades, ao longo do tempo a população

negra teria que ter um desenvolvimento muito mais rápido do que a população branca para atingir a equidade, já que o segundo grupo teria partido de uma condição inicial muito mais favorável.

Na mesma linha da discussão sobre o fato de que as origens das desigualdades são determinadas pelo preconceito de cor ou de raça, Carlos Antonio Costa Ribeiro em seu texto *Classe, Raça e mobilidade social no Brasil* divulgou em 2006 os resultados de sua pesquisa, onde procurou estudar se a associação entre classe de origem e cor da pele influenciam nas chances de mobilidade social ascendente dos indivíduos. Utilizando-se de métodos próprios, procurou através de dados quantitativos se distanciar dos estudos anteriores que mediam as desigualdades de condição, passando a estudar as desigualdades de oportunidades. O autor procurou entender o quanto as variantes classe de origem e raça prejudicam a ascensão social dos brasileiros, estudando a desigualdades de oportunidades em várias “transições educacionais” (RIBEIRO, 2006, p.856), desde os primeiros anos escolares até a universidade. Ele conclui que nas transições iniciais o fator classe de origem é bem mais forte que o de raça. Porém, à medida que os graus educacionais vão se elevando, a importância da variante raça também se eleva, o que indica que “há desigualdade racial nas chances de mobilidade ascendente para as classes mais elevadas hierarquicamente” (RIBEIRO, 2006, p.864). Assim, para ele a classe de origem é o principal fator causador das desigualdades sociais no Brasil. No entanto, quando se trata de disputar lugar nas profissões mais elevadas, onde se exige maior grau de conhecimento adquirido através de níveis educacionais mais elevados, como por exemplo, os cursos universitários, o fator raça ganha importância equivalente ao fator classe.

O autor não emite opinião sobre as políticas de combate às desigualdades, mas o resultado de sua pesquisa também colabora para entender a importância dessas políticas, principalmente no que diz respeito ao acesso e permanência no ensino superior de qualidade, pois são esses cursos que permitem o alcance das pessoas às profissões mais valorizadas pela sociedade, das quais a população negra está quase sempre excluída.

Outra questão que chama a atenção quando se dispõe a estudar a ascensão social do negro em sociedades capitalistas racistas, como o Brasil, é a capacidade do indivíduo que teve a mobilidade ascendente de estender estas possibilidades para seu grupo ou comunidade.

Sobre esta questão a pesquisadora e militante negra Sueli Carneiro já alertava em 1995, ao fazer a crítica sob a fala do também pesquisador negro Joel Rufino, quando este se referiu às mulheres negras e brancas como “Fuscas e Monzas”. Para ela, Joel Rufino, com esta fala, estava pagando o tributo que todo negro que ascende socialmente de forma individual deve pagar. Assim, segundo ela:

Qualquer poder que o homem negro exerça, ele o faz por delegação do branco de plantão que pode destituí-lo a qualquer tempo, por isso é consentida a mobilidade individual de alguns negros, ao mesmo tempo que é controlada e reprimida a mobilidade coletiva, posto que o negro em processo de ascensão individual está fragilizado e sob o controle do poder branco, e uma das garantias exigidas pelo poder branco a este negro (para que ele não caia) é a sua lealdade. Portanto, o homem branco permite que alguns negros participem do poder preferencialmente naqueles lugares que não têm importância para os brancos (CARNEIRO, 1995, p.547).

A crítica da pesquisadora faz muito sentido neste momento atual de acirramento do discurso de grupos neoliberais de extrema direita, que espalham mensagens nas redes sociais com fotos de algumas pessoas negras que se destacaram em suas profissões para dizer que “eles venceram sem precisar de cotas raciais”. Insinuando que a maioria dos negros não conseguem um lugar de destaque na sociedade porque não se esforçam o suficiente, pois as oportunidades são iguais para todos. Tais grupos, fazem uso da exceção como se fosse a regra para se opor às políticas públicas de combate às desigualdades raciais, principalmente à política de cotas de reserva de vaga para pessoas negras na universidade pública, pois continuam defendendo seus status e privilégios, pois se sentem ameaçados em seus lugares, não estando dispostos a dividi-los com a população negra.

Assim, expondo a insustentabilidade da tese de mobilidade social individual da pessoa negra, a pesquisadora encerra sua crítica de forma muito contundente, afirmando que nenhuma história de ascensão individual da pessoa negra pode apagar a história de luta das mulheres negras, e que

só a recuperação coletiva de nossa capacidade de autodeterminação pode fazê-lo. E é isto que homens e mulheres negros organizados buscam realizar através das inúmeras entidades negras espalhadas por todo o país, que na luta política cotidiana contra o racismo e a discriminação racial forjam propostas de emancipação social e o resgate da dignidade de todo o povo negro deste país (CARNEIRO, 1995, p.552).

Todavia, a pessoa negra que consegue ascender socialmente de forma individual encontra-se em um dilema, pois sempre esteve inserida no mundo dos brancos, todas as suas referências positivas estão ligadas ao modo branco de pensar, devido ao racismo e à discriminação racial, que associa à população negra tudo que se relaciona a fatores negativos da sociedade. Assim, este indivíduo procura se afastar de suas origens, buscando nos valores considerados positivos pelos brancos seu novo lugar. Onde poderá adquirir status, tentando se igualar aos brancos, acabará por perder a sua identidade coletiva, enfraquecendo a luta de seu povo.

Neusa Santos Souza, em seu livro *Tornar-se se negro*, faz uma importante análise sobre o psiquismo do negro que conseguiu atingir a ascensão social em uma sociedade capitalista e racista como o Brasil. Nesta pesquisa, a autora entrevista algumas pessoas nesta condição e através de seus relatos expõe a face perversa que é a cobrança que a sociedade impõe às pessoas negras, mesmo depois que estes passaram por todas as dificuldades para atingir a tão sonhada ascensão. Conforme a pesquisadora, “o negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade” (SOUZA, 1983, p.18). Ou seja, para ascender socialmente, o negro se vê obrigado pela sociedade a renunciar a seus valores coletivos, que estão ligados ao plano de inferiorização de sua cultura, para internalizar valores socialmente mais aceitos e valorizados pela cultura do branco. A ascensão social individual para o negro surgiu neste contexto de dominação e desvalorização de sua cultura. Segundo Souza,

A ascensão surgia, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova insofismável dessa inserção. Significava um empreendimento que, por si só, dignificava aqueles que o realizassem. E mais: retirando-o da marginalidade social, onde sempre estivera aprisionado, a ascensão social se fazia representar, ideologicamente, para o negro, como um instrumento de redenção econômica, social e política, capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional (SOUZA, 1993, p.21).

Assumindo, assim, uma identidade baseada em valores que não representa sua coletividade, o negro se aliena em sua nova condição, passando a reproduzir e difundir valores que potencializam ainda mais o preconceito e a discriminação racial. Esta negação da identidade leva a sociedade em geral a valorizar o mérito pessoal do indivíduo, mas não a respeitá-lo como parte de uma comunidade que possui uma história e uma cultura diferente daquela hegemônica. Este fator, entre muitos outros, produz falas populares que dizem, por exemplo, que “fulano é negro, mas tem alma branca”, pois acreditam que só imitando o branco é que o negro merece algum tipo de consideração ou respeito. Assim, a pessoa negra que se ascendeu socialmente vai ‘perdendo a cor’ e se distanciando de seus familiares, seu grupo ou sua comunidade.

Sob este ponto de vista, se torna de fundamental importância a luta dos movimentos negros que buscam o fortalecimento da identidade negra, através da valorização de sua cultura, seja através de manifestações artísticas, religiosas ou culturais, seja através da luta por políticas públicas, como por exemplo, a Lei 10639/2003, que implantou a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afrodescendente na educação básica. Desta forma, a ascensão social que deve ser buscada pela população negra precisa ser coletiva, precisa atender a fatores não somente econômicos, deve abranger os campos psicossociais e culturais, para que aqueles que conseguirem chegar até ela não continuem a serem obrigados a negar sua identidade para ser

aceito no mundo dos brancos. Tal ascensão necessita proporcionar sua vivência em um mundo multicultural, capaz de abrigar diversas identidades sem discriminação ou preconceito racial.

Considerando os fatores exposto até aqui, e o tempo decorrido a partir das primeiras experiências das ações afirmativas em questão - o ProUni e as cotas raciais, a pesquisa proposta por este trabalho procurou fazer uma análise qualitativa dessas políticas, tendo como objeto de estudo seus egressos, para verificar se tais políticas cumpriram seus objetivos de valorizar a história e a cultura dos povos afrodescendentes, aumentando sua representatividade nos setores mais valorizados do mercado de trabalho, tendo como consequências a diminuição do racismo, do preconceito e da discriminação racial, em busca de uma realidade mais igualitária entre todos os grupos étnicos da sociedade brasileira.

Deste ponto de vista, esta pesquisa buscou responder não somente a questão da ascensão social em termos econômicos, mas também se a ascensão econômica supostamente obtida é capaz de elevar o nível social de seus beneficiários, sem os obrigar à perda de sua identidade. Buscou-se, igualmente, compreender se tal ascensão social desobriga os egressos de terem ‘alma branca’; se a ascensão leva à conscientização de que todos têm o direito de ser o que são, assumindo seus próprios modos de ser, sem precisar imitar outros e, finalmente, se já podem ser ‘alguém na vida’ sendo eles mesmos.

6.2. Relações entre o aumento do acesso da população negra ao ensino superior e o mercado de trabalho

Nas últimas décadas no Brasil houve uma grande expansão no acesso ao ensino superior, foram ampliados os números de instituições de ensino superior públicas federais, houve a criação de programas de incentivos ao ensino superior privado, e outros programas e políticas públicas destinadas a promover esta ampliação. Para entender esta expansão, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), vinculado à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), vem realizando pesquisas desde 1996 e tem constatado uma mudança significativa no perfil médio socioeconômico e cultural dos estudantes destas instituições.

Segundo dados obtidos na IV pesquisa realizada em 2014, em relação ao quesito raça/cor pode-se notar que a ampliação do acesso, juntamente com as políticas de inclusão, vem mudando o perfil dos estudantes e aumentando a participação da população negra nesta etapa educacional.

A IV Pesquisa mostrou que, em 2014, as IFES eram mais negras. Em 2003, autodeclarados (as) brancos (as) somavam 59,4% da população dessas instituições, em 2010 esse índice cai para 53,9% e em 2014/5 chega a 45,7%. Na tendência oposta, autodeclarados (as) pretos (as) tinham crescido em participação nas IFES na respectiva cronologia de 5,9%, para 8,7% e 9,8%. Pardos (as), na mesma trajetória, foram de 28,3% para 32,1% e em 2014/5 compunham 37,8% da população-alvo. Em outras palavras, 47,6% dos (as) estudantes das IFES eram negros (as), em 2014. Em valores absolutos, quase triplicou sua participação, comprovando o efeito das políticas de democratização do acesso (ANDIFES, 2019, p.8).

Segundo a pesquisa, enquanto o número dos alunos autodeclarados brancos diminuiu de 59,4% em 2003 para 45,7% em 2014, os autodeclarados negros (pretos e pardos) tiveram um aumento significativo chegando a 47,6% em 2014, ultrapassando a porcentagem de brancos. Este aumento da participação da população negra é atribuído às políticas de inclusão afirmativas (cotas raciais) que tiveram início pontual em algumas universidades federais a partir de 2003, transformando-se na Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) a partir de 2012, e se deve ao aumento do número de pessoas que passaram a se declarar negras (pretas e pardas) conforme constatado pelo IBGE em pesquisas mais recentes.

A tabela 1-10 divulgada na V pesquisa realizada em 2019, demonstra essa tendência de crescimento da participação da população negra nas universidades federais e também a compara com os dados populacionais obtidos pelo IBGE.

Tabela 1-10: Graduandos (as) e população brasileira segundo Cor ou Raça – 1996 a 2018 (%)

Cor ou Raça	Pesquisa	1996 ¹	2003 ¹	2010 ¹	2014 ¹	2018
Amarela	IFES	-	4,5	3,1	2,3	2,1
	PNAD/IBGE	0,4	0,4	1,1	0,5	0,4
Branca	IFES	-	59,4	53,9	45,7	43,3
	PNAD/IBGE	55,2	52,0	47,7	45,5	38,6
Parda	IFES	-	28,3	32,1	37,8	39,2
	PNAD/IBGE	38,2	41,5	43,1	45,1	52,5
Preta	IFES	-	5,9	8,7	9,8	12,0*
	PNAD/IBGE	6,0	5,9	7,6	8,6	8,1
Indígena	IFES	-	2,0	0,9	0,6	0,9**
	PNAD/IBGE	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4
Sem declaração	IFES	-	-	-	3,8	2,5
	PNAD/IBGE	-	-	-	-	-

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

¹FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

* Pretos, em 2018, corresponde a soma das categorias "Pretos – não quilombolas" e "Pretos quilombolas".

** Indígenas, em 2018, corresponde a soma das categorias "Indígenas Não Aldeados" e "Indígenas Aldeados".

Nota-se uma tendência de aumento nas taxas de pretos e pardos tanto nas IFES, quanto na população em geral, enquanto na população branca ocorre o contrário, mostrando assim uma inversão no quadro das autodeclarações.

As tendências de aumento da participação de alunos negros no ensino superior também são confirmadas por alguns autores, tais como Silva, (2020), Senkevics (2018) e Paiva (2020). Sendo que os dois primeiros se concentram no ensino superior público, e os dois últimos estão voltados para o ensino superior privado, em geral, e no Programa Universidades para Todos (ProUni), em particular. As análises realizadas por esses autores trazem algumas ponderações de grande importância para os objetivos deste trabalho, pois ajudam a entender alguns aspectos que esclarecem situações que não são visíveis por um olhar apenas superficial sobre os dados estatísticos.

Segundo Tatiana Dias Silva, no texto *Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente*, existem poucos estudos sobre a análise dos resultados das políticas de inclusão racial no Brasil, opinião também compartilhada por Adriano Souza Senkevics, no texto *Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas*. Segundo estes autores os principais instrumentos de dados estatísticos para se obter tais informações é o PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e o CES – Censo da Educação superior, sendo que neste último existe uma subnotificação muito grande em relação aos dados relativos à questão de raça/cor. Assim, segundo Silva, na análise sobre os efeitos da Lei de Cotas “verifica-se a carência de pesquisas mais abrangentes, que promovam se não uma avaliação da política, uma análise mais agregada de seus efeitos e da situação social sobre a qual se direciona tal medida” (SILVA, 2020, p. 9). Essas avaliações são defendidas por muitos, inclusive como instrumentos para futuras decisões sobre a manutenção das políticas de inclusão. Segundo Senkevics (2018), os pesquisadores que procuram trabalhar com esses dados encontram dificuldades devidos às restrições e/ou má qualidade dos dados disponíveis. As opiniões acima podem ser confirmadas ao consultar os dados do CES, no quais as informações a respeito do quesito raça/cor são quase inexistentes.

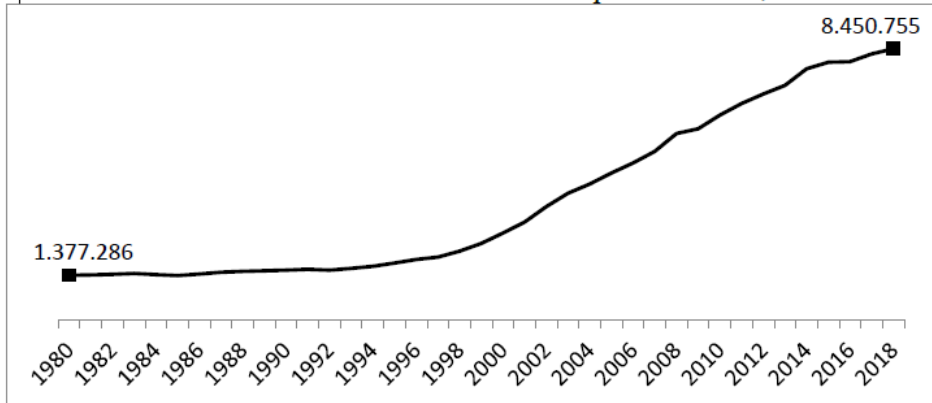
Após abordar tais dificuldades, a autora Tatiana Silva desenvolve seu texto expondo alguns dados com base no PNAD 2017, que ajuda a compreender o contexto em que se dá o aumento do acesso da população negra ao ensino superior.

Um destes dados destaca que houve uma expansão significativa do ensino superior no Brasil nas últimas duas décadas, fator que pode ser atribuído aos programas de incentivos, tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), as políticas de ações afirmativas, a reestruturação do programa de financiamento estudantil (Fundo de Financiamento Estudantil – Fies) e a criação do Programa universidade

para Todos (ProUni), que elevaram o número de alunos ingressantes em todas as áreas do ensino superior.

A autora Carolina Zucarelli (2021) também constatou este aumento no número de pessoas com ensino superior ao desenvolver o texto *Trabalhadores com educação superior e as transformações no mundo do trabalho*. Como demonstra o gráfico a seguir, elaborado por ela com base no CES, há um aumento no número de alunos matriculados no ensino superior entre os anos de 1980 e 2018. Em relação aos fatores que elevaram estes dados, a autora também atribui àqueles já citados acima, concordando que as políticas públicas de acesso ao ensino superior promoveram uma transformação no nível educacional dos trabalhadores brasileiros no período estudado, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Número de matrículas no Ensino Superior - Brasil, 1980 a 2018



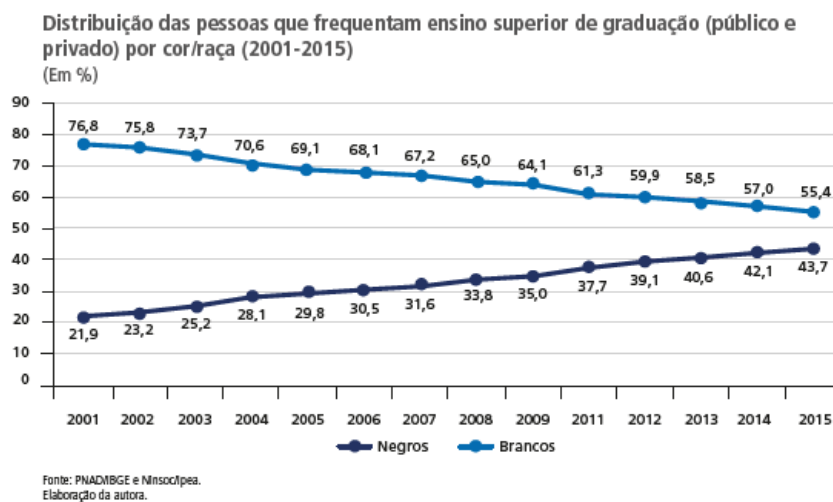
Fonte: Censo da Educação Superior (Inep/MEC), 1980 a 2018 - Elaboração da autora

Observa-se que entre 1980 e 1998 o número de alunos no ensino superior manteve-se praticamente estável, mas a partir do ano 2000 há uma curva ascendente até 2018, último ano analisado.

Quando os dados são analisados levando-se em conta o critério racial, todos os autores aqui citados tendem a concordar que também houve um aumento expressivo do número de negros (pretos e pardos) que tiveram acesso ou se formaram no ensino superior. Tal mudança é atribuída tanto à democratização da educação superior em geral, quanto às políticas de ação afirmativas para negros (Lei de Cotas) desenvolvidas a partir do ano 2003 em algumas universidades públicas estaduais e federais. Para demonstrar esta elevação no número de negros no ensino superior, Tatiana Silva, cita Ribeiro e Schlegel 2015, que afirmam que em 1960, 95% da população que havia concluído o ensino superior era branca; e que em 1995, apenas dois em cada 100 jovens negros entre 18 e 24 anos cursavam este nível de ensino. A partir dos anos 2000, o acesso da população negra, tanto na rede privada como na pública, passou a ter um

aumento contínuo até 2015. A taxa de jovens negros entre 18 e 24 anos que frequentavam o ensino superior passou de 1,5% em 1992, para 12,5% em 2015. A partir do ano de 2015 começou uma leve redução da participação desta população na rede privada, mas o mesmo não aconteceu na rede pública.

O gráfico a seguir demonstra como foi esta evolução do acesso da população negra ao ensino superior público e privado entre os anos de 2001 e 2015. Nota-se que ao mesmo tempo houve uma redução percentual da participação da população que se autodeclara branca. Um dos motivos para explicar esta redução pode ser o fato de que mais pessoas passaram a se declarar preto ou pardo assumindo uma identidade antes negada, conforme demonstra pesquisas populacionais do período.



Quando o recorte é realizado levando-se em conta as instituições federais de ensino superior (IFES), o aumento dos números de negros é mais notável, passando de 34,2% em 2003 para 51,2% em 2018, aproximando da taxa populacional negra brasileira em torno de 53%, segundo o IBGE.

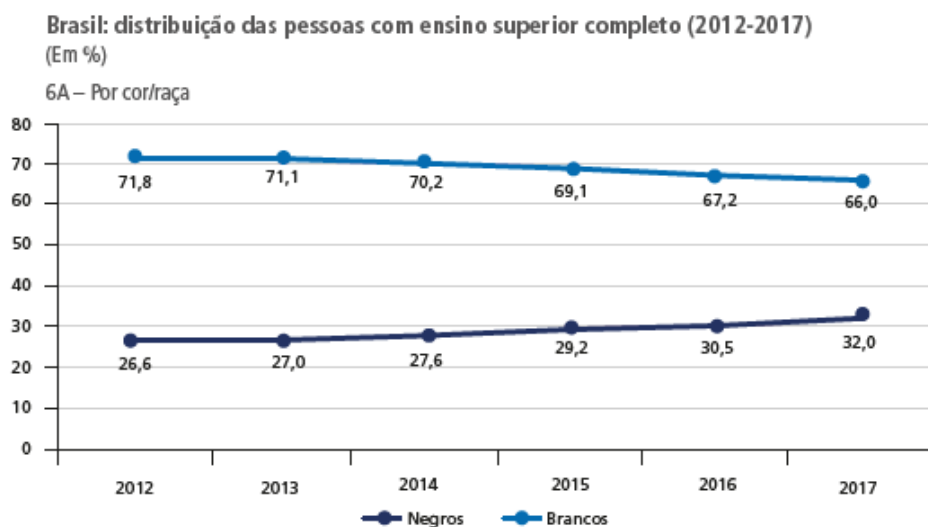
Na rede privada de ensino superior os números de beneficiários dos programas Fies e ProUni chegou a 58% dos alunos ingressantes em 2014. Considerando que a população negra também é maioria entre a população de baixa renda, ela é potencialmente a maior parte dos beneficiários dessas políticas. A tabela a seguir, divulgada pelo MEC em 2016, confirma a tendência já demonstrada anteriormente de elevação do acesso de negros nesta modalidade de ensino superior.

Tabela 1 – Bolsas por Raça/Cor – 2005-2014

Raça/cor	Número absoluto	%
Branca	686.189	45,8
Parda	570.889	38,2
Preta	188.340	12,6
Amarela	26.559	1,8
Indígena	1.887	0,1
Não Informada	23.351	1,6

Fonte: MEC ([2016]).

Desta forma, é possível afirmar que, tanto no ensino superior público como no privado, é inegável que a população negra passou a ter uma maior participação a partir das ações afirmativas que começaram em 2003 em algumas universidades públicas, e a partir do programa universidades para todos (ProUni) que teve início em 2005, distribuindo bolsas em instituições privadas de ensino superior.



Fonte: Elaborado pela autora

Mesmo considerando que os dados de ingressantes no ensino superior tenham sido satisfatórios à população negra, Tatiana Silva destaca que ainda existe um abismo entre esta e a população branca quando se analisa o número de pessoas com curso superior completo. Em 2017, (conforme gráfico a seguir) a população negra portadora de diploma de curso superior completo correspondia apenas a 32%. Quando se considera aqueles com 25 anos ou mais, apenas 9,3% dos negros conseguiram concluir este nível de ensino. A autora alega ainda que

um dos entraves que impede o acesso de negros ao ensino superior está nas etapas anteriores a este, pois 60% da população negra com 25 anos ou mais não completou sequer o ensino médio.

Este ponto de vista, que entende as questões relativas às etapas anteriores ao ensino superior como entraves para o acesso a este, também é compartilhado por Wilson Mesquita de Almeida no artigo intitulado *ProUni e o acesso de estudantes negros ao ensino superior*, no qual estudou a importância do ProUni na promoção da população nas instituições de ensino superior privadas brasileiras. Analisando dados do PNAD, ele concluiu que entre 1995 e 2006, 27% dos jovens entre 18 e 24 anos não haviam concluído o ensino fundamental. E que entre os que haviam concluído este nível, outros 27% não ingressaram no ensino médio. Ou seja, 54% desta população sequer se matriculou no ensino médio. Considerando que a grande maioria destes é advinda das camadas mais pobres da população, pode-se deduzir que também sejam, na sua maioria, pertencentes aos grupos pretos e pardos que compõem a população negra, e, portanto, contribuem para as dificuldades de acesso desta ao ensino superior.

Ainda no mesmo texto a autora Tatiana Silva cita o estudo realizado por Machado, Eurístenes e Feres Júnior com base no Índice de Inclusão Racial (IIR), que busca medir se o percentual de graduandos negros das IFES está próximo ao percentual de negros constantes na população geral obtida pelo IBGE, considerando o lugar onde a instituição está localizada. O resultado ideal para este índice seria igual a 1. Se inferior a 1, constata-se que o percentual não está alcançando o objetivo de proporcionalidade estabelecido pela Lei de Cotas, se superior a 1 significa que o este objetivo está sendo alcançado. Os dados obtidos indicaram que em 2017, na maioria das IFES estudadas o IIR foi acima de 0,90, o que indica que nas instituições federais de ensino superior a implantação da Lei de Cotas que se consolidou em 2016 está sendo satisfatória. Outro dado importante constatado é que nos cursos de alta concorrência a participação de negros evoluiu, embora continue menor que a dos brancos.

Como foi mostrado até aqui, existe um consenso sobre o aumento da participação da população negra no ensino superior. Ao mesmo tempo em que as pesquisas apontam que também aumentou o número percentual das pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, categorias que segundo o IBGE compõe o grupo da população considerada negra. Torna-se interessante neste momento investigar se tal mudança no perfil dos graduandos e graduados no ensino superior se reflete também no mercado de trabalho. Nesta perspectiva a autora Carolina Zuccarelli, em seu artigo *Trabalhadores com educação superior e as transformações no mundo do trabalho*, procurou investigar as relações entre as transformações educacionais, o mercado de trabalho e as chances de mobilidade social.

Segundo esta autora, diversos estudos constataam certa defasagem entre o grau de estudo e a profissão ou atividade exercida pelos indivíduos em geral, assim “no Brasil, de acordo com Reis e Machado (2016 apud ZUCCARELLI, 2021, p.10), aproximadamente dois terços dos profissionais de nível superior estavam em postos de trabalho não relacionados à sua área de formação” (ZUCCARELLI, 2021, p.10). Ou seja, para cada três pessoas formada em curso superior, duas não exercem a função para a qual se qualificou.

Com base em tais estudos a autora elaborou uma tabela que leva em conta a variante cor/raça para demonstrar a variação do percentual de pessoas negra portadoras de curso superior ocupadas no mercado de trabalho entre os anos de 1980 e 2018. A tabela está dividida em 10 grupos ocupacionais sendo que nem todos eles exigem o diploma de curso superior como pré-requisito.

Percentual de pretos e pardos ocupados com curso superior completo de acordo com os grupos ocupacionais – Brasil, 1980 a 2018.

Grupos ocupacionais	Pretos e pardos				
	1980	1991	2000	2010	2018
Empregadores	18	23	18	22	34
Dirigentes e servidores	43	46	43	49	54
Profissionais de nível superior	12	17	19	24	30
Professores	19	29	30	38	35
Ocupações da seg. pública e Forças armadas	38	43	41	47	55
Profissionais de nível médio	27	33	32	41	49
Trabalhadores do apoio administrativo	45	47	43	48	54
Trabalhadores do comércio	35	42	44	46	55
Trabalhadores da prestação de serviços	45	47	43	49	54
Operários da indústria	43	46	43	49	54
Operários da construção civil	71	59	58	65	68
Trabalhadores dos transportes	38	43	44	48	56
Trabalhadores domésticos	60	63	65	64	67
Trabalhadores agrícolas	54	58	54	58	67
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Ribeiro e Aragão (2020). Elaboração da autora.

A partir da observação desta tabela, é possível verificar que o número de negros com nível superior ocupados no mercado de trabalho ao longo das últimas quatro décadas aumentou em todos os grupos. Os dados comprovam a significativa elevação do nível escolar alcançado por esta população, já constatado anteriormente. Porém, se observar com mais atenção, verifica-se que no grupo de profissionais de nível superior e no grupo dos professores, duas atividades em que é exigido o diploma de nível superior, o número de profissionais negros não é

representativo do percentual de negros da população brasileira, ficando bem abaixo dos 53% constatado pelo IBGE. Por outro lado, entre os grupos denominados trabalhadores de nível médio, operários das indústrias, operários da construção civil, trabalhadores domésticos e trabalhadores agrícolas, que comprovadamente não há necessidade de diploma de nível superior, o número de negros ocupados com este nível educacional é maior que a média populacional. Este dado sugere que muitos negros graduados com nível superior não conseguem alcançar no mercado de trabalho uma posição compatível com sua escolaridade, e assim permanecem em suas antigas funções ou atividades, sem participar da mobilidade social esperada.

Alguns fatores que atingem a população brasileira, como o desemprego e a precarização do mercado de trabalho, somados à baixa qualidade de muitos cursos oferecidos principalmente através das bolsas do ProUni, onde muitas instituições privadas estão preocupadas apenas com seus interesses comerciais sobre a educação, juntando-se ainda ao preconceito e à discriminação racial, podem ser os responsáveis por esta baixa mobilidade social entre a população negra com ensino superior completo. Porém, este breve texto apenas sugere que estudos neste sentido precisam ser desenvolvidos para uma melhor compreensão do problema exposto.

6.3. Análise de dados da pesquisa de campo

6.3.1. Conhecendo os respondentes: expectativas e dificuldades em relação ao ensino superior

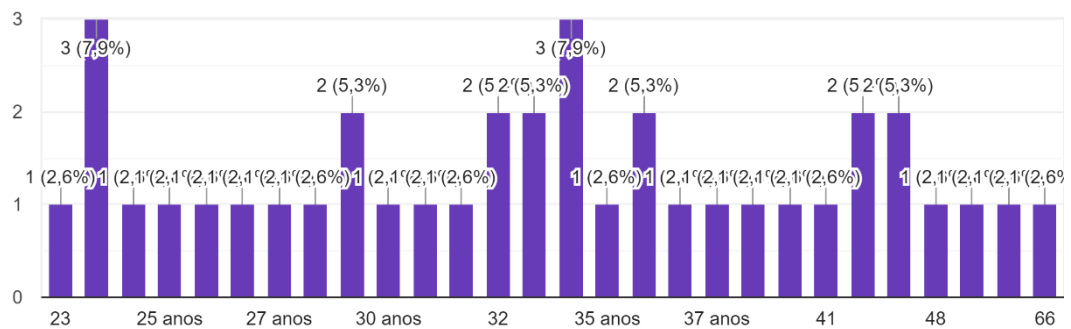
Ao iniciar a análise percebeu-se que o formulário no Google foi respondido por 44 participantes, mas por não corresponder aos requisitos básicos da pesquisa, se tornou necessária a exclusão de 6 respostas. A sequência de gráficos a seguir demonstra o perfil geral dos entrevistados, considerando as 38 respostas válidas.

A faixa etária dos egressos ficou entre 23 e 66 anos. Sendo que 33 deles se encontram na faixa entre 25 e 50 anos de idade, o que pode ser chamada de forma arbitrária de idade economicamente ativa. Pois devido às atuais circunstâncias de alto índice de desemprego, sabe-se que os jovens começam a trabalhar cada vez mais tarde, na maioria das vezes em idade superior a 25 anos. Pelo mesmo motivo fica cada dia mais difícil encontrar emprego após os 50 anos. Conforme o gráfico referente à pergunta b do questionário.

Gráfico 1 – Idade dos respondentes

b. Qual sua idade?

38 respostas



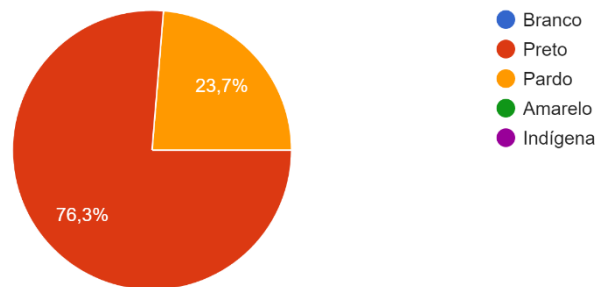
Fonte: Formulário google

A maioria absoluta, 76,3%, se declarou em relação ao quesito cor/raça como sendo pretos, enquanto 23,7% se consideram pardos. Nota-se neste quesito, que há uma inversão em relação aos dados populacionais oficiais, onde a população parda aparece geralmente em número superior à população que se considera preta. Resultado demonstrado conforme o gráfico referente à pergunta c, a seguir:

Gráfico 2 – cor/raça

c. Como você se auto declara em relação à cor/raça?

38 respostas



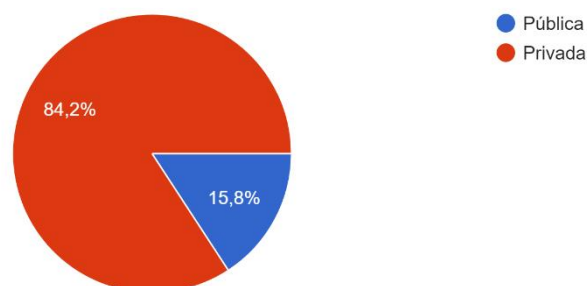
Fonte: Formulário google

Os egressos das instituições privadas de ensino superior, bolsistas do ProUni representaram 84,2% do total de respondentes, sendo que os demais, ou seja, 15,8 % foram alunos de universidades públicas na condição de cotista. Neste quesito, não foi possível atingir uma paridade proporcional entre as duas políticas estudadas. Esta não proporcionalidade pode ser atribuída ao fato de que a política de cotas raciais para pessoas negras ter sido adotada tardiamente em relação ao ProUni, principalmente nas universidades públicas estaduais paulistas, pois a maior parte dos entrevistados são do Estado de São Paulo. O tipo das instituições ensino superior está demonstrado conforme o gráfico referente à pergunta d, a seguir:

Gráfico 3 – Tipo de instituição de ensino

d. Você estudou durante sua graduação em que tipo de instituição?

38 respostas

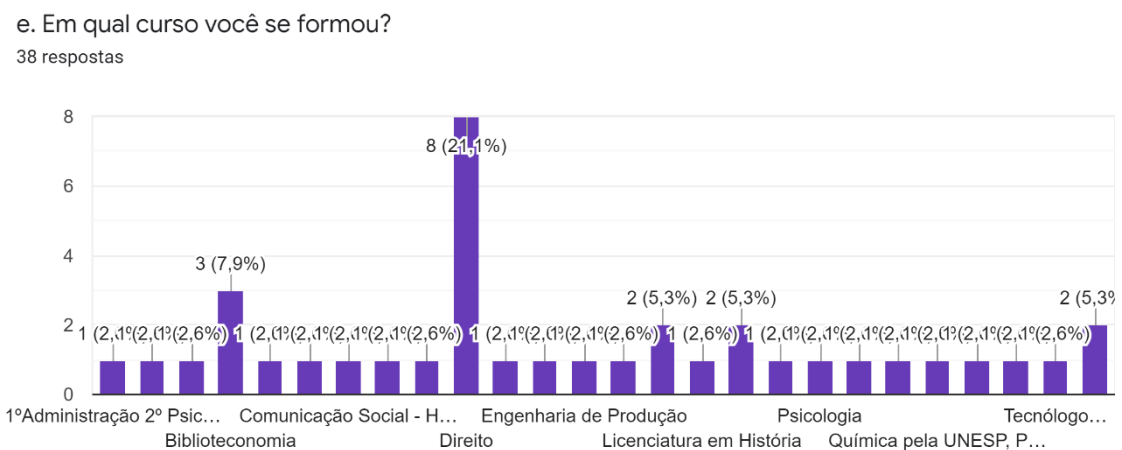


Fonte: Formulário google

Cabe observar ainda que não foi perguntado aos respondentes o nome nem a localidade das instituições de ensino. Porém, de acordo com as respostas podemos identificar que os egressos são de diferentes Estados, tais como Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais e que alguns egressos do ProUni retornaram às Universidades Públicas para uma segunda graduação na condição de cotistas.

Quanto aos cursos realizados, constata-se que as formações dos respondentes são diversas, distribuídas por várias áreas do conhecimento. Porém, o curso mais citado foi o de Direito, totalizando 10 respondentes, seguido por aqueles cursos que podem ser aglutinados no grupo das licenciaturas (Pedagogia, Letras, Ciências biológicas, História etc.) representados por 8 respostas e, em seguida, o curso de Biblioteconomia com 4 respostas. Neste quesito, também é possível perceber a ausência de entrevistados pertencentes aos cursos considerados de maior prestígio junto ao imaginário social, como por exemplo Arquitetura, Medicina e Odontologia. Mesmo considerando os limites desta pesquisa, é possível afirmar que há aqui uma tendência a confirmar o resultado encontrado na pesquisa realizada por Tatiana Silva, já citada neste trabalho, de que estes cursos são os que tiveram os menores índices de paridade racial (IPR). Segundo ela, “Nos cursos de alta concorrência, verifica-se que a participação de negros é menor do que sua representação da população em geral” (SILVA, T., 2020, p.31). Os cursos atingidos são demonstrados conforme o gráfico referente à pergunta e, a seguir:

Gráfico 4 – Curso de formação

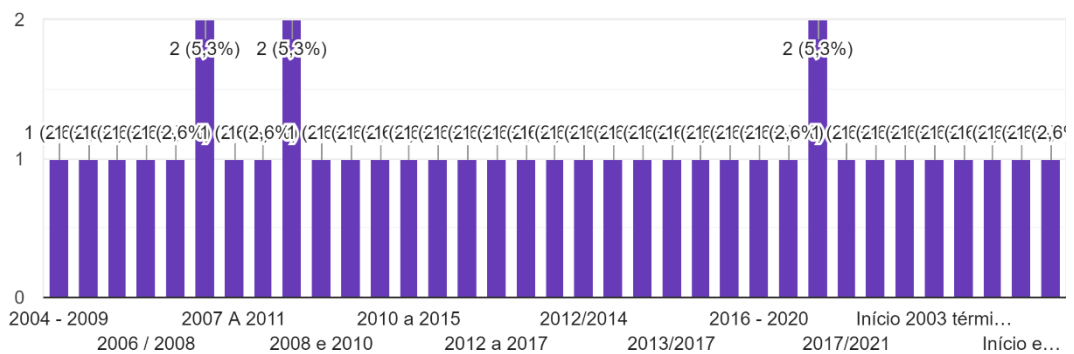


Fonte: Formulário google

Sobre o período de realização da graduação, foi perguntado quais foram os anos de início e de término dos cursos. Para facilitar a interpretação, foi considerado o ano de 2016 como linha divisória, pois acredita-se que para aqueles que se formaram após esta data, ainda não houve tempo suficiente para perceber uma possível ascensão ou mobilidade social baseado na formação, pois leva certo tempo para que o recém-formado consiga se inserir em uma profissão decorrente de sua formação. Conforme o gráfico referente à pergunta f, a seguir: 26 do total de 38 respondentes se formaram até 2016, e 12 após aquele ano.

Gráfico 5 – Ano de conclusão da graduação

f. Quais foram os anos de início e término de sua graduação?
38 respostas



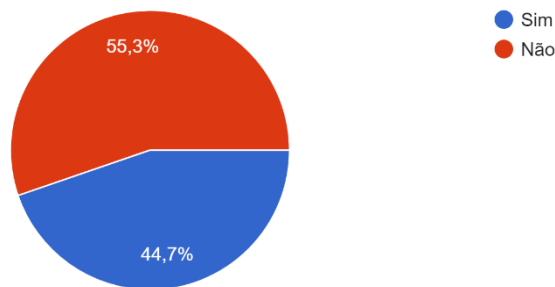
Fonte: Formulário google

Foi perguntado aos participantes se concordavam com a afirmação de que devemos estudar para ser “alguém na vida”. Do total de respondentes, 55,3% disseram que não concordam com a afirmativa. Mas 44,7% responderam que concordavam. Conforme demonstrado pelo gráfico referente à pergunta i, a seguir:

Gráfico 6 – Você concorda com afirmação de que devemos estudar para ser alguém na vida?

i. Você concorda com a afirmativa de que devemos estudar para ser “alguém na vida”?

38 respostas



Fonte: Formulário google

Tal pergunta teve como objetivo entender qual a importância que os egressos das políticas afirmativas aqui estudadas atribuem à educação formal para sua vida profissional, social e cultural. Para isso, foi pedido aos que concordaram com a afirmativa que explicasse o que significava para eles, “ser alguém na vida”. É importante destacar que o resultado em que a maioria discorda da afirmativa já era esperado, pois todos já são alguém na vida independentemente do que fazem, não importa se estudam ou deixam de estudar, todos merecem o nosso respeito pela sua dignidade como pessoa humana. A afirmativa não tem por objetivo diminuir ou desqualificar aqueles que por qualquer motivo deixaram ou deixam de estudar. A expressão foi escolhida por ser uma frase popular comumente usada por muitas pessoas para tentar convencer alguém a estudar, principalmente quando a fala se dá com os mais jovens. Dito isso, volta-se à questão da importância que é dada à educação formal, em especial ao ensino superior, por aqueles que tiveram acesso a partir do ProUni e das cotas raciais.

Dentre os que concordaram com a expressão “ser alguém na vida” através da educação, a mesma foi associada a termos econômicos e financeiros, tais como: “melhor posição no mercado de trabalho”, “carreira”, “melhor qualificação”, “melhor remuneração” etc., ou a outros valores positivos, como “empoderamento”, “quebra de barreiras”, “conquista de espaço”, “poder de escolha” e “aquisição de conhecimento”. Como se pode notar, os entrevistados atribuem à educação formal importância fundamental para as transformações sociais e culturais necessárias à população negra na sociedade brasileira, onde as questões de raça estão muito ligadas aos obstáculos de mobilidade atuando como elemento mantenedor das desigualdades raciais e sociais. Cabe como exemplo este trecho extraído da resposta de uma das pessoas entrevistadas.

Devido à grande desigualdade social que é tida como normal/comum em nossa sociedade, o estudo abre portas de outras carreiras e profissões além daquelas que esperam que as pessoas pobres e de menor poder aquisitivo tenha. Vejo os estudos como uma quebra das barreiras que foram impostas às pessoas mais pobres.

Os depoimentos obtidos através dos entrevistados demonstram o quanto a educação formal, desde a Educação Básica até o Ensino superior, é para população negra e pobre, na maioria das vezes, o único meio para escapar do determinismo social a ele reservado, em uma sociedade marcada pelo preconceito e pela desigualdade racial como a nossa. O historiador Domingues Petrônio, demonstra em seu texto *O recinto sagrado*, de 2009, que a educação sempre esteve na pauta das lutas dos movimentos negros brasileiros, desde a criação dos primeiros jornais da imprensa negra até as conquistas mais recentes, como por exemplo, a Lei 10639/03, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica. Um exemplo de que a educação estava nas pautas dos movimentos negros está neste trecho do Jornal Quilombo, produzido pelo Teatro Experimental do Negro em 1950, e citado pelo autor.

Em Quilombo, de janeiro de 1950, p.11, uma liderança feminina do TEN, Maria Nascimento, discorria: Pela educação é que havemos de conquistar igualdade moral, intelectual, cultural, artística, econômica e política. Quando todo negro souber ler e escrever teremos dado o passo mais decisivo para a nossa própria recuperação. Enfim, educar e alfabetizar a população dos morros é uma forma de libertar e emancipar a gente negra. Porque a ignorância, o analfabetismo, é a forma mais terrível de escravidão (NASCIMENTO, apud DOMINGUES, 2009, p.978).

O texto esclarece ainda que as lutas dos movimentos negros pela educação aconteceu em três fases: sendo que na primeira fase (1889-1937), o foco estava na alfabetização e no ensino básico, pois acreditava-se que se o negro que progredisse no campo educacional, teria mais mobilidade social e seria respeitado na sociedade; na segunda fase (1937-1978), as reivindicações continuaram sendo a educação básica, mas surgiram as primeiras ações requerendo o acesso ao ensino superior e os primeiros questionamentos sobre os conteúdos preconceituosos nos livros didáticos; mas foi na terceira fase (1978-2003), a partir da criação do MNU, que as pautas voltaram a enfatizar mais o fortalecimento da identidade negra, a busca da representatividade e a luta pela implantação de políticas afirmativas.

Prosseguindo sobre a importância da educação formal para ascensão social da população negra, em pesquisa de mestrado defendida em 2002 intitulada *Ascensão social do negro via escolaridade e mercado de trabalho*, João Santana Gomes Melo afirma que a ascensão social dos negros na cidade de Salvador foi sempre marcada por obstáculos e entraves sociais, causados por formação escolar precária, discriminação e preconceito racial, que dificultam o acesso deles às profissões mais valorizadas. Como se nota, esta pesquisa foi realizada antes das

primeiras políticas de cotas raciais que só tiveram início a partir de 2003. Diante da constatação de condições tão adversas à ascensão social do negro, mesmo para aqueles que conseguem acessar o ensino superior, a questão que se coloca é a seguinte: por que nós, os negros, devemos continuar na luta para estudar? O autor da pesquisa, nos responde da seguinte forma:

A resposta pode ser simples: porque a educação/escola é inevitável e, apesar de tudo, ela continua sendo o meio disponível pelo qual a classe dominada consegue ascender através de uma mobilização mediante um processo geral de educação independente e culturalmente definido (MELO, 2002 p.67).

Esta resposta está de acordo com a fala de alguns dos entrevistados que afirmam que sem o estudo as dificuldades são maiores, se tornando quase impossível ter acesso a melhores condições de vida. Assim, de acordo com o depoimento de uma das entrevistadas por esta pesquisa, “o estudo é uma fatia que alicerça horizontes e agrega valores ao conjunto do que já somos e podemos vir a ser a partir do seio familiar”, permitindo que tomemos conhecimento de nossos direitos e deveres, fornecendo condições para lutarmos por eles.

É compreensível o fato de que a maioria das respostas sobre “ser alguém na vida” através da educação esteja relacionada às questões econômicas e financeiras, pois se pensarmos em um contexto de privações, muitas vezes até mesmo de itens básicos como a alimentação, vestimentas etc., conforme apontam alguns entrevistados, se torna um tanto óbvio que ter acesso a bens materiais seja a primeira preocupação das pessoas que estão expostas a essas dificuldades. Mas, conforme as respostas obtidas, constatamos que além do acesso às questões econômicas e financeiras, os entrevistados almejavam também a aquisição de conhecimento, o desenvolvimento pessoal e o acesso a bens culturais essenciais para uma melhor qualidade de vida.

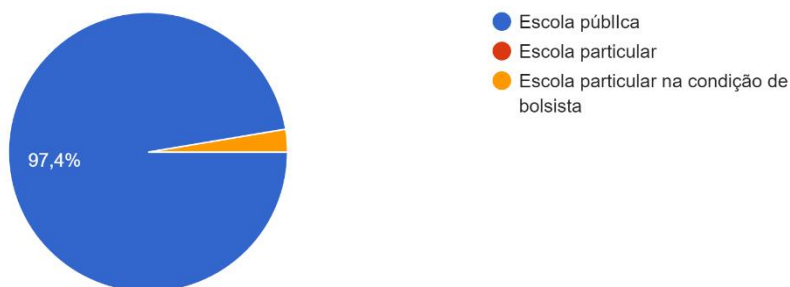
Ao responder sobre a origem da família, os respondentes não foram precisos, alguns optaram por nomear a classe, outros por dissertar sobre o local onde moram ou de onde seus pais vieram (no caso daqueles que os pais eram de outras regiões). Alguns preferiram descrever a situação financeira de sua família. Desta forma, os termos mais comuns nas respostas foram: “pobre”, “paupérrima”, “humilde”, “simples”, “periféricos”, e “migrantes de outros estados”; além daqueles que nomeiam as classes “C”, “D”, e apenas três responderam que pertenciam à classe média. Considerando os termos descritos acima, podemos afirmar que a maioria de nossos entrevistados, antes do acesso ao ensino superior eram pessoas oriundas da classe média baixa, moradores das periferias, filhos(as) de trabalhadores, muitos deles migrantes de outras regiões, e que viviam em dificuldades econômico e financeiras que as deixavam excluídas do acesso às universidades por outros meios.

Tal afirmação pode ser confirmada pelas respostas obtidas nas perguntas feitas a seguir, primeiramente sobre onde eles estudaram durante os ensinos fundamental e médio, a que 97% responderam que estudaram em escolas públicas. Conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Onde você cursou o ensino fundamental e médio?

b. Onde você cursou o ensino fundamental e médio?

38 respostas



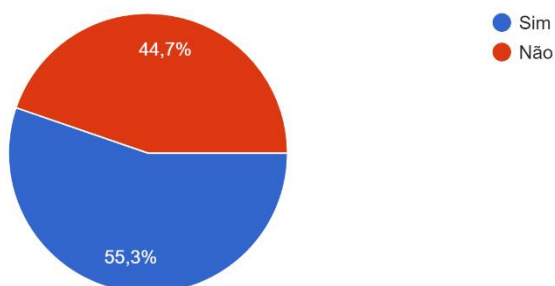
Fonte: Formulário google

Em seguida foi perguntado se os respondentes precisaram trabalhar durante esta etapa dos ensinos fundamental e médio. 55,3% responderam que sim, enquanto 44,7% disseram que não. Conforme gráfico a seguir:

Gráfico 8 - Você precisou trabalhar durante o ensino fundamental e médio?

c. Você precisou trabalhar durante o ensino fundamental e médio?

38 respostas



Fonte: Formulário google

Ainda no intuito de conhecer melhor o cotidiano dos egressos sobre o período de sua formação na educação básica, foi perguntado sobre suas atividades ligadas ao lazer e à cultura, através da seguinte pergunta: Durante o período de ensino fundamental e médio o que você gostava de fazer? Quais eram suas atividades de lazer? Praticava alguma atividade cultural?

Numa breve síntese das respostas é possível perceber que a maioria dos entrevistados teve como atividades de lazer aquelas relacionadas com o dia a dia das populações periféricas, tais como: jogar futebol, andar de bicicleta, skate e brincar na rua. Em relação às atividades culturais, nota-se que havia uma imensa escassez de equipamentos públicos para este fim, sendo que muitas vezes estas atividades se resumiam àquelas oferecidas pela própria escola ou por algum projeto social. Mesmo diante de tal escassez as práticas de ler livros, frequentar aulas de teatro ou dança, ir às bibliotecas e visitar museus foram mencionadas por muitos dos respondentes.

Foi perguntado se os entrevistados ainda mantinham relação com grupo social a que pertenciam durante esta etapa da vida, procurando conhecer se os laços criados se mantêm, mesmo após estes terem se graduado no ensino superior, pois sabe-se que a maioria dos jovens que concluem a educação básica não conseguem acessar esse nível de ensino. Desta forma, foi feita a seguinte pergunta: Em relação ao grupo social com o qual você conviveu durante o período do ensino fundamental e médio, você ainda mantém contato com ele? Explique.

Neste quesito foi possível observar que a maioria dos respondentes ainda mantém alguma forma de contato com seu grupo social do tempo do ensino fundamental e médio. Porém, muitas vezes estes contatos são apenas com algumas pessoas mais próximas, ou através das redes sociais. Dentre os fatores que dificultam e afastam os egressos de seus grupos sociais está a procura por emprego, que muitas vezes só se consegue nas regiões mais bem localizadas, em bairros distantes e até em outras cidades, forçando as pessoas que se formam no ensino superior a mudar de sua localidade de origem, tendo como consequência o distanciamento de seus colegas. Outros fatores também foram mencionados, como por exemplo, a violência que levam muitos jovens da periferia à morte ou à prisão; o preconceito de raça ou de gênero; e o afastamento por questões religiosas, pois, ao integrar-se a um grupo religioso, muitas pessoas acabam se distanciando daqueles que estão fora deste grupo.

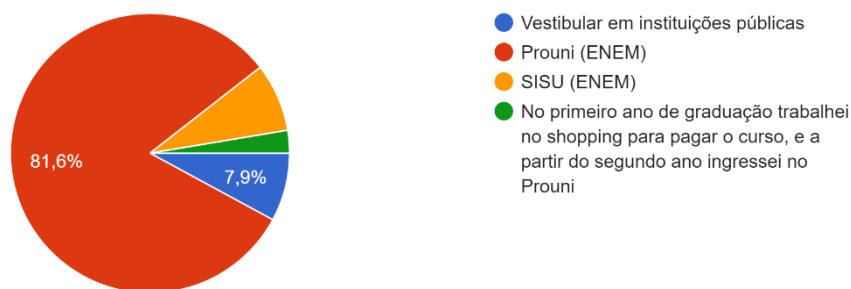
Ao ingressar no ensino superior, a maioria dos entrevistados tinha como projeto obter melhorias relativas às suas situações econômicas e financeiras, desta forma, suas aspirações foram expostas através de expressões relacionadas a essas questões. Tais como “ter uma

profissão”, “melhorar as condições de vida”, “obter um melhor salário” e “ter um bom emprego”. Estas são aspirações compreensíveis quando se leva em conta o contexto de exclusão e desigualdades ao qual estavam inseridos. Porém, ao analisar as respostas é perceptível que além das expressões de cunho econômico e financeiro, aparecem outras relacionadas ao desenvolvimento pessoal do entrevistado, como por exemplo “ter uma formação”, “obter conhecimento”, “encontrar uma identidade”, “gostar de estudar”, “construir uma carreira”, “seguir carreira acadêmica”, “ascensão social e intelectual”, “acessar espaços negados” etc. São expressões que demonstram que, para estas pessoas, a formação de nível superior vai além da aquisição de vantagens econômicas, ela é vista como um meio de ascender cultural e socialmente através da aquisição de conhecimentos. A grande maioria dos respondentes foi incentivada a fazer o ensino superior por parentes ou pessoas próximas, como mãe, pai, tios e primos, alguns por professores ou colegas de trabalho. Sendo que a forma de acesso foi através do ENEM, tanto para aqueles que estudaram em instituições privadas via ProUni, tanto para os que acessaram as instituições públicas via SISU. Conforme demonstrado pelo gráfico a seguir:

Gráfico 9 – Qual foi a forma de ingresso no ensino superior?

c. Qual foi a forma de ingresso no ensino superior?

38 respostas



Fonte: Formulário google

Constata-se ainda que o principal critério para a escolha da instituição foi pelo renome desta junto à sociedade e que o curso foi escolhido na maioria das vezes porque o entrevistado acreditava possuir alguma afinidade com a área. Porém, algumas vezes a escolha foi feita por outros fatores, como por exemplo a proximidade da casa, facilidade de acesso, nota de corte, e até por alguns cursos prometerem um leque maior de oportunidades no mercado de trabalho. Esses aspectos são explicados pelas dificuldades que os entrevistados encontravam para manter o custeio do curso, como por exemplo, aquele necessário para o deslocamento até a instituição

de ensino, ou pela necessidade de trabalhar durante o período da graduação. O resultado demonstra que nem todos os egressos possuíam clareza sobre o curso no qual estavam se matriculando ao ingressar no ensino superior. Este ponto pode ser fundamental para explicar a dificuldade para entrar no mercado de trabalho e para a obtenção da tão sonhada ascensão social.

No artigo *ProUni e o acesso de estudantes negros no ensino superior*, Wilson Mesquita de Almeida, ao abordar esta questão concluiu que

Assim, estudantes mais pobres, negros, com maior idade, provedores familiares, moradores de bairros mais afastados, encontram-se alocados nas instituições de ensino e cursos mais destituídos de qualidade – estão nos cursos com formatos mais curtos, nas universidades mais desprestigiadas na hierarquia de prestígio acadêmico e profissional – o que contribui para um acesso desigual e reproduzidor de desigualdades (ALMEIDA, 2017, p.102).

Pelo menos em parte, esta pesquisa vai ao encontro desta afirmação, pois são realidades encontradas na vivência de alguns dos entrevistados e de muitos dos estudantes negros e pobres que acessam o ensino superior via ProUni. Porém, não é possível afirmar o mesmo em relação àqueles que acessam via política de cotas para pessoas negros, pois são necessárias informações mais detalhadas.

Outro aspecto observado é que grande parte dos entrevistados responderam que gostariam de ter estudado em outra instituição, ou optado por outro curso diferente daquele em que se formou. Neste aspecto, a preferência demonstrada foi pelas instituições públicas e pelos cursos mais valorizados socialmente. Situação compreensível se considerarmos que a maioria dos respondentes são egressos das instituições privadas e se graduaram em cursos mais populares.

Ao ingressar no ensino superior a grande maioria dos respondentes tinham como expectativas obter transformações relacionadas às questões econômicas e financeiras, as expressões mais utilizadas foram: “bons salários”, “bons empregos”, “melhorias de renda”, “melhoria de vida” etc., mas alguns usaram expressões relacionadas ao seu desenvolvimento pessoal, tais como: “qualidade de vida”, “relacionamento interpessoal”, “crescimento pessoal, profissional e cultural”, demonstrando também um interesse pelo seu desenvolvimento pessoal e social.

Até este ponto da análise foi possível conhecer um pouco do cotidiano dos egressos das políticas públicas estudadas, no período que antecede o ingresso no ensino superior, onde foi demonstrado aspectos relativos à origem familiar e escolar, suas dificuldades para acessar a

educação superior e suas aspirações. No próximo item procura-se analisar as trajetórias pós- formação para estabelecer possíveis transformações úteis à pesquisa.

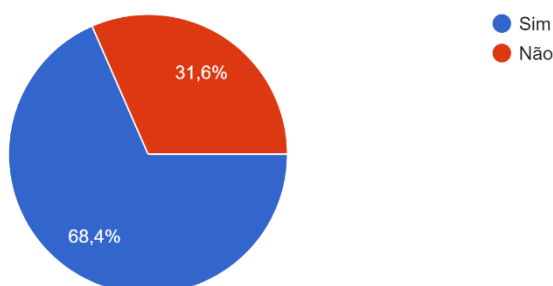
6.3.2. Frustrações e conquistas pós- formação no Ensino Superior

Ao serem questionados sobre suas experiências durante o ensino superior, os respondentes relataram diversas dificuldades, dentre as mais descritas está a adaptação ao conteúdo, devido ao fato de não possuírem os conhecimentos exigidos, pois tiveram um ensino médio aquém do necessário, sem adquirir as habilidades exigidas para a interpretação das bibliografias, muitas vezes em língua estrangeira, e para entender a linguagem e o discurso acadêmico. Outra dificuldade relatada foi conciliar trabalho e estudo, pois a maioria deles necessitava trabalhar para arcar com seus gastos, como xerox, transportes, lanches etc., este problema ainda era agravado pela privação de sono, devido à distância entre a casa, o trabalho e a faculdade. Conviver com o racismo e a discriminação, tanto de raça como de classe, também foi um obstáculo enfrentado, pois muitas vezes seus colegas pertenciam a outra classe social. Alguns relataram dificuldade de relacionamento com os colegas e a incompreensão dos professores. Para aproximadamente metade dos respondentes, a discriminação estava relacionada ao fato de serem bolsistas ou cotistas. Estas defasagens e dificuldades encontradas pela população negra em relação ao ensino médio também foi constatada por Almeida (2017) e Silva (2020), ao estudarem a mudança do perfil dos estudantes de ensino superior no Brasil.

A maior parte dos entrevistados disse que participaram de alguma atividade extracurricular durante o curso e atribuíram valores positivos a essas atividades, pois serviram para agregar conhecimento e contribuíram para suas formações profissionais. Porém, uma parte significativa respondeu que não tiveram oportunidade de participar destas atividades, ou porque as instituições não ofereciam, ou por falta de tempo, já que 68,4% relataram que precisaram trabalhar fora da área de estudo durante a graduação. Conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 10 – Você trabalhou fora de sua área de estudo durante o curso de graduação?

d. Você trabalhou fora da sua área de estudo durante o curso de graduação?
38 respostas



Fonte: Formulário google

O fato de precisarem trabalhar fora de suas áreas de estudo durante a graduação também foi relatado como uma dificuldade que os respondentes tiveram que enfrentar no momento de realizar os estágios necessários durante o curso. Mas, mesmo diante desta dificuldade, a maior parte deles afirmou que conseguiu realizar os estágios, e os avaliaram positivamente para sua formação no curso superior. Formação esta, também avaliada positivamente pela grande maioria dos entrevistados, quando se considera aspectos como aquisição de conhecimento e formação pessoal. Porém, esta avaliação não foi unânime, para aqueles que avaliaram negativamente, os principais problemas apresentados foram a falta de atividades extracurriculares, não conclusão de estágios e as dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Estas dificuldades podem estar relacionadas aos problemas encontrados por Almeida (2017) ao estudar o papel do ProUni no acesso da população negra no ensino superior, conforme já citado anteriormente. Tal constatação pode indicar que os estudantes carentes, que muitas vezes também são arrimos de família ou que necessitam trabalhar fora de sua área de estudo para manter suas despesas, acabam por não ter acesso às instituições mais renomadas e de maior prestígio social, pois estas requerem maior tempo de dedicação. Assim, a solução encontrada é procurar aquelas instituições que exigem menos, e conseqüentemente não oferecem um serviço de melhor qualidade aos seus alunos, promovendo formações que não preparam adequadamente para o mercado de trabalho.

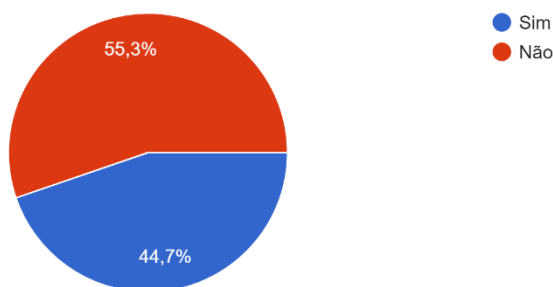
Após a conclusão do Ensino Superior, a maioria dos entrevistados admitiram ter havido alguma mudança em relação ao grupo social, atribuindo tais mudanças ao trabalho, à mudança de domicílio e ao fato de passarem a frequentar lugares antes negados à sua realidade social. Nota-se que os motivos das mudanças aqui apresentados não diferem muitos daqueles em relação ao grupo social dos ensinos fundamental e médio, já comentados anteriormente, onde as pessoas são obrigadas a abandonar suas comunidades em busca de melhores condições de trabalho e melhoria de vida.

Apesar de a maioria dos respondentes terem avaliado positivamente a sua formação no ensino superior, quando perguntados sobre a concretização das expectativas apenas 44,7% responderam que, em termos profissionais, conseguiram concretizar os objetivos de acordo com as expectativas que tinham ao ingressar no Ensino Superior. Conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Em termos profissionais, você conseguiu concretizar os objetivos de acordo com suas expectativas ao ingressar no ensino superior?

b. Em termos profissionais, você conseguiu concretizar os objetivos de acordo com suas expectativas ao ingressar no ensino superior?

38 respostas



Fonte: Formulário google

Desta forma, também foi possível observar que 23 dos 38 entrevistados continuam morando no mesmo lugar. Dentre eles, alguns relataram que pretendem se mudar, pois almejam alcançar melhores condições e trabalho ou de moradia. Os demais respondentes relataram que já se mudaram de local de domicílio após a formação, apresentando como motivos a aquisição de uma nova moradia, emprego em outro bairro ou cidade e até mesmo o retorno à sua cidade de origem. Neste ponto, cabe ressaltar que tais mudanças não estão relacionadas ao fato de imitar o branco como era defendido pela FNB na década de 30. Talvez aproximem mais da

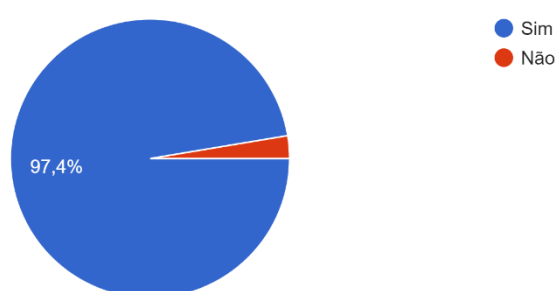
ideia defendida por Neusa Santos Souza (1983) ou por Sueli Carneiro (1995), de que o negro ao obter ascensão social individualmente se vê obrigado a adotar o modo de vida dos brancos, negando sua identidade e sua ancestralidade.

Porém, apesar de não discordar dos argumentos defendidos por estas autoras, o que é possível constatar a partir desta pesquisa é que quando os entrevistados responderam que tiveram que mudar de suas comunidades, não o fizeram por vontade própria, muito menos por pretender negar suas origens ou identidades, mas sim pela necessidade de se adequar às novas possibilidades de vida, que na maioria das vezes não se encontram em suas localidades de origem. Portanto, este estudo concorda apenas parcialmente com as autoras, pois a ascensão coletiva da população negra poderia evitar que tais mudanças fossem necessárias desde que outros investimentos fossem destinados para a transformação da realidade social nas localidades periféricas que estão longe dos centros administrativos das grandes cidades, e que nada têm para oferecer às suas populações, ou seja, novas centralidades deveriam ser criadas, no sentido de trazer desenvolvimento econômico e cultural para estas localidades.

Outro fator positivo apresentado pela pesquisa, é que 97,4% dos entrevistados responderam que continuam, ou pretendem continuar estudando. Conforme o próximo gráfico.

Gráfico 12 – Você continua estudando ou tem planos de continuar a estudar?

c. Você continua estudando ou tem planos de continuar a estudar?
38 respostas



Fonte: Formulário google

A continuação dos estudos pode estar diretamente relacionada à questão sobre a mudança dos hábitos culturais relatada a seguir, segundo a qual apenas 11 dos 38 entrevistados disseram que não houve nenhuma alteração em relação aos seus hábitos culturais após a formação no curso superior. Os demais admitiram mudanças significativas neste quesito e

citaram como as principais transformações o acesso a espaços culturais como museus, teatros, bibliotecas etc., maior poder de aquisição de livros e a possibilidade de realizar viagens.

Alguns entrevistados consideraram que não houve avanços em relação às conquistas materiais após a graduação, porém, a maior parte entende que tiveram conquistas materiais diversas decorrente de suas formações. A compra de moradia própria (muitas vezes através de financiamento), a aquisição de bens materiais, tais como automóveis, eletrodomésticos, computadores etc., a possibilidade de viajar com mais frequência e a possibilidade de pagar uma escola particular para os filhos foram os avanços mais citados para esta questão.

A mesma tendência é observada para a pergunta sobre a ascensão social. Contudo, no resultado geral das perguntas, é perceptível que para os entrevistados a ascensão social vai muito além das conquistas materiais obtidas conforme relatadas na pergunta anterior. Neste caso, a aquisição de conhecimento, a formação intelectual, a conquista de espaços, o acesso a bens culturais e o desenvolvimento pessoal, são alguns dos fatores que influenciaram nas respostas. Mas algumas respostas são emblemáticas para pensarmos sobre esta questão. Dentre a minoria que não considera que houve ascensão social após a graduação, destaco uma das respostas descrita no trecho a seguir:

Conquistei a graduação, agora a pós-graduação, mas ainda não ascendi como desejo. Trabalho como diarista para me sustentar. Então, é como se tivesse retrocedido de alguma forma. Sei que não, contudo, estou tentando trabalhar o medo de tentar e do fracasso para me engajar nos propósitos profissionais que estabeleci. E começar.

No exemplo acima, a pessoa entrevistada não considera que teve ascensão social, pois apesar de ter concluído a graduação e estar cursando a pós-graduação, ainda não conseguiu se inserir no mercado de trabalho, tendo como única opção continuar trabalhando como diarista para arcar com seus gastos. Embora este relato pareça um fato isolado, sugere que pode haver aqui uma questão de racismo estrutural⁵¹ que dificulta ao negro a conquista de espaço no mercado de trabalho, mesmo quando se consegue romper a barreira imposta pela educação superior. Neste caso, o racismo age como elemento mantenedor do jogo das hierarquias capitalistas, segundo Sílvio Almeida,

O racismo é um elemento deste jogo: será por isso que parte da sociedade não verá qualquer anormalidade na maioria das pessoas negras ganharem salários menores, submeterem-se aos trabalhos mais degradantes, não estarem nas universidades importantes, não ocuparem cargos de direção,

⁵¹ Conceito criado por Silvio Luiz de Almeida, segundo o qual, no Estado capitalista o racismo age como um fator estrutural, que organiza as relações políticas e econômicas.

residirem nas áreas periféricas nas cidades e serem com frequência assassinadas pelas forças do Estado (ALMEIDA, 2021, p.181).

Sabe-se que devido à crise econômica pela qual a sociedade passa na atualidade é possível que muitos egressos do ensino superior, mesmo entre a população branca, encontrem dificuldades para acessar o mercado de trabalho, porém o fato de uma mulher negra portadora de título de pós-graduação continuar trabalhando como diarista para se sustentar expõe o simbolismo proporcionado pelo racismo, quando a sociedade não considera nenhuma anormalidade ao ver as pessoas negras exercendo as atividades menos remuneradas, fator também constatado por Almeida (2017), já mencionado anteriormente neste trabalho. Carolina Zuccarelli, ao analisar o aumento do número de negros com ensino superior ocupados em 2018, constatou que entre os trabalhadores domésticos com este nível de ensino os negros representavam 60% do total, fato que prova que o caso desta entrevistada não é um fato isolado e sim uma constante na sociedade brasileira.

Por outro lado, dentre a maioria dos entrevistados que consideraram a conquista da ascensão social, tem uma resposta que se pode chamar de otimista, pois a entrevistada demonstra uma grande satisfação pelas conquistas obtidas. Sem citar ganhos materiais, passa a ideia de que a ascensão social, para ela, ultrapassa as conquistas materiais. Conforme destaque a seguir:

Sim! Ainda não cheguei no patamar que eu quero, mas tive muitas conquistas após o mestrado. Tenho muito orgulho da minha história, de onde sai e de onde cheguei e pretendo chegar. Devo tudo isso aos anos de estudo, aos Professores (as) que me apoiaram e às oportunidades que fui buscando.

Ambos os trechos das entrevistas destacados acima demonstram que quando se trata da ascensão social, as respostas são muito complexas e ambivalentes, pois os valores individuais sobre o termo são muito subjetivos, dependem de aspectos sociais, culturais e até mesmo emocionais de cada pessoa ou grupo social. Ou seja, para a primeira entrevistada o fato de não ter conseguido acessar o mercado de trabalho para o qual se formou é um indicativo da não ascensão; já para a segunda, atingir o mestrado é motivo de orgulho e demonstra uma ascensão social considerável. Desta forma, dentro dos limites desta pesquisa, o que se pode afirmar é que, quando é levado em consideração todos os aspectos - econômicos, sociais e culturais, há uma tendência nas respostas que indica um avanço positivo na forma como os entrevistados analisam sua ascensão ou mobilidade social. Mesmo quando se considera os aspectos subjetivos vinculados aos termos em questão.

Outro aspecto importante a observar é que a pesquisa indica uma tendência a um sentimento de identidade coletiva que se contrapõe à ideia da ascensão individual conforme constatado por Souza (1983). As pessoas entrevistadas, em sua maioria, demonstraram predisposição em lutar por políticas inclusivas para sua coletividade. Este fator pode ser percebido no quesito no qual foi perguntado sobre a participação dos respondentes em movimentos de lutas por direitos da população negra.

A pesquisa procurou saber se os entrevistados participavam ou gostariam de participar de alguma organização ou movimento em defesa dos direitos da população negra. 26 respondentes disseram que participam ou já participaram de algum tipo de movimento que luta pelos direitos da população negra. Dos que não participam, alguns gostariam de participar, mas alegaram a falta de tempo como principal motivo para não se integrar a um movimento. Todos os participantes da pesquisa concordaram com a importância da união de forças para reivindicar e garantir as conquistas em prol da população negra. Esta predisposição leva a pensar positivamente sobre a perspectiva apresentada por Osório (2008), de que somente através da atividade política da população negra poderemos romper os ciclos cumulativos das desigualdades raciais. Neste ponto, vale ressaltar a importância de se aumentar a representatividade negra em todos os campos sociais, como estratégia de combate ao racismo e ao preconceito racial.

A última pergunta analisada referiu-se à profissão atual das pessoas entrevistadas, procurando verificar se ela está relacionada ao curso para a qual se formou. Porém, a constatação é que se torna muito difícil fazer tal relação, pois muitos se encontram desenvolvendo atividades que embora possam exigir formação superior, não estão diretamente associadas à sua formação. Chama a atenção o curso de Direito, pois apenas cinco dos dez que se formaram neste curso responderam que são advogados. Dentre os demais, um deles respondeu que é assistente jurídico, outro assistente de locação e contrato, dois são funcionários públicos, sem especificar os cargos ou atividades desenvolvidas. Mas, quando se analisa o conjunto de todas as formações percebe-se que a maioria, ou seja, 53% conseguiram seguir uma profissão relacionada à carreira para a qual se formou. Conforme demonstra a tabela abaixo:

Relação entre o curso de formação e a profissão atual

Condição	Nº de respondentes	Porcentagem
Profissão atual relacionada à formação	20	53%
Profissão atual não relacionada à formação	8	21%
Não foi possível determina se há relação entre profissão atual e formação	10	26%
Total	38	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Na primeira categoria foram relacionadas apenas aquelas repostas em que foi possível estabelecer a relação direta entre a formação e a profissão atual do respondente; na segunda, foram consideradas as profissões que estão claramente em desacordo como a formação, seja por pertencer a outra carreira, seja por não exigir o nível de formação superior, nesta categoria também foram incluídos os desempregados e os estudantes de outra graduação; e na terceira, estão incluídas as profissões que, de acordo com as respostas, não é possível afirmar se há, ou não há alguma relação com a carreira de formação, e também aquelas pessoas que responderam que estão seguindo carreiras acadêmicas, ou seja, continuam estudando sem trabalhar formalmente. Outro fator importante de se observar na pesquisa é que não foi possível atingir os cursos direcionados às profissões mais valorizadas no imaginário social, como por exemplo a medicina, a odontologia, a arquitetura etc. Apenas dois respondentes disseram que estudaram engenharia (ambiental e de produção), ou seja, a pesquisa fica limitada à análise das diversas formações e carreiras atingidas, mas não poderá analisar a situação de egressos dos cursos considerados de elite.

Este resultado em que a maioria dos egressos que responderam conseguiram acessar uma profissão compatível com sua formação, pode aproximar esta pesquisa da afirmação feita por Carolina Zuccarelli, de que:

O aumento da participação de negros entre os trabalhadores ocupados também foi expressivo ao longo das últimas quatro décadas, mas eles seguem sub-representados em ocupações de maior prestígio e retorno salarial, como no grupo ocupacional de trabalhadores de nível superior. (ZUCCARELLI, 2021, p.15).

Segundo o artigo da autora, houve um significativo aumento da participação de trabalhadores com diploma de nível superior nos diversos grupos ocupacionais pesquisados por ela entre os anos de 1980 e 2018, período em que houve também o aumento da oferta do acesso ao ensino superior, principalmente após o ano 2000, com o desenvolvimento de políticas públicas para este fim. Mas, quando é levado em consideração o fator raça/cor, foi constatado

que “o aumento da participação de negros no ensino superior não representou acesso igual a todas as carreiras universitárias, sendo mais intensa em áreas menos valorizadas pelo mercado de trabalho” (ZUCCARELLI, 2021, p.15). Portanto, embora não seja possível afirmar que este seja o motivo pelo qual a pesquisa não conseguiu atingir os respondentes de tais profissões ditas valorizadas, pode ser um indicativo de que outras políticas públicas são necessárias para a correção da dificuldade do acesso de pessoas negras às mesmas.

Desta forma, recorre-se novamente ao professor Kabenguele Munanga, que em 1996, escrevendo sobre as estratégias de combate ao racismo e à discriminação racial, pronunciava que:

A confissão, a retórica e os discursos bem-intencionados não são suficientes para quebrar as bases estruturais desse racismo. É preciso estratégias e políticas públicas de combate à discriminação nos campos onde ela se manifesta concretamente, ou seja, nos domínios da educação, cultura, lazer, esportes, leis, saúde, mercado de trabalho, meios de comunicação etc.” (MUNANGA, 1996, p.12)

É inegável, conforme demonstrou este trabalho, que nas últimas décadas houve grandes avanços no acesso de pessoas negras às universidades, tanto nas instituições privadas através do ProUni, quanto nas instituições públicas, principalmente a partir da introdução das políticas de cotas para pessoas negras. No entanto, o que constatamos é que as desigualdades ainda persistem. Alguns fatores são relevantes para a manutenção destas desigualdades, como exemplo é possível citar a má qualidade da educação básica, que não prepara os alunos adequadamente para as exigências do ensino superior; a enorme evasão que impede que a grande maioria dos jovens negros nem sequer termine o ensino médio; algumas instituições privadas de ensino superior que oferecem cursos de má qualidade para os alunos mais pobres; e também o fato de que os cursos mais valorizados pelo mercado de trabalho, na maioria das vezes, exigem mais tempo de dedicação, o que inviabiliza o acesso para os alunos que necessitam trabalhar.

Ainda no campo educacional, faz-se necessário a criação de políticas de cotas para negras e negros também nos programas de pós-graduação das universidades públicas, para facilitar o acesso e a continuação dos estudos para aqueles que almejam seguir estudando. A Universidade de São Paulo (USP), uma das últimas universidades públicas a aderir ao programa de cotas, somente o fez em 2017, mantém hoje um programa de inclusão que pode ser citado como exemplo: em seu processo seletivo destina vagas reservadas para negros, indígenas e LGBTQIAP+ alternadamente, na proporção de 80% em um ano e 50% em outro. Outros exemplos devem existir, porém este estudo não teve como objetivo realizar pesquisa neste sentido.

Além da área da educação, percebe-se que algumas ações nas áreas da cultura e do mercado de trabalho também estão sendo desenvolvidas no sentido de combate às desigualdades. Mas nas demais áreas ainda há uma enorme carência de ações destinadas para este fim.

7. Considerações finais

Esta pesquisa se iniciou com a perspectiva de analisar se as políticas públicas de ações afirmativas, especialmente o ProUni e a política de cota racial para pessoas negras em universidades públicas, cumprem seus objetivos de aumentar a participação da população negra no ensino superior, tendo como consequência o aumento da representatividade, o combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e raciais.

Para isso, se propôs em um primeiro momento discutir de maneira teórica e bibliográfica sobre os fatores históricos e sociais que levaram esta população à condição de desigualdade em relação à população branca ao longo da história social do Brasil. Em seguida, realizou-se uma pesquisa através de questionário aplicado aos egressos destas políticas, para analisar a partir de suas respostas se houve a ascensão social deste grupo após a conclusão de sua graduação, a partir de seus próprios pontos de vista, e como essa ascensão ocorreu.

No entanto, devido aos limites impostos a esta pesquisa, a saber, o pequeno número de respondentes envolvidos, os cursos e as áreas de estudo atingidas, áreas geográficas atingidas etc., não foi possível fazer afirmações mais precisas, mas sim, alguns apontamentos e tendências indicadas para futuras pesquisas a serem desenvolvidas, não tendo aqui a pretensão de serem entendidas como conclusões definitivas.

Ao consultar a ampla literatura sobre a história da população negra no Brasil é possível constatar que, apesar de todas as adversidades encontradas, sempre houve por parte desta população muita luta e resistência contra a situação a ela imposta, desde o período escravista até os dias atuais, seja lutando de forma individual, como no caso das fugas, da recusa de se alimentar, ou do aborto provocado; ou através da luta coletiva nas rebeliões, nas formações de quilombos ou nos movimentos sociais negros. O fato é que a população negra sempre precisou atuar como protagonista de sua própria história.

Por outro lado, muitas barreiras e obstáculos foram impostos pela elite social dominante para manter seu status de privilégios em relação à população negra, impedindo ou dificultando que esta, se desenvolvesse econômica, social e culturalmente em condições de igualdade. Dentre estes obstáculos, pode-se destacar o escravismo que por mais de três séculos manteve a população negra na condição de simples mercadoria ou instrumento de trabalho, que podia ser encarcerada ou comercializada sem direitos como pessoas que compunham a sociedade brasileira; a abolição sem políticas de integração que forçou os negros a sobreviver às margens

do desenvolvimento do trabalho livre; as teorias racistas de eugenia ou de branqueamento que atuaram de forma a relacionar valores negativos a esta população, discriminando e gerando preconceitos que dificultaram sua integração social; o mito da democracia racial que impediu por muito tempo o reconhecimento da necessidade de se desenvolver ações voltadas ao combates das desigualdades raciais no Brasil; e a educação formal como um direito que foi sempre negado à população negra e pobre, mantendo-a sempre em condição de inferioridade em relação ao grupo social branco dominante. Tais fatores aconteceram ora com a participação do Estado, ora com a omissão dele, causando prejuízos incalculáveis para a população negra em geral, de modo que se justifica o argumento de que existe uma dívida histórica do Estado brasileiro junto a este grupo étnico-racial e, portanto, é urgente a necessidade de políticas públicas de reparação social.

O período pós-abolição proporcionou aos negros a formação de inúmeros movimentos de luta pela igualdade. Desde os anos 20, com a criação de vários jornais e folhetins que denunciavam as condições de desigualdade racial, conhecidos pela denominação de “imprensa negra”, passando pela criação da FNB que acreditava na importância da educação para ascensão social do negro, até a fundação do TEN, que via a cultura como instrumento fundamental para a busca da identidade racial, e a unificação dos movimentos sociais negros que deu origem ao MNU em 1978, movimento este que mudou o foco das reivindicações, antes culturais, para necessidade de implantação de políticas públicas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, as chamadas ações afirmativas. Todos estes movimentos tiveram importância fundamental para as conquistas obtidas, principalmente a partir do reconhecimento da existência do racismo pelo Estado brasileiro, em 1995.

Os movimentos sociais negros, principalmente a partir da criação TEN nos anos 40, buscou também desenvolver o sentimento de pertencimento à identidade negra, através da valorização da cultura e da ancestralidade africana e afro-brasileira, como mecanismo de luta e resistência da população negra, fator que também foi de suma importância para as conquistas futuras.

A educação formal, reconhecida pelas sociedades liberais como o principal meio para obtenção de mobilidade social, tem sido negada sistematicamente à população negra. Desde a primeira lei sobre educação no Brasil em 1827, quando se proibia o acesso de escravizados, até os dias atuais, quando as escolas públicas das regiões periféricas e pobres, onde se concentra o maior número de negros, são as mais precárias, com péssima qualidade de ensino e com maior porcentagem de evasão. Sem uma educação de qualidade capaz de promover a ruptura da

realidade social a ela imposta, a população negra do Brasil se mantém nos empregos menos valorizados, nos trabalhos braçais, morando nas localidades mais distantes e pobres.

O contexto histórico ao qual a população negra se manteve inserida ao longo da história do Brasil produziu um acúmulo de desvantagens tão prejudicial, que mesmo sendo segundo o IBGE, mais de 53% da população brasileira, pretos e pardos ainda são considerados minoria em relação aos espaços sociais mais valorizados, quase sempre ocupados por pessoas brancas. Desta forma, ao lado das mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, LGBTQIAP+ e outras minorias, fazem jus ao direito às políticas públicas específicas que promovam sua integração social. A ampla literatura já produzida sobre o assunto comprova que as políticas universalistas não dão conta de resolver os problemas da desigualdade específica de cada categoria. Portanto, as políticas específicas são fundamentais.

No campo da educação, a política de cotas para pessoas negras nas universidades públicas é uma das ações afirmativas adotadas no Brasil. Que juntamente com o ProUni, programa universalista voltado para a inclusão de alunos de baixa renda nas universidades particulares, proporcionaram considerável aumento da população negra no ensino superior, transformando de forma significativa o perfil dos estudantes universitários.

Porém, a política de cotas para negros nas universidades públicas desde sua criação, tem sofrido a resistência de parte da população, que agora se vale da ideologia do colorismo para desacreditar a ação, argumentando, entre outros fatores, que existe uma dificuldade para definir aqueles que têm direito às cotas. As discussões em torno deste tema apontam para necessidade de reconhecer as características fenotípicas racializadas do indivíduo como elementos fundamentais para a definição do cotista, pois são estes mesmo elementos que definem se ele vai sofrer o racismo, o preconceito e a discriminação racial. Portanto, se o objetivo da ação afirmativa é o combate às desigualdades provocadas pelo racismo, não faz sentido que a vaga seja oferecida a alguém que não sofre as consequências por este provocadas. Pois o racismo no Brasil se opera em função da marca e não em função da origem. Portanto, a nomenclatura correta é cotas para negros (pretos ou pardos), e não cotas para afrodescendentes, termo mais amplo que pode invalidar a distinção de seus beneficiários.

As desigualdades sociais no Brasil estão implicadas nos fatores classe e raça. Nas camadas mais baixas da hierarquia social, o fator classe de origem tem peso maior. Mas conforme se eleva o nível para as camadas mais altas, o fator raça se torna mais determinante. Desta forma, a raça se torna um obstáculo para aqueles que almejam as posições mais valorizadas socialmente. Portanto, a criação das cotas para pessoas negras nas universidades

públicas é fundamental para romper esta barreira que impede a mobilidade social da população negra. Por outro lado, quando apenas alguns indivíduos negros conseguem ascender socialmente de forma individual, ele é obrigado a conviver fora de sua realidade racial, pois necessita adentrar a um modo de vida que não lhe pertence, distanciando de suas origens. Por isso, as cotas para pessoas negras nas universidades precisam cumprir o papel de promover a ascensão ou mobilidade social da população negra de forma coletiva. Tal ascensão, por sua vez, não pode ser apenas econômica, precisa ser também social e cultural.

As pesquisas citadas neste texto, que trabalharam com dados estatísticos oficiais, demonstram que a partir do ano 2000 houve um aumento significativo no número de pessoas que tiveram acesso ao ensino superior. Período que coincide com a implantação do ProUni e das cotas para pessoas negras nas universidades públicas. Quando o recorte é feito por cor/raça, nota-se que entre os autodeclarados negros também houve aumento, sendo que em algumas áreas o aumento foi superior aos autodeclarados brancos. Porém, quando a análise é realizada por curso, percebe-se que apesar de também haver uma elevação no acesso aos cursos de maior relevância, aqueles mais disputados, o aumento foi menor do que naqueles mais comuns, ou menos prestigiados socialmente.

Os dados também apontam que neste mesmo período houve aumento do número de trabalhadores portadores de diploma de nível superior no mercado de trabalho. Porém, entre as pessoas negras, este aumento é maior nas ocupações que não exigem este nível de ensino, indicando que a simples obtenção da graduação não significa necessariamente uma melhor colocação no mercado de trabalho. Ou seja, ao se graduar muitas pessoas negras permanecem na mesma ocupação de antes e não alcançam a mobilidade ou ascensão desejada.

Em relação ao perfil dos respondentes desta pesquisa, os dados apontam que são pessoas de classe média baixa, moradoras das periferias urbanas, que viam na educação formal o único meio para romper as barreiras impostas por suas condições sociais e financeiras. Estudantes de escolas públicas, eles foram na maioria das vezes os primeiros da família a acessar uma universidade. Primeiramente o ProUni, e depois as cotas para pessoas negras nas universidades públicas, foram as primeiras portas que se abriram para este acesso, sendo-lhes fundamentais para despertar o desejo de alcançar a ascensão ou mobilidade social. Porém, antes de acessar o ensino superior existem outros obstáculos, um deles é a necessidade de trabalhar durante os ensinos fundamental e médio, que acaba por impedir que muitos jovens negros e negras sequer terminem o ensino médio, etapa necessária para se ingressar no ensino superior.

O ProUni, apesar de todas as críticas recebidas, principalmente em função de seu modo de financiamento, como política de cunho universalista, e não específica para pessoas negras, cumpre papel de fundamental importância para o acesso da população negra nas universidades privadas. Dizer que o ProUni apenas reproduz as desigualdades não parece correto por dois motivos: em primeiro lugar a má qualidade dos cursos oferecidos pelo programa está instalada nas instituições de ensino, pois estes mesmos cursos são oferecidos para a população em geral mediante o pagamento das mensalidades. Ou seja, o problema precisa ser corrigido em suas raízes e não no programa. Todos, independentes se são bolsistas ou pagantes, merecem cursos de boa qualidade, capazes de cumprir as expectativas de seus alunos; em segundo lugar, muitos alunos que acessaram a primeira graduação via ProUni, conforme constatado pela pesquisa, retornaram às universidades para uma segunda graduação, ou para a pós-graduação, o que indica que o programa foi apenas o início do que pode se tornar uma carreira acadêmica ou profissional para aqueles que não teriam esta oportunidade por outros meios.

As cotas raciais para negros nas universidades públicas, por ser uma política de ação afirmativa específica para este grupo, apresentam melhores oportunidades, pois já de início coloca os alunos em instituições mais reconhecidas socialmente e permite que a escolha do curso seja mais de acordo com as aspirações dos candidatos. Porém, apesar do aumento considerável das universidades públicas nas duas últimas décadas, estas ainda são insuficientes e, muitas vezes, distantes da moradia dos candidatos às vagas, dificultando o acesso dos mais pobres.

Em ambas as políticas, o acesso não garante ao aluno um bom aproveitamento dos estudos. A necessidade de ter que trabalhar durante a formação acadêmica pode dificultar a permanência em cursos que exigem mais tempo de dedicação, impedir a participação em atividades extracurriculares, ou nos estágios, etapas essenciais para adquirir experiências para o acesso ao mercado de trabalho. Por outro lado, a má formação, ou mesmo a não conclusão das etapas anteriores da educação formal, são elementos que impedem o desenvolvimento de muitos jovens negros e negras e o acesso às universidades. Desta forma, apenas alguns conseguem seguir com seus estudos de forma satisfatória, enquanto a maioria continua fora do sistema educacional alimentando a permanência das desigualdades.

Tais dificuldades, refletem diretamente na integração dos egressos ao mercado de trabalho. Entre aqueles que conseguiram fazer os estágios necessários para a sua formação, estão também os que conseguiram seguir em suas carreiras pós-formação. Enquanto os que tiveram de trabalhar em outras áreas durante a graduação, na maioria das vezes, ou permanecem

na mesma ocupação, ou estão ocupados em atividades não vinculadas à sua formação. Portanto, apenas para parte dos egressos pode ser atribuída alguma ascensão ou mobilidade social do ponto de vista econômico e financeiro. No entanto, quando ampliamos o conceito de ascensão social para o campo da aquisição de conhecimento, do desenvolvimento pessoal, social e cultural, conforme a aspiração dos entrevistados, é possível afirmar que a pesquisa indica uma tendência de avanço um pouco maior, pois além do acesso a bens culturais antes negados, outro fator importante para esta afirmação, está no fato de que a maioria dos entrevistados continua estudando, inclusive em níveis de pós-graduação. Este avanço, embora ainda tímido, se dá coletivamente, quando comparado ao período anterior à implantação das políticas aqui estudadas.

Constata-se também que há uma indicação de melhor conscientização sobre os prejuízos causados pelo racismo às pessoas negras, pois existe uma maior predisposição dos respondentes para participar dos movimentos em defesa da população negra.

Finalmente, o número elevado de pessoas negras com diploma de nível superior ocupadas em atividades que não necessitam deste nível educacional, ou mesmo desempregadas, pode ser um indicativo de que as políticas estudadas por si só não dão conta de cumprir os objetivos de aumentar a representatividade das pessoas negras nas mais diversas áreas, tendo como consequência a redução das desigualdades raciais e combate ao racismo. Porém, esta conclusão não pretende negar a importância destas políticas para estes fins, mas sim, chamar a atenção para a necessidade de implantação de outras políticas complementares a estas, tanto na área educacional, quanto naquelas em que o racismo se manifesta concretamente, ou seja, na saúde, no esporte, no lazer e no mercado de trabalho etc.

Nestes termos, a hipótese inicial de que o ProUni e a política de cotas raciais para pessoas negras nas universidades públicas cumprem os objetivos de combater o racismo, a discriminação e o preconceito racial à medida que aumentam o acesso dos negros ao ensino superior, elevando a representatividade e reduzindo as desigualdades raciais, se confirma apenas parcialmente, pois o ProUni continua distribuindo vagas em instituições e cursos de qualificação discutível, e as cotas raciais ainda carecem de medidas complementares que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência, principalmente naqueles cursos que requerem maior tempo de dedicação.

Desta forma, este trabalho se encerra com a expectativa de ter contribuído para a compreensão das justificativas necessárias ao entendimento das políticas afirmativas fundamentais para a população negra, assim como para o entendimento dos obstáculos,

dificuldades e aspirações de seus egressos e, principalmente, que sirva como base para outras pesquisas sobre esta temática tão importante para a sociedade brasileira como um todo. Pois, acredita-se que todos os grupos sociais são prejudicados com a permanência das desigualdades raciais e sociais.

8. Referências bibliográficas

AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, Autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. 179 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Filosofia, História e Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: [AguilarFilho,Sidney_D Educação, autoritarismo e eugenia \(1930-1945\).pdf](#) - Google Drive. Acesso em: 15 novembro 2022.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 234-246, 31 ago. 2016. FAI-UFSCar. <http://dx.doi.org/10.14244/198271991459>. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002789495>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ALMEIDA, Silvio; **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Ampliação do acesso ao ensino superior lucrativo brasileiro**: um estudo sociológico com bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. 2012. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Brasília, 2019. 318 p. Disponível em: [V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf](#) (andifes.org.br) Acesso em: 19 out. 2021.

APPADURAI, Arjun. **O Medo ao Pequeno Número**: Ensaio Sobre a Geografia da Raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: lei 9394/96. lei 9394/96. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/ldb>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995. Gênero Raça e Ascensão Social | Revista Estudos Feministas (ufsc.br). Acesso em: 20 jan. 2022.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

COSTA, Barbara Regina Lopes. Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica1. **Revista interdisciplinar de gestão social**, [s. l], p. 15-37, jan. 2018.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DIAS, Gleidson Renato Martins; TAVARES JUNIOR, Paulo Roberto Faber. **Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos**. Canoas: Ifrs Campus Canoas, 2018.

DIEESE (org.). **Escolaridade e Trabalho**: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos. desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos. 2007. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2007/2007pednegrosescolaridadeetrabalho.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, [S.L.], v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em: 08 fev. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)1. **Tempos Históricos**, São Paulo, v. 5-6, p. 275-292, 2003. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8019/5928>. Acesso em: 16 fev. 2021.

DOMINGUES, Petrônio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, Sergipe, v. 39, n. 138, p. 963-994, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Um "tempo de luz": frente negra brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Sergipe, v. 13, n. 39, p. 517-596, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Contracorrente, 1964.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2006.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. 2015. 276 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Campus de Marília, Marília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 maio 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Democracia Racial: O ideal, O pacto e o Mito. **Novos Estudos - Cebrap**, Rio de Janeiro, n. 61, p.147-162, nov. 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A democracia racial revisitada. **Afro-Ásia**, [s. l], n. 60, p. 9-44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/36247/21540>. Acesso em: 22 fev. 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 269-287, nov. 2006. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702006000200014>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200014. Acesso em: 20 fev. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&A, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2017: PNAD Contínua**. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101566>. Acesso em: 19 out. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico: censo da educação superior 2016**. Brasília: Inep; Deed, 2018. Disponível em: [Resumo Técnico - Censo da Educação Superior 2016.indd \(inep.gov.br\)](#) Acesso em: 20 out. 2021.

LAVILLE, Cristian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Porto Alegre, 1999.

MELO, João Santana Gomes. **Ascensão social do negro via escolaridade e mercado de trabalho**. 2002. 67 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade do Estado da Bahia; Universidade de Quebec, Quebec, 2002. Disponível em: [17608638.pdf \(uqac.ca\)](#). Acesso em: 10 fev. 2022.

MENEZES, Sezinando Luiz. Só a fé liberta. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 112, p. 32-35, jan. 2015. Disponível em: [Só a fé liberta - Revista de História \(archive.org\)](#). Acesso em: 20 mar. 2022.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 3, n. 117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/NcPqxNQ6DmmQ6c8h4ngfMVx/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MOURA, Clovis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 5. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Cotas raciais na USP, um debate atropelado e “operação abafa”. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 47, p. 20-25, 2010. Disponível em: [r47a03.pdf \(adusp.org.br\)](#) Acesso em: 26 nov. 2019.

MUNANGA, Kabenguele. (org.). **Estratégias de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo USP, v. 18, n. 50, p. 209-224, maio 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 65-95. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_Livrodesigualdades raciais.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

PAIVA, Angela Randolpho. Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 127-154, 2015. Disponível em: SciELO - Brasil - Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior Acesso em: 21 abr. 2020.

PAIVA, Angela Randolpho. Políticas públicas, mudanças e desafios no acesso ao Ensino Superior. In: PAIVA, Angela Randolpho. (org.). **Ação Afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. Cap. 2. p. 40-73.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Faperj; Pallas, 2013.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Mec/Unesco, 2007. p. 35-45. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=652-vol5afr-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 dez. 2020.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-844, 2006. Disponível em: SciELO - Brasil - Classe, raça e mobilidade social no Brasil Classe, raça e mobilidade social no Brasil Acesso em: 01 mar. 2021.

RIOS, Roger Raupp. Pretos e pardos nas ações afirmativas: desafios e respostas da autodeclaração e da heteroidentificação. In: DIAS, Gleidson Renato Martins. TAVARES JUNIOR, Paulo Roberto Faber. (org.). **Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos**. Canoas: IFRS, 2018. p. 215-249.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 225-242, mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n1/13.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENKEVICS, Adriano Souza. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da lei de cotas. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 44, p. 1-23, out. 2018. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201844182839>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hczBQtTQgDK6C37gc5N5ZQc/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, Ana Paula Procópio da. O pensamento social de Clóvis Moura: relações raciais, classes sociais e a dialética radical do Brasil negro. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2009, Caxambu. **Relações raciais, desigualdades, identidades e políticas públicas**. Caxambu: ANPOCS, 2017. p. 1-27. Disponível em file (anpocs.org). Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas prof. In: ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação/Secad, 2005. p. 65-78. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior**: acesso e perfil discente. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. 48 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 01 jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VAZ, Livia Maria Santana e Sant'Anna. As Comissões de Verificação e o direito à (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações. In: DIAS, Gleidson Renato Martins; TAVARES JUNIOR, Paulo Roberto Faber (org.). **Heteroidentificação e cotas raciais**: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS, 2018. p. 32-78.

VIEIRA, Andréia Lopes da Costa; SILVA, Sheila Conceição da; OLIVEIRA, Verônica Cristina de. De qual inclusão se fala quando o assunto é ensino superior?: uma análise comparativa entre as propostas de cotas raciais e o programa universidades para todos (pruni). ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. **Relações Raciais e Ações Afirmativas**. Caxambu: ANPOCS, 2009. p. 1-24. Disponível em:

<http://anpocs.org/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt33-9/2132-andreavieira-de-qual/file>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ZUCCARELLI, Carolina. Trabalhadores com educação superior e as transformações no mundo do trabalho. *Eccos: Revista Científica*, São Paulo, n. 57, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n57.10782>. Acesso em: 21 out. 2021.

Anexo I – Inciso XLII do Artigo 5 da Constituição Federal de 1988

Constituição Federal de 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Anexo II – Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

[Mensagem de veto](#)

[Regulamento](#)

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

~~Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).~~

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por

pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. ([Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016](#))

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

~~Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).~~

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. ([Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016](#))

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

~~Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.~~

Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. [\(Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016\)](#)

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

Aloizio Mercadante

Miriam Belchior

Luís Inácio Lucena Adams

Luiza Helena de Bairros

Gilberto Carvalho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.8.2012

Anexo III - Questionário sobre mobilidade social dos egressos das Políticas Públicas de Inclusão Racial

Esta pesquisa que tem como objetivo investigar se as políticas de ações afirmativas, política de cotas raciais para acesso à universidade pública e o programa universidade para todos (PROUNI), cumprem seus objetivos de promover a ascensão social de seus beneficiários, contribuindo para a redução das desigualdades raciais, combatendo o preconceito e a discriminação racial.

I) Apresentação

Meu nome é Valdeci A. dos Santos, sou discente do programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (DIVERSITAS) - FFLCH-USP e, sob orientação do Prof. Dr. Reinaldo Teles, estou desenvolvendo uma pesquisa em nível de mestrado, cujo tema central envolve o debate sobre as seguintes políticas afirmativas: Lei de Cotas Raciais para acesso à universidade pública e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), tendo como objetivo analisar a importância dos indicadores educacionais e suas relações com a redução das desigualdades raciais e o combate ao preconceito e à discriminação racial. Solicitamos especial atenção caso se enquadre no perfil como respondente.

São requisitos básicos para responder:

- Se auto identificar como pessoa negra (preta ou parda);
- Ter se formado em nível de graduação na condição de bolsista do ProUni (instituições privadas), ou utilizando cotas raciais em instituições públicas.

O tempo médio de preenchimento nos pré-testes efetuados foi de 20 minutos.

Esperamos poder contar com sua valiosa participação nesta pesquisa. Informamos ainda que após a defesa pública o arquivo ficará disponibilizado no site oficial da universidade e os dados coletados neste questionário serão divulgados no conjunto, sem avaliações individuais. Para acessar a pesquisa click no link abaixo:

https://docs.google.com/forms/d/1ASMI4175reDTDROSuP3Kia_EwG3E1HKIayffYO0F2nA/edit

Caso tenha alguma dúvida em relação à segurança dessa solicitação, pode encaminhar um e-mail para valdeci.santos@usp.br para que possamos sanar suas dúvidas.

*Obrigatório

a. Qual seu nome (opcional)?

b. Qual sua idade?

c. Como você se auto declara em relação à cor/raça? *

Marcar apenas uma alternativa

Branco

Preto

Pardo

Amarelo

Indígena

d. Você estudou durante sua graduação em que tipo de instituição? *

Marcar apenas uma alternativa.

Pública

Privada

e. Em qual curso você se formou? *

f. Quais foram os anos de início e término de sua graduação? *

g. Você estudou em Universidade Privada na condição de bolsista do PROUNI?*

Marcar apenas uma alternativa.

Sim

Não

h. Você foi aluno de Universidades Públicas utilizando as cotas raciais? *

Marcar apenas uma alternativa.

Sim

Não

i. Você concorda com a afirmativa de que devemos estudar para ser “alguém na vida”?*

Marcar apenas uma alternativa.

Sim

Não

- j. Caso sua resposta para o item anterior seja sim, explique o que significa para você a expressão “ser alguém na vida”?

k. Qual a sua profissão atual? *

l. Em qual curso você se formou? *

m. Quais foram os anos de início e término de sua graduação? *

II) Trajetória anterior ao ensino superior

Nesta seção gostaria de saber um pouco mais sobre sua trajetória de vida antes de você ter acesso ao ensino superior.

- a. Sobre a origem social de sua família, como você a descreve? *

- b. Onde você cursou o ensino fundamental e médio? *

Marcar apenas uma alternativa.

Escola pública

Escola particular

Escola particular na condição de bolsista

c. Você precisou trabalhar durante o ensino fundamental e médio? *

Marcar apenas uma alternativa.

Sim

Não

- d. Durante o período de ensino fundamental e médio o que você gostava de fazer? Quais eram suas atividades de lazer? Praticava alguma atividade cultural? *

- e. Em relação ao grupo social com o qual você conviveu durante o período do ensino fundamental e médio, você ainda mantém contato com ele? Explique. *

III) O projeto para ensino superior

Nesta seção, gostaria de conhecer um pouco sobre como foi seu projeto para acessar o ensino superior.

- a. Qual foi a motivação para você ingressar no ensino superior? *

- b. Alguém da sua família te incentivou neste processo? Quem? *

- c. Qual foi a forma de ingresso no ensino superior? *Marcar apenas uma alternativa.

Vestibular em instituições públicas

Prouni (ENEM)

SISU (ENEM)

Outro:

- d. Qual foi o motivo de ter escolhido a instituição e o curso? *

- e. Gostaria de ter estudado em outro lugar ou feito outro curso? Justifique sua resposta.

*

-
-
-
- f. Quando você ingressou no ensino superior, quais mudanças ou transformações esperava que acontecesse em sua vida? *

IV) Experiências durante o ensino superior

Fale um pouco sobre suas experiências durante o período em que você cursou o ensino superior.

- a. Quais foram suas dificuldades de adaptação ao ensino superior? *

- b. Você se sentiu discriminado durante o ensino superior por ser bolsista ou cotista? Conte-nos um pouco sobre esta experiência. *

- c. Você participou de atividades extracurriculares na sua instituição de ensino? Como estas atividades contribuíram para a sua formação? *

- d. Você trabalhou fora da sua área de estudo durante o curso de graduação? *

Marcar apenas uma alternativa.

Sim

Não

- e. Você conseguiu fazer os estágios necessários ao seu curso? De que forma você avalia a contribuição dos estágios para a sua formação/profissão atual? *

- f. Como você avalia sua formação no ensino superior? *

V) Trajetória após o ensino superior

Nesta última seção gostaria de saber um pouco mais sobre sua trajetória depois de sua graduação.

- a. Em relação ao convívio com as pessoas de seu grupo social, houve alguma mudança após você sair da faculdade? Quais foram? *

- b. Em termos profissionais, você conseguiu concretizar os objetivos de acordo com suas expectativas ao ingressar no ensino superior? *

Marcar apenas uma alternativa.

Sim

Não

- c. Você continua estudando ou tem planos de continuar a estudar? *

Marcar apenas uma alternativa.

Sim

Não

- d. Você continua morando no mesmo local (cidade, bairro, etc.)? Pretende se mudar? Por quê? *

- e. Você mudou seus hábitos culturais após ter concluído a sua formação? O que faz hoje que não fazia antes? *

- f. Em relação às conquistas materiais, você considera que conseguiu algum avanço? Quais? *

- g. Você considera que houve alguma ascensão social em sua vida? Por favor, descreva-as. *

- h. Para concluir, gostaria de saber se você participa ou deseja participar de alguma organização ou movimento em defesa dos direitos da população negra? Por quê? *
